



Academia Militar

Direcção de Ensino
Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

O modo português de fazer a guerra no teatro de operações de Angola

Autor: Asp Of Al Inf Cláudio Pires

Orientador: TCor Nuno Lemos Pires

Lisboa, 19 de Setembro de 2011



Academia Militar

Direcção de Ensino
Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

O modo português de fazer a guerra no teatro de operações de Angola

Autor: Asp Of Al Inf Cláudio Pires

Orientador: TCor Nuno Lemos Pires

Lisboa, 19 de Setembro de 2011



Dedicatória

Dedico exclusivamente este trabalho aos meus avós maternos que infelizmente já partiram e aos meus adoráveis pais e irmã, que em tudo me apoiaram.



Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao senhor Tenente-Coronel de Infantaria Nuno Lemos Pires pelas palavras de incentivo e apoio prestado, e também pelo contributo que foi tê-lo como orientador, pelo que todos os conselhos e sugestões foram, sem dúvida, importantes.

As minhas segundas palavras de agradecimento são para o senhor Major de Infantaria, na reforma, Teixeira Morais, por toda a disponibilidade demonstrada e apoio prestado para a construção do trabalho.

O senhor Coronel de Infantaria Castanho Fortes, também ele reformado, pela receptividade demonstrada e ajuda concedida para a edificação do trabalho.

O senhor Capitão de Cavalaria Çerqueira Martins, que se encontra actualmente reformado, pela flexibilidade demonstrada e auxílio conferido para a elaboração do trabalho.

O senhor Segundo Sargento de Cavalaria, aposentado, Mello Corrêa por toda a amabilidade com que me tratou e pela disponibilidade demonstrada num momento difícil da sua vida.

E ao senhor Soldado de Infantaria, também aposentado, Silva Santiago pela informação fornecida para a composição deste trabalho e assim como pelos contactos disponibilizados.

Gratifico a Escola Prática de Infantaria pelo fornecimento de material bibliográfico e pela prontidão demonstrada quando necessitei.

Á dona Paula da biblioteca da Academia Militar por toda a ajuda e paciência demonstrada nas minhas visitas a esse mesmo local.

Devo umas palavras de agradecimento à dona Teresa Almeida da Liga dos Combatentes pelo apoio e carinho transmitido.

A todos aqueles que me apoiaram das mais variadas maneiras na caminhada que efectuei para construir este trabalho.

Não me poderia esquecer de agradecer ao meu curso de Infantaria que me apoiou nos bons e menos bons momentos passados durante os últimos 5 anos.

Por fim e não menos importante quero agradecer aos meus pais e irmã por toda a compreensão e paciência demonstraram ao longo de todo este tempo.

A todos um Muito Obrigado

Cláudio Pires



Índice Geral

Introdução.....	1
I. Capítulo	5
Enquadramento político-estratégico de Portugal na década de 50 e sua evolução até 74.	5
II. Capítulo	9
Factores influenciadores da Guerra na Década de 60.	9
III. Capítulo	12
Breve caracterização do Teatro de Operações de Angola.	12
IV. Capítulo	14
Nova tipologia de Combate / Classificação possível do tipo de conflito.....	14
V. Capítulo	17
O Exército.....	17
VI. Capítulo	21
Alterações feitas, por Portugal, na doutrina táctica e de emprego de meios, nos mais baixos escalões, para enfrentarem esta nova tipologia de combate.....	21
VII. Capítulo	33
O modo português aplicado no caso angolano.	33
VIII. Capítulo	37
Breves ensinamentos para o futuro.....	37
Conclusões.....	39
Propostas / Recomendações.....	42
Bibliografia.....	44
Apêndices.....	Apend
Anexos	Anex



Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa de Angola.....	Anex A 1/2
Figura 2 – Mapa de Angola 2.....	Anex A 2/2
Figura 3 – Influência no modo de combater	Anex B 1/1
Figura 4 – Forma como a população alimenta a subversão	Anex C 1/1
Figura 5 – Mapa de Angola, destaque hidrográfico.....	Anex D 1/1
Figura 6 – Distribuição dos grupos e bandos pelos territórios	Anex E 2/2
Figura 7 – Espectro da Guerra.....	Anex F 1/1
Figura 8 – Sectores	Anex G 1/2
Figura 9 – Articulação das Forças.....	Anex G 2/2
Figura 10 – Patrulha de vigilância	Anex H 1/2
Figura 11 – Patrulhas de abertura.....	Anex I 1/1
Figura 12 – Composição da escolta.....	Anex J 1/1
Figura 13 – Reacção a contra uma emboscada.....	Anex K 3/4
Figura 14 – Reconhecimento de um ponto suspeito.	Anex L 1/1
Figura 15 – Formação em patrulha	Anex M 1/2
Figura 16 – Formação em patrulha da secção	Anex M 2/2
Figura 17 – Formação em patrulha do pelotão exploradores	Anex M 2/2
Figura 18 – Modalidades de itinerários	Anex N 1/1
Figura 19 – Exemplo do reacção da patrulha formada em losango	Anex P 1/1
Figura 20 – Contra-emboscada	Anex Q 1/5



Figura 21 – Emboscada imediata.....	Anex Q 2/5
Figura 22 – Assalto imediato.....	Anex Q 3/5
Figura 23 – Golpe de mão imediato.....	Anex Q 5/5
Figura 24 – Pelotão em nomadização.....	Anex S 1/1
Figura 25 – Dispositivo duma emboscada convencional.....	Anex T 1/3
Figura 26 – Emboscada num caminho por um pelotão reforçado.	Anex T 2/3
Figura 27 – Emboscada junto de uma nascente por uma secção.	Anex T 3/3
Figura 28 – Emboscada num caminho por uma secção reforçada.....	Anex T 3/3
Figura 29 – Golpe de mão	Anex V 1/7
Figura 30 – Grupo de assalto.....	Anex V 4/7
Figura 31 – Golpe de mão secção	Anex V 6/7
Figura 32 – Golpe de mão secção	Anex V 7/7
Figura 33 – Golpe de mão efectuado por uma secção reforçada.....	Anex V 7/7



Índice de Tabelas

Tabela 1: Fases da SubversãoApend A 2/2

Tabela 2: Missões das unidades..... Apend C 1/1

Tabela 3: Traços de um líder Apend J 1/1



Índice de Apêndices

Apêndice A: Outras tipologias de Guerra e exposição das fases de subversão....	Apend A 1/2
Apêndice B: Armada e Força Aérea.....	Apend B 1/5
Apêndice C: Funções de Quadrícula e Intervenção com matriz comparativa.....	Apend C 1/1
Apêndice D: Operações Defensivas	Apend D 1/4
Apêndice E: Quadro comparativo da defesa de povoação.....	Apend E 1/1
Apêndice F: Patrulhas.....	Apend F 1/2
Apêndice G: Emboscadas e Golpe de Mão	Apend G 1/3
Apêndice H: Guião de entrevista.....	Apend H 1/5
Apêndice I: Entrevistas	Apend I 1/18
Apêndice J: Traços dum Líder	Apend J 1/1



Índice de Anexos

Anexo A: Mapa de Angola	Anex A 1/2
Anexo B: Influencias no modo português de combater	Anex B 1/1
Anexo C: Forma como a população alimenta a subversão	Anex C 1/1
Anexo D: Mapa de Angola, destaque Hidrográfico.....	Anex D 1/1
Anexo E: Etnografia	Anex E 1/2
Anexo F: Espectro da Guerra	Anex F 1/1
Anexo G: Divisão do TO em Quadrícula	Anex G 1/2
Anexo H: Exemplos de percursos a percorrer pelas patrulhas de vigilância.	Anex H 1/2
Anexo I: Patrulha de Abertura.....	Anex I 1/1
Anexo J: Composição normal de uma Escolta.....	Anex J 1/1
Anexo K: Reacção das forças de escolta a uma emboscada.....	Anex K 1/4
Anexo L: Exploração.....	Anex L 1/1
Anexo M: Formações.....	Anex M 1/2
Anexo N: Modalidades de Itinerários	Anex N 1/1
Anexo O: Planeamento do Comandante de Patrulha.....	Anex O 1/1
Anexo P: Exemplo do desenvolvimento de uma patrulha a ataque inimigo formada em losango.....	Anex P 1/1
Anexo Q: Reacção das Patrulhas	Anex Q 1/5
Anexo R: Exemplo de material para uma patrulha de nomadização	Anex R 1/2
Anexo S: Pelotão em Nomadização.....	Anex S 1/1
Anexo T: Dispositivo de uma patrulha em emboscada.....	Anex T 1/3



Anexo U: Funções dos Grupos e efectivos de uma emboscada.Anex U 1/4

Anexo V: Funções dos Grupos e efectivos, de um golpe de mãoAnex V 1/7



Lista de Siglas e Abreviaturas

C

CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CM	Comando Militar
Cmdt Pel	Comandante de Pelotão
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais

E

EFTA	Associação Europeia do Comercio Livre (European Free Trade Association)
EUA	Estados Unidos da América

F

FA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola

G

GM	Governo Militar
----	-----------------

K

Km	Quilómetros
Km ²	Quilómetros quadrados

M

m	Metros
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola

N

N	Norte
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NE	Nordeste
NO	Noroeste

O

ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização de Unidade Africana



P

PelAt Pelotão de Atiradores
PelRec Pelotão de Reconhecimento

Q

QD Questões Derivadas
QP Quadro Permanente

R

RAS República da África do Sul
RDA República Democrata Alemã
RFA República Federal Alemã
RM Região Militar

S

S Sul
SE Sudeste
SecAt Secção de Atiradores
SDN Sociedade das Nações
SO Sudoeste

T

T Tonelada
TO Teatros de Operações

U

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UPA União das Populações de Angola
UNITA União Nacional para Independência Total de Angola



Resumo

Este Trabalho de Investigação Aplicada que foi motivado pelo interesse do autor relativamente à história militar recente do nosso país, tem como tema: o modo português de fazer a guerra no Teatro de Operações de Angola. É este o conteúdo que é desenvolvido e divulgado ao longo do trabalho.

A questão central que este trabalho irá abordar é conhecer que alterações foram feitas por Portugal na doutrina táctica e de emprego dos meios, nos baixos escalões, de maneira a combater este novo inimigo.

Para a construção deste trabalho apresentamos uma abordagem teórica, onde explicamos os factores externos que propiciaram esta guerra. Seguidamente caracterizamos o Teatro de Operações, a tipologia de combate que foi efectuada por parte deste novo inimigo bem como as adaptações efectuadas no nosso Exército para o combater. Posteriormente procedemos à análise das alterações efectuadas na doutrina táctica dos baixos escalões com o objectivo de combater a guerrilha e, ao mesmo tempo, conquistar a lealdade da população, que era o elemento chave desta guerra. Para sustentar a informação teórica apresentada, serão ainda expostas algumas entrevistas aos veteranos, com o objectivo de verificar se na realidade essas alterações foram efectuadas no Teatro de Operações.

Como principais conclusões podemos afirmar que o grande foco das alterações na doutrina táctica dos baixo escalões foi efectuado nas operações de patrulhamento. Tal deve-se ao facto de estas operações serem as operações fundamentais nesta tipologia de combate. Relativamente ao modo de aplicar as forças este tornou-se substancialmente diferente nesta tipologia de combate pois a aplicação delas passou a depender da imaginação e capacidade de adaptação dos seus comandantes para enfrentarem este inimigo irregular. Sobre o modo de emprego dos meios este foi analisado segundo dois (2) prismas: O primeiro está relacionado com o material, que não sofreu grandes alterações. O segundo relacionado com os meios humanos e que foi alvo de alterações, pois o soldado português passou a ser visto não só como um simples combatente mas sim como um representante de Portugal, levando o soldado português a ser empregue de maneira a conquistar a população.

Palavra-Chave: Contra-Subversão; Guerrilha; Novo inimigo; Baixos Escalões; Alteração; Doutrina; População;



Abstract

This research work was motivated by our personal interest in the recent military history of our country, and has the title: «The Portuguese way of making war in the theater of operations of Angola». This is the subject we develop and disseminate throughout the work.

The central question that this paper will address is to know which changes Portugal made in the tactical doctrine and usage of resources, at low levels in order to fight this new enemy.

To elaborate our paperwork we first presented a theoretical approach in which we tried to explain the external factors that have led to this war. Following this we then tried to characterize the Theater of Operations, the type of warfare which was carried out in order to stop this new enemy and the adjustments made in our army to fight it. Later on, we proceeded to the analysis of the changes in the tactical doctrine of the lower echelons in order to fight the guerrillas and at the same time earn the loyalty of the population, which was the key element in this war. To sustain the theoretical information exposed we will reproduce the interviews we made to our veterans, to verify if in fact these changes were made in the Theater of Operations.

Our fundamental conclusions led us to say that the main focus in this changes were made in the tactical doctrine of the lower echelons, especially in what regards to patrols. This is due to the fact that these operations are the fundamental operations for this kind of warfare. Relatively to the way of applying the forces this become substantially different in this typology of combat, because their application started to depend on the imagination and capacity to adapt of their commanders to face this irregular enemy. About the way of applying the means, this was analyzed by two points of view:

The first is related with the materials, which did not suffer big changes. The second is related with the human resources and was aim of changes, because the Portuguese soldier started to be seen not only as simple fighter but also as a Portuguese representative, taking the Portuguese soldier to be employed in a way to conquer the population minds and hearts.

Keywords: Counter-Guerrilla; Guerrilla; New Enemy; Low echelons; Changes; Doctrine; Population.



“Um sonho que se sonha sozinho é apenas um sonho. Um sonho que se sonha com outras pessoas torna-se realidade.”

John Lennon



Introdução

Em meados do século XX e após o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou dividido em dois blocos: Bloco Ocidental e Bloco de Leste. O conflito entre estes dois blocos ficou conhecido como «Guerra - Fria». Numa tentativa de ambos os blocos alargarem as suas esferas de influência, indirectamente, iniciavam conflitos noutras partes do globo. Estes apoiavam os movimentos rebeldes nos seus movimentos de libertação contra os países ditos colonizadores. O apoio de ambos os blocos era baseado então, no fornecimento de armamento e mesmo, em alguns casos, na instrução dos seus elementos.

A tipologia de guerra que surgiu nos seus territórios ultramarinos era nova para Portugal, pois não encaixava no contexto de guerra convencional. Isto levou Portugal a efectuar mudanças na sua táctica de combate e de acção, de forma a destruir as forças rebeldes e evitar que esses grupos aumentassem a sua influência junto das populações.

Neste contexto, o nosso trabalho de investigação aplicada «*O modo português de fazer a guerra no Teatro de Operações de Angola*», inserido no Mestrado de Ciências Militares – Especialidade Infantaria, foi realizado tendo como problema central a alteração que foi feita por Portugal, na doutrina táctica e de emprego dos meios, para responder à nova tipologia de combate. Este trabalho situa-se no âmbito da história militar e tem como principal finalidade compreender as alterações fundamentais que Portugal efectuou ao nível táctico¹, mais concretamente ao nível de pelotão, no seu modo de combate e de emprego dos meios para poder responder à nova tipologia de combate que se efectuou em Angola durante do período de tempo compreendido entre 1961 e 1974. O objectivo ambicionado para este trabalho está relacionado com ideia de se compreender como Portugal se adaptou aos baixos escalões para efectuar a contra-subversão e que quais as ilações que se podem retirar para a actualidade. Assim neste estudo tentámos recolher as alterações que Portugal efectuou, ao nível de pelotão, para fazer frente à guerra contra-subversiva que travou em Angola entre 1961 e 1974 e analisar de que modo essas experiências podem ser úteis para os Teatros de Operações² (TO) da actualidade cuja tipologia de guerra se assemelhe.

A história como área do conhecimento que se reporta a um Passado revela-se como uma peça fundamental que qualquer comandante deve dominar. É através desta área do saber que se descobrem as boas, e menos favoráveis, decisões tomadas num ambiente cujos níveis de pressão e ansiedade são elevados e onde o mais pequeno erro pode

¹ «No nível táctico, as forças são empregues na condução de operações militares e na prossecução dos respectivos objectivos tácticos. O alcançar destes objectivos contribui para o sucesso dos níveis operacional e estratégico.» (EME, 1987).

² O teatro de operações é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate (Exército Português, 2005, p. B-10).



provocar o óbito de vidas humanas. Este foi o motivo fundamental para efectuar o trabalho no âmbito da História. Além disso as actuais tendências da Guerra e bem como os compromissos contemporâneos de Portugal nos vários TO foram os elementos condutores para focar o nosso trabalho sobre as campanhas portuguesas em Angola entre 1961-1974.

Para a execução do nosso trabalho, adoptei a metodologia científica apresentada por Raymond Quivy Luc e Van Campenhoudt no seu manual «*Manual de Investigação em Ciências Sociais*», particularmente o método hipotético-dedutivo, baseado numa pesquisa bibliográfica e documental. Para completar o método e conferir mais credibilidade ao nosso trabalho recolhemos informações junto dos veteranos desta guerra. Para o nosso trabalho seguir uma linha condutora, que conduzisse a um resultado concreto, foi concebida a seguinte pergunta central: **Que alteração foi feita por Portugal, na doutrina táctica e de emprego dos meios, nos baixos escalões, de maneira a combater este novo inimigo?**

Elaborada a questão central (QC), concebemos as questões derivadas (QD), que serão respondidas ao longo do trabalho, para com elas conseguirmos dar uma resposta concreta ao problema central. As questões derivadas formuladas a que procurámos responder durante a elaboração do trabalho são as seguintes:

- QD 1** - Que tipologia de forças e o modo de combater, os baixos escalões do exército português enfrentavam em Angola?
- QD 2** - Que tipologia de forças de baixo escalão dispunha Portugal?
- QD 3** - O tipo de terreno em que se combatia em Angola era desfavorável para os baixos escalões do exército português?
- QD 4** - A população era um factor a ter em conta. Tendo em conta esse factor como as forças dos baixos escalões do exército português usavam a população para esta nova tipologia de combate?
- QD 5** - Qual a organização e a forma de actuar das forças de escalão pelotão (Pel) de Infantaria do Exército durante as campanhas no Ultramar em Angola entre 1961-1974?

Para responder às cinco (5) QD apresentadas foram concebidas as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1 (QD 1)** - As forças que os baixos escalões do exército português enfrentavam, actuavam de um modo totalmente diferente de forças convencionais, assim como tinham uma organização completamente diferente.
- Hipótese 2 (QD 2)** – Os baixos escalões do exército português eram totalmente convencionais e Portugal conseguiu adaptá-los correctamente para enfrentar esta nova tipologia de combate.
- Hipótese 3 (QD 3)** - O terreno em que Portugal combatia era totalmente desfavorável para os baixos escalões das forças portuguesas.



Hipótese 4 (QD 4) – O contacto com as populações foi bem executado aos mais baixos escalões portugueses durante a guerra, e este factor contribuiu essencialmente com informação para o sucesso da estratégia portuguesa.

Hipótese 5 (QD 5) – Os baixos escalões portugueses actuavam como forças apeadas, ligeiras e com efectivos reduzidos, e de modo a persuadir a população para esta actuar a seu favor.

Apresentada a questão central, as questões derivadas e as hipóteses, temos agora que definir alguns conceitos que estão na génese do problema apresentado de modo a que o nosso leitor entenda e se centre no problema essencial. Os conceitos com a importância passíveis de serem explicados são:

- Doutrina: Conjunto de princípios e regras que visam orientar as acções das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército na prossecução dos objectivos nacionais (Exército Português, 2005, p. B-6).
- Tática:
 1. Tática é o emprego de unidades em combate. Inclui a disposição adequada de unidades de manobra em relação ao terreno, inimigo e forças amigas, para traduzir o potencial de combate em vitória nas batalhas e empenhamentos (Exército Português, 2005, p. B-10).
 2. A tática compreende o emprego de forças em combate para derrotar um inimigo ou adversário, controlar terreno e população ou apoiar forças amigas (IESM, 2010, p. 82).
- Altos escalões: No Regulamento de Campanha 130-1 Operações, os altos escalões são definidos como «*O Exército do Teatro, o Corpo de Exército, a Divisão e a Brigada constituem os mais elevados escalões de forças.* (EME, 1987, p. Cap 4 - Pág 22)». Entendemos que os mais elevados escalões significam o mesmo que altos escalões.
- Baixos escalões: para a definição de baixo escalão partimos do pressuposto³ que os altos escalões eram os anteriormente definidos, então os escalões compreendidos abaixo desses serão, logicamente, considerados de baixos escalões.

Por último resta referir que dentro dos baixos escalões, o escalão que irá ser alvo de estudos do nosso trabalho é o escalão de pelotão.

Embora o nível do nosso trabalho se centre no nível tático como anteriormente referido, tivemos de inicia-lo nos níveis estratégicos e operacionais, para conceber uma construção lógica de modo a conduzir o nosso leitor ao objectivo do nosso trabalho que se centra no nível tático.

³«Pressupostos são informações assumidas como verdadeiras, na ausência de factos. Esta informação é provavelmente correcta mas, no entanto, não pode ser verificada. (CID, 2007, pp. 3-9)»



Uma das grandes limitações encontradas na construção deste trabalho foi não termos um acesso à intranet do Exército, pois revelar-se-ia útil para facilmente acedermos à doutrina existente do nosso exército que está alocada nesse local o que era útil para a construção do nosso trabalho.

O nosso trabalho está estruturado segundo uma introdução, oito (8) capítulos e uma conclusão. A introdução consiste numa parte que adjectiva o trabalho, onde é referido a justificação do tema, o processo metodológico, limitações e estrutura do trabalho. No primeiro capítulo efectuamos um enquadramento de Portugal no nível político e estratégico referindo como o clima internacional se reflectia a nível interno. A redacção deste é importante pois o leitor necessita de entender o enquadramento internacional para perceber sobre que moldes esta guerra foi efectuada. O segundo capítulo permite compreender a génese da guerra, por parte de actores e instituições externas a Portugal. Escrevemos este capítulo para dar conhecimento ao leitor de como a guerra foi despoletada por parte de actores e instituições externas a Portugal. O terceiro capítulo centra-se já no nosso TO e onde é feita uma breve caracterização deste, pois é importante conhecer as características do terreno, a população e como esta estava dividida para se entender o modo português de combater. No quarto capítulo fizemos uma caracterização desta guerra em que terminamos com uma possível classificação dessa nova tipologia de combate. Este capítulo foi introduzido no nosso trabalho porque é necessário entender em que compreendia esta nova tipologia de guerra para se perceber as alterações à doutrina. No capítulo seguinte podemos observar as alterações que o nosso Exército efectuou nos seus meios e instalações para se adaptar à nova tipologia de combate. Essas adaptações e dispositivos montados levaram a que a doutrina sofresse alterações, daí a inclusão do capítulo no trabalho. O capítulo VI aborda as alterações na doutrina táctica que Portugal efectuou nos baixos escalões. Assim este capítulo é dos capítulos mais importantes do trabalho, pois, nele estão esplanadas as alterações na doutrina táctica e de emprego dos meios. O capítulo VII foi concebido para se saber se a doutrina também foi alterada no TO. No capítulo seguinte retirámos algumas ilações que são por nós consideradas importantes para futuros Comandantes de Pelotão. Por fim as conclusões onde damos resposta às nossas QD e posteriormente QC e onde também concebemos um subcapítulo em que apresentamos algumas propostas e recomendações.



I. Capítulo

Enquadramento político-estratégico de Portugal na década de 50 e sua evolução até 74.

A Segunda Guerra Mundial terminou e a Europa emergida num caos total (Ferreira, 2010, p. 40), viu-se forçada a recorrer ao denominado Plano Marshall⁴ criado pelos Estados Unidos da América (EUA) para efectuarem a sua recuperação dos países envolvidos na guerra (Teixeira & Barata, 2004, p. 56).

Num cenário traumático de pós-guerra começaram a surgir no mundo movimentos de cariz social e ressurgiram igualmente movimentos de cariz nacionalista que se tinham apagado com a aproximação da guerra (CECA, 1988, p. 45)

A destruição da Europa ditou o fim da sua hegemonia e fez surgir duas novas superpotências tornando-se a ordem internacional bipolar. Essas duas superpotências foram os actores de uma guerra (Teixeira & Barata, 2004, pp. 56-57) silenciosa que à mínima contrariedade poderia levar à extinção da vida humana tal como a conhecemos, a Guerra Fria⁵.

Esta guerra era travada entre dois blocos, um Ocidental liderado pelos EUA que contavam com o apoio das Nações da Europa Ocidental, e outro Oriental encabeçado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) representando grande parte dos países de Leste e inicialmente apoiado pela China (Moreira, 1999/2000).

Este confronto foi o motor da criação de novas alianças como é o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁶, da qual Portugal, embora resguardando a utilização indesejável dos seus territórios, foi membro fundador (Ferreira,

⁴ «Programa norte-americano destinado a recuperar as economias dos países do ocidente e sul da Europa, profundamente abaladas com a Segunda Guerra Mundial. Foi anunciado em Junho de 1947, num discurso na Universidade de Harvard, pelo Secretário de Estado George Marshall. O objectivo dos Estados Unidos da América era criar condições às nações europeias para o estabelecimento da democracia (travando assim o avanço para ocidente da influência soviética) e tornar dependentes dos EUA as economias da Europa. Para coordenar a implementação do programa foi criada a Organização Europeia de Cooperação Económica.» (Infopédia, 2003-2011)

⁵ «A Guerra Fria inclui a gama de acções em que a coacção reveste as formas de acção económica, psicológica, diplomática e política no interior do adversário, combinada com o eventual aprontamento e movimentação de meios militares e com a ameaça potencial da acção militar» (Couto, 1988a, p. 154).

⁶ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou também vulgarmente conhecida do Inglês como North Atlantic Treaty Organization (NATO), é uma aliança político-militar que unia as duas margens do Atlântico Norte. Foi concebida em 4 de Abril de 1949 para fazer frente a uma rivalidade global incontornável que se adivinhava com a URSS num futuro próximo (Telo, 2009, p. 1).



2010, p. 41). Em resposta a esta organização o Bloco Oriental, criou-se o Pacto de Varsóvia⁷ em 1955.

A ONU, que era vista como uma organização mediadora de conflitos, passou a ser um dos principais palcos de luta política, devido aos sucessivos vetos dos seus membros do Conselho de Segurança, do qual fazem parte como membros permanentes os EUA e a URSS.

O Portugal do pós-guerra, atendendo aos acontecimentos internacionais, definiu como principais eixos da sua orientação estratégica: manter a soberania nacional sobre todos os territórios; Participar activamente na defesa política e militar através da OTAN; Modernizar as Forças Armadas Portuguesas; Manter a individualidade portuguesa e a independência de actuações face às pressões externas das nações emergentes; Garantir estabilidade interna e externa, garantir a estabilidade financeira para lançar planos de fomento nacional e estendê-los aos territórios ultramarinos de modo a incentivar a economia (Ferreira, 2010, pp. 43-44).

Portugal entra na ONU a 14 de Dezembro de 1955, após um acordo entre a URSS e os EUA (Ferreira, 2010, p. 43). Aquando a entrada portuguesa na ONU, o Secretário-Geral, de acordo com a prática de rotina para os efeitos do artigo 73.º da Carta das Nações⁸ perguntou a Portugal se administrava algum território dependente ou não autónomo (CECA, 1988, p. 53). A resposta do nosso governo a esta pergunta foi negativa, «uma vez que eles eram independentes com a independência da nação portuguesa» (CECA, 1988, p. 53). Mas no seio da ONU o entendimento foi que o ultramar português era formado por “colónias” e chamou a si o direito de determinar o estatuto desses territórios (Ferreira, 2010, p. 44).

Paralelamente a estes acontecimentos durante o ano de 1954 foram sucedendo uma série de factos *«na Ásia e em África que puseram em curso uma nova era para os povos colonizados. Ocorreram as primeiras descolonizações efectuadas por outros países, algumas de forma pacífica, outras pela força das armas, nomeadamente na Argélia, Indochina, Tunísia e Indonésia, país onde, em 1955, se organizou a conferência de Bandung e onde estiveram representados países de África e Ásia»* (Silva, 2008/2009, pp. 8-9). A conferência de Bandung veio constituir um marco fundamental para luta dos países colonizados pois nela é reforçado o direito à autodeterminação dos povos, já proferida na Organização das Nações Unidas, onde vinca a afirmação do direito à autodeterminação pela força, se necessário (Silva, 2008/2009, p. 9).

⁷Tratado, assinado em 1955 e renovado em 1985, que estabelecia uma aliança entre a URSS e os seus países satélites no âmbito da política de defesa, em resposta à criação da NATO em 1949. Instituiu um compromisso de cooperação e assistência mútuas, associando a Albânia, a Bulgária, a Checoslováquia, a República Democrata Alemã (RDA), a Hungria, a Polónia, a Roménia e a União Soviética. Em 1968 a Albânia deixou de fazer parte da organização, o mesmo sucedeu com a RDA em 1990. A estrutura militar do Pacto de Varsóvia foi desmantelada em 1991.

⁸Artigo que obrigava os membros a transmitirem informações sobre as condições dos territórios sob sua administração regularmente ao Secretário-Geral da ONU (CECA, 1988, p. 53).



Portugal passa a ter, na ONU, o Bloco Ocidental, a Organização de Unidade Africana (OUA)⁹ e os EUA (Teixeira, 2010, p. 15) como inimigos. Estes começam a aumentar a pressão para Portugal sair dos territórios africanos, pois seria mais fácil para ambos os blocos aumentarem a sua influência em Estados independentes recentemente emancipados do que com províncias de outros estados (Silva, 2008/2009, p. 9).

No seio da OTAN, Portugal também começou a ser atacado por causa dos seus territórios ultramarinos. Viu-se, assim, impedido de utilizar o material bélico da aliança no Ultramar, pois afirmavam que os territórios ultramarinos ficam fora do âmbito da organização, visto o seu limite a sul terminar no Trópico de Câncer (Silva, 2008/2009, p. 9).

Tendo como base que *«a postura de retaliação maciça entre os dois blocos veio inviabilizar a possibilidade de uma confrontação directa, pelos resultados devastadores que teria para ambos os lados»* (Moreira, 1999/2000, p. 1), obrigou-os a optar por estratégias indirectas de controlo ou aumento de influências em determinadas zonas, pois esse controlo ou a simples interdição ao adversário trazia-lhes nítidas vantagens. A África-Austral é uma dessas zonas e dentro dela Angola e Moçambique eram consideradas posições-chaves para o domínio da região (Moreira, 1999/2000, p. 2). *«Durante a Guerra Fria quando as duas grandes potências começam a aperceber-se do potencial estratégico e, principalmente, económico de África»* (Silva, 2008/2009, p. 9) aumentam as suas pressões para que Portugal saísse desses territórios. Assim os EUA e a URSS tornam-se nos grandes actores externos do conflito português no Ultramar, apoiando respectivamente a União das Populações de Angola¹⁰ (UPA) – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (Teixeira, 2010, p. 16).

Em 4 de Fevereiro de 1961 rebenta a luta armada em condições militares precárias pelos movimentos emancipalistas formados e apoiados fora deste território. Este acontecimento não passou de tentativas frustradas de assalto a estabelecimentos prisionais e a um aquartelamento da Policia Móvel, na cidade de Luanda e do ataque a três agentes da Policia de Segurança Pública. Militarmente não obtiveram grandes resultados, mas no seio da ONU serviram de pretexto para novos ataques (CECA, 1988, p. 56). Portugal entrava em guerra nos seus territórios ultramarinos naturalmente afastado dos seus antigos aliados (EUA e Inglaterra) (Afonso & Gomes, 2010, pp. 211-212). Assim a principal alternativa internacional viável encontrada foi a República Federal Alemã (RFA), com quem desenvolveram inúmeros acordos que vieram a modernizar as Forças Armadas

⁹Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada a 25 de Março de 1963 e tinha como objectivo principal promover a solidariedade entre os estados africanos. Teve a sua primeira reunião formal, em Adis Abeba no ano de 1963, e aprovou o “direito de recurso à violência armada para liquidar os regimes colonialistas existentes”. No ano seguinte, no Cairo, a mesma organização, defendeu a “expulsão de Portugal pela força” e em 1968, foi criado um “Comité Militar” para acompanhar a situação e disponibilizar apoios militares aos movimentos reconhecidos (Moreira, 1999/2000, p. 3).

¹⁰ A UPA transformou-se em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em Março de 1962 integrando o Partido Democrático de Angola (PDA), numa tentativa de corrigir a sua conotação tribal (Cervelló, 2010).



portuguesas, tendo como bom exemplo a compra de novo armamento para o exército português (Espingardas G3, pistolas Walter, metralhadoras ligeiras entre outras). Outro apoio externo que Portugal encontrou na Europa foi a França. Esta era um importante poder colonial em África e encontrava-se em conflito na Argélia, sendo também condenada no seio da OTAN. Com isto a aproximação política e militar foi desenvolvendo-se naturalmente tal como o estreitar de laços comerciais e económicos (Telo, 2009, pp. 14-19).

Com o desenrolar dos conflitos e com passar do tempo, os apoios externos da França e da RFA começaram a desaparecer. No caso francês a guerra da Argélia terminou com a declaração de independência e estes procuravam a aproximação aos países africanos. No caso da RFA a aproximação destes ao leste europeu, tornando-os permeáveis às pressões internacionais, afastam-nos naturalmente de Portugal (Telo, 2009, pp. 14-19). Deste modo Portugal aproxima-se fortemente ao chamado Bastião Branco¹¹ (Teixeira, 2010, p. 15), o Malawi e Suazilândia na segunda metade da década de cinquenta (Afonso & Gomes, 2010, p. 213).

Com o objectivo de manter a posse dos seus territórios ultramarinos Portugal avança numa direcção oposta à da actualidade e entra em guerra nos seus territórios. Esta guerra iria posteriormente revelar-se bastante diferente de todas as guerras em que haviam participado.

¹¹ O Bastião Branco era composto pela República da África do Sul, Rodésia e Namíbia (Teixeira, 2010, p. 15).



II. Capítulo

Factores influenciadores da Guerra na Década de 60.

Existiram factores externos que influenciaram a guerra portuguesa. Esses passaram pelo sentimento de autodeterminação dos povos africanos, indo até aos grandes interesses internacionais.

O Pan-africanismo¹², um movimento que tende a dignificar os negros africanos e inverter a situação de inferioridade a que eles eram submetidos (CECA, 1998, p. 23), foi um dos factores impulsionadores desta guerra. Este movimento pretendia a união de todos os povos africanos como forma de potenciar a voz do continente (CECA, 1998, p. 24). Em suma, os ideais deste movimento cujo objectivo é dignificar o povo africano estão um pouco na base dos movimentos nacionalistas africanos que surgiram em todos os países.

O movimento Pan-Africanista português iniciou-se em 1912 com a criação da “Junta de Defesa dos Direitos de África” em Lisboa. Uma junta cujo objectivo fundamental era a luta pelos direitos africanos. Os fins estatutários desta junta eram de cariz político, académico, social e cultural. Desta organização por motivos de discórdia interna saíram alguns elementos que vieram a fundar a “Liga Africana” com ideais e estatutos totalmente inspirados nos da junta. Mais tarde a “Junta de Defesa dos Direitos Africanos” transformou-se em “Partido Nacional Africano” (CECA, 1998, p. 32). Por último em 1931 o “Partido Nacional Africano” e a “Liga Africana” fundaram o “Movimento Nacionalista Africano”, num esforço de unir todos os africanos portugueses (CECA, 1998, p. 32).

Com o terminar da Segunda Guerra Mundial os sentimentos nacionalistas voltaram. O sentimento de construir um movimento de países recentemente independentes afirmou-se desde muito cedo. Em 1947¹³ surgiu a primeira “Conferência sobre as Relações Asiáticas”, movimento asiático que alargou o seu âmbito até aos povos africanos. Posteriormente surgiu a Conferencia de Bandung¹⁴ que foi considerada como um marco fundamental, pois

¹² Movimento que teve o como grande precursor o advogado de Trinidad, estabelecido na Grã-Bretanha Sylvester Williams. Este foi o grande responsável pela conferência que ocorreu em Londres para protestar contra o açambarcamento pelos europeus das terras de África, de onde surgiu pela primeira vez o termo Pan-Africanismo que iria dar início ao movimento (CECA, 1998, p. 23).

¹³ Ano de independência da Índia e do Paquistão (Afonso & Gomes, 2010, p. 12).

¹⁴ Estiveram presentes na Conferência de Bandung, na Indonésia, entre 18 e 24 de Abril de 1955, os líderes de vinte e nove Estados asiáticos, sendo estes: o Afeganistão; Arábia Saudita; Birmânia; Camboja; Laos; Líbano; Ceilão; República Popular da China; Filipinas; Japão; Índia; Paquistão; Turquia; Síria; Israel; República Democrática do Vietname; Irão; Iraque; Vietname do Sul; Nepal; Iémen do Norte; bem como os seguintes países africanos, a Etiópia; Líbia; Libéria; e o Egipto. O patrocínio desta Conferência foi da responsabilidade da Indonésia, Índia, Birmânia, Sri Lanka e do Paquistão. O objectivo da mesma era a promoção da cooperação económica e cultural afro-asiática, bem como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou o neocolonialismo dos Estados



foi o ponto de partida do movimento dos não-alinhados (Afonso & Gomes, 2010, pp. 11-12). Esta foi mais que uma revolta dos povos de cor contra o domínio europeu, foi positivamente, a expressão à escala universal, da tomada de consciência da sua dignidade (CECA, 1998, p. 37). Pode dizer-se que foi o grande motor para toda a mudança em África já que estendeu a sua ajuda política aos povos africanos mais atrasados no seu processo de emancipação (CECA, 1998, p. 36).

Paralelamente reclamava-se a autonomia dos territórios africanos não independentes no seio da ONU. Esta empenhada no mesmo propósito e preconizando os mesmos princípios que se proclamaram nas conferências africanas e afro-asiáticas, questionava todos os seus estados membros com responsabilidades de administração de territórios africanos. Esta organização era assim o farol das Conferências, pois estas aumentavam o seu grau de exigência segundo as deliberações emanadas pela ONU.

Em 14 de Dezembro de 1955 Portugal entra para a ONU, factor que influenciou o início da nossa guerra. No seio da ONU Portugal começou a ser alvo de críticas e as suas políticas ultramarinas foram postas em causa (Afonso & Gomes, 2010, pp. 154-155). Portugal defendeu-se das acusações realizadas pela ONU, afirmando que os territórios ultramarinos eram integrados no Estado Português e desde que a Nação fosse independente, também os territórios o seriam. O que veio a pôr em causa a acção anticolonial dos países afro-asiáticos. Esta situação de luta política no seio da ONU arrastou-se até 1960, altura em que a ONU deixaria de reconhecer formalmente as províncias ultramarinas como parte integrante do território português e impunha que se concedesse a autodeterminação a todos os territórios (CECA, 1998, pp. 42-46). Tendo em conta a conjuntura política, os movimentos independentistas naturalmente partiriam para uma guerra em consciência com as resoluções da ONU a favor dos povos colonizados (CECA, 1998, p. 159), observando assim que o governo português não concederia a independência.

A pressão internacional para a independência dos povos de África foi sendo cada vez maior e foi a responsável por fazer surgir as diversas organizações internacionais de coordenação anticolonialista (CECA, 1998, p. 47). Estas organizações foram progressivamente estendendo a sua acção ao território angolano. Além dos movimentos descritos anteriormente, surgiram também, movimentos não angolanos com influência na subversão em Angola. Estes movimentos vinham de territórios vizinhos e contavam com o apoio dos movimentos de coordenação (CECA, 1998, p. 57).

A influência dos movimentos políticos internacionais de coordenação de acções anticoloniais e os partidos políticos em actividade nos países vizinhos incentivaram o crescimento de movimentos emancipalistas em Angola contra a presença portuguesa. Estes

Unidos da América, da União Soviética ou de outra nação considerada imperialista (Diário Universal, 2007).



movimentos emancipalistas eram movimentos que apoiavam o uso da força contra a presença portuguesa no território. É de destacar como principais movimentos emancipalistas, a UPA-FNLA, o MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) por terem sido os principais movimentos de luta em Angola (CECA, 1998, p. 68).

Existiram mais dois factores importantes para o iniciar da guerra em Angola. O primeiro foi o facto da independência do Congo ex-Belga, em 1960, pois permitiu uma maior movimentação por parte dos movimentos emancipalistas no território angolano junto das zonas fronteiriças (CECA, 1998, p. 19). O segundo factor importante no desenrolar da crise ultramarina portuguesa, foi o quadro de Guerra Fria que se desenrolava por trás destes acontecimentos internacionais.

«Portugal estava na linha oposta ao movimento de transformação que a Europa, através da URSS e seus associados e a América, pelos EUA, impulsionavam então pelo mundo fora, a caminho do desmantelamento, a caminho do desmantelar da velha ordem política de predominância de algumas, poucas, potências europeias, com vista a uma libertação que eliminasse os blocos existentes.» (CECA, 1998, p. 8). Como tal, seria muito mais fácil para qualquer um dos blocos influenciar, uma das posições-chave para o controlo da África Austral, como caso de Angola, se não existir nenhum bloco ou potência a influenciar o território.

Portanto, na tentativa de controlo indirecto sobre os territórios portugueses, ambos os blocos apoiaram os grupos partidários que eram hostis à presença portuguesa no território. Na tentativa de influenciar o território português, os EUA, durante a administração Kennedy, estabeleceram como um dos pilares da sua política externa o apoio às independências coloniais (Cervelló, 2010), apoiou protegendo politicamente a UPA-FNLA e forneceu material de algumas fundações americanas (como a Ford) (Ferreira, 2010, p. 160) e a par do apoio fornecido ao partido, tornaram-se nos terceiros maiores investidores do território (Teixeira, 2010, p. 16). Já o outro partido importante nos movimentos de subversão angolanos, o MPLA, foi apoiado pelo Bloco de Leste encabeçado pela URSS, recebendo instrutores militares e material bélico (Ferreira, 2010, p. 159).

Com todos estes factores, tornou-se complicado para Portugal tentar manter os territórios ultramarinos sem partir para o conflito armado.



III. Capítulo

Breve caracterização do Teatro de Operações de Angola.

A adaptação do modo de combater português para esta guerra foi influenciada pela morfologia de Angola. Neste capítulo vamos explicar as características de Angola, com o objectivo de tentar compreender as dificuldades que este Teatro de Operações (TO) impôs a Portugal no seu modo de combater.

O TO de Angola¹⁵ localiza-se na costa sudoeste de África. Luanda, a principal cidade e ponto de reabastecimento, dista por via aérea aproximadamente sete mil e trezentos (7300) quilómetros (km) de Lisboa. Um facto importante, pois a distância revelou-se como o primeiro desafio para Portugal (Cann, 1998, p. 19). Aspecto pertinente, porque impunha logo à partida, a questão de como iria Portugal transportar os seus contingentes até ao TO. A marinha mercante revelou-se então necessária para o transporte dos militares (Silva, 2008/2009, p. 17)

Angola cobre uma superfície de 1.246.314 quilómetros quadrados (km²), catorze vezes e meia maior que Portugal, sendo o maior comprimento de 1.277 quilómetros (km) e a maior largura de 1.236 km, tem uma extensão de fronteira terrestre de 4.837 km (CECA, 1989, p. 17), e uma orla marítima de 1650 km toda banhada pelo oceano Atlântico (Teixeira, 2010, p. 57). A fronteira¹⁶ terrestre é definida a Norte (N) e Nordeste (NE) pelo Congo Belga (Zaire), a Este (E) pela Rodésia Setentrional (Zâmbia), a Sul (S) pela Namíbia. A fronteira marítima é toda ela feita com o Oceano Atlântico (Cann, 1998, p. 21). Pormenor influenciador para o modo de combater português, pois para combater o novo inimigo teve de construir uma “malha” militar para cobrir todo o território angolano de modo a proteger a populações para as manter leais ao governo legal. A grande extensão de fronteira terrestre, de onde surgiam rebeldes e também de onde eram apoiados os movimentos subversivos (JIU, 1963, p. 44) tinha de ser controlada ou no mínimo vigiada¹⁷ o que afectou a adaptação do modo de combater português.

As fronteiras com os países vizinhos são definidas por rios¹⁸ e complementadas por linhas convencionais, por vezes bastante extensas, geralmente rectilíneas e segundo meridianos e paralelos. A N o Rio Zaire (rio de águas frias e rápidas) e o Cuango, a E o Cassai e o Cuando (rios que correm mansos e sobre margens baixas), e a S o Cunene e o Cubando.

¹⁵ Para melhor compreensão do capítulo ver Anexo A – Mapa de Angola

¹⁶ Para melhor compreensão do capítulo ver Anexo A – Mapa de Angola

¹⁷ Para melhor compreensão ver Anexo B – Influências para o modo português de combater.

¹⁸ Para melhor compreensão ver Anexo D – Mapa de Angola, destaque Hidrográfico.



Orograficamente Angola divide-se em três zonas. Junto do litoral de N a Sul desenvolve-se uma zona de planícies e planaltos de baixa altitude, um local árido, arenoso (CECA, 1989, p. 18). Segue-se uma zona intermédia e montanhosa, que define a orla ocidental dos planaltos do interior (CECA, 1989, p. 18). A terceira zona é no interior e é constituída por um planalto com altitude aproximada de mil e seiscentos (1600) metros (m).

O clima em Angola não é uniforme. Trata-se de um vasto país que se distribui por catorze (14) graus de latitude, com algumas regiões vizinhas do Equador e outras dos trópicos. Esta característica junta com a variedade das alturas e o afastamento do mar, tornam o clima muito variável de região para região (CECA, 1989, p. 20). Assim o clima em Angola passa pelo equatorial de Cabinda até ao semidesértico no sul, passando pelos climas tropicais húmidos (na metade norte do planalto central) e seco (no planalto da Huíla, a sul) até ao temperado húmido (nas planícies costeiras a Noroeste (NO)) (Teixeira, 2010, p. 57). Mas na generalidade, no território angolano, o clima é tropical, com uma estação das chuvas correspondente sensivelmente de Outubro a Março, e uma estação seca (estação cacimbo), que é nos restantes meses. Todavia o início das duas estações dependia de região para região (CECA, 1989, p. 20). O clima e o terreno eram um factores para qual Portugal não estava “preparado”, pois devido ao clima de Guerra Fria os cenários mais prováveis para o país actuar era no centro da Europa. Este terreno e clima levaram a algumas alterações na doutrina táctica e até na própria instrução ministrada às forças.

Em Angola habitavam sensivelmente 4 830 283 habitantes, cerca de quatro pessoas por km², das quais 95.2% eram negras, 3.5% eram brancas, 1.1% eram mestiças e 0.2% eram de outras raças, de acordo com o censo de 1960. A população negra era dividida por noventa e quatro (94) tribos diferentes, subdivididas em nove grupos com cultura e línguas próprias (grupos étno-linguísticos)¹⁹, cada um dos quais com o seu próprio grau de lealdade para com Portugal. A população concentrava-se na costa ocidental e no planalto central. O árido deserto oriental e a húmida selva setentrional eram escassamente habitadas (Cann, 1998, pp. 22-23). A população²⁰ é um dos factores decisivos para a vitória desta guerra, contudo estava bastante dispersa pelo território e era composta por diversas etnias o que levou Portugal a ter de adaptar o seu modo de operar para conseguir conquistar a sua lealdade. Logo o modo português de combater passou principalmente pela tentativa de aproximação dessas etnias de forma a combater o precário sentimento de unidade nacional, que poderia ser uma causa de subversão (Couto, 1988b, p. 219), e pela capacidade de negociação dos Comandantes para que conseguirem trocar serviços por informações ou pela própria lealdade da população.

¹⁹ Para melhor compreensão ver Anexo E – Etnografia.

²⁰ Ver Anexo C – Forma como a população alimenta a subversão. Torna-se relevante para o leitor observar este anexo para entender o porque de falar sobre a população neste capítulo.



IV. Capítulo

Nova tipologia de Combate / Classificação possível do tipo de conflito.

Ultrapassada a Segunda Guerra Mundial as potências ocidentais têm vindo a baquear perante inimigos subversivos (JIU, 1963, p. 17).

Portugal começava assim a preparar-se para fazer frente às alterações que surgiam na tipologia de combate porque esta guerra ameaçava o nosso património moral e material (JIU, 1963, p. 17), tal poderia suceder no Ultramar ou em território metropolitano (IAEM, 1960).

A guerra clássica era vista como um fenómeno de violência armada entre dois ou mais Estados acompanhada pela rotura de relações pacíficas, utilizando formas regulamentadas pelo Direito Internacional com a finalidade de impor um ponto de vista político (Couto, 1988a, p. 141). A guerra é assim um acto de *«violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares»* (Couto, 1988a, p. 148). A guerra evoluiu e deixou de ser unicamente prerrogativa dos Estados, passando a existir outros actores capazes de fazer a guerra ou de a provocar, como exemplo grupos de habitantes de um dado território apoiados ou não do exterior, o que tornou necessário efectuar a separação das guerras internacionais para as guerras internas. Para fazer essa separação utilizei a classificação de guerra efectuada pelo General Abel Cabral Couto em 1988, no seu esquema do espectro da guerra²¹. Assim esta nova tipologia de guerra que afectava Portugal, a guerra subversiva, era considerada uma guerra interna.

A guerra subversiva²² é uma *«luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudado e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção»* (EME, 1963a, p. Cap I- Pág 1). Esta tipologia de guerra tem normalmente três formatos de acção: acções clandestinas²³,

²¹ Para melhor compreensão ver Anexo F – Espectro da guerra.

²² Se nos cingirmos ao significado das palavras guerra subversiva será:

- Guerra: Luta pelas armas, entre nações ou partidos; campanha; luta (JIU, 1963, p. 18).
- Subversiva: que resolve; que revoluciona (JIU, 1963, p. 18).

²³ Visam o estabelecimento de uma organização político-administrativa (JIU, 1963, p. 33).



acções psicológicas²⁴ e acções violentas²⁵. Trata-se então de uma luta bem diferente da guerra clássica, pois esta é travada dentro do território e não nas fronteiras com países inimigos; é feita por uma parte dos seus habitantes e não pelas forças armadas de outro país (aqui nota-se a importância da população nesta tipologia de guerra); e são ajudados ou não pelo exterior, isto é por outros países (JIU, 1963, p. 19). A finalidade desta tipologia de combate, no caso português, era a obtenção de liberdade, ou seja a substituição das autoridades que exercem o poder. Porém esta pode ser conduzida com outras finalidades tais como: a alteração do regime social ou mudança de governo; obtenção de determinadas vantagens (IAEM, 1960, pp. 3-4); modificação de políticas do antecedente em curso, em especial no domínio económico-social (Couto, 1988b, p. 214); criação de uma nova sociedade política (Couto, 1988b, p. 214).

A subversão²⁶ pode ser entendida como uma técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais, para diminuir e/ou desgastar a capacidade de reacção, e pôr em causa o poder em exercício, mas sempre visando a tomada do mesmo. Nem sempre conduz à guerra subversiva, mas antecede-a ou acompanha-a, e em regra no plano militar trava-se sob a forma de guerrilha (Garcia, 2003). No desenvolvimento²⁷ da guerra subversiva em princípio distinguem-se duas fases e cinco períodos, isto segundo Joaquim Pinheiro em *Subversão e Contra-Subversão*, Proença Garcia em *Tipologias de Guerra* e nos manuais de o «*O exército na guerra subversiva*», ao contrário do Tenente-General Abel Cabral Couto que no volume II dos elementos de estratégia considera dois períodos mas apenas 4 fases. Todavia, para a realização do nosso trabalho iremos utilizar a primeira estratificação da guerra subversiva de Joaquim Pinheiro, Proença Garcia e no manual, que é composta pelo período pré-insurreccional que compreende a fase preparatória e a fase da agitação e o período insurreccional que contem a fase armada (de terrorismo ou guerrilha), a fase de estado revolucionário e a fase final (Garcia, 2003).

Na terceira fase da guerra subversiva a guerrilha emerge como técnica de tomada do poder (Garcia, 2003). Esta técnica de guerra está intimamente ligada aos meios e processos utilizados, tem portanto um carácter restrito (EME, 1963a, p. Cap I- Pág 3). Esta é uma forma de luta conduzida por elementos ligeiros, que têm uma organização e características especiais, dispersas e clandestinas, actuando numa zona controlada pelo adversário (EME, 1963a, p. Cao I- Pág 3). É uma guerra traiçoeira e imprevista, sem frentes nem retaguardas

²⁴ Visam agir sobre a moral e mentalidade dos indivíduos de modo a influenciar as suas opiniões e sentimentos (JIU, 1963, p. 33).

²⁵ São acções de Guerra propriamente ditas (JIU, 1963, p. 33).

²⁶ «a) *Acção concebida para enfraquecer o potencial militar, económico ou político de uma nação, através da diminuição do seu moral, lealdade ou confiança dos seus cidadãos. b) Acção levada a efeito por diversas formas e meios, com o fim de desorganizar a vida e duma comunidade, perturbar o espírito das pessoas, dificultar o exercício da autoridade, tornar inoperantes as instituições e os serviços, etc.* (Ribeiro, 2008, p. 307)»

²⁷ Para mais informação sobre outras tipologias de guerra ver Apêndice A – Outras tipologias de Guerra e exposição das fases de subversão



(Duarte, 2000/2002, p. 5). Estes foram os principais grupos que os nossos baixos escalões enfrentaram no TO de Angola.

A população desempenha o papel fundamental, pois como Mao-Tsé-Tung diz «A população é para o insurrecto o mesmo que a água é para o peixe» in Junta de Investigações do Ultramar. É nela que se desenrola a luta (o objectivo a conquistar) e por sua vez é ela que contém, no seu seio, o inimigo, ou seja é o ambiente em que se processa a subversão (IAEM, 1960, p. 4). De facto o apoio da população é indispensável pois é esta que fornece o apoio²⁸ (meios materiais e humanos) para a existência da guerrilha, é quem justifica a subversão, porque a subversão surge como resultado de algo que a população quer, é quem permite a vida dos agentes da subversão (JIU, 1963, p. 38). Para a existência desse apoio da população os movimentos subversivos pegam na fragilidade que essa mesma população sente e exploram essa vertente com o intuito de que elas adiram aos seus movimentos (Couto, 1988b, p. 216).

Este facto é de extrema importância, pois o exército português não estava preparado para efectuar uma luta que se desenrolasse no seio da população, e em que um dos principais objectivos para se conseguir o sucesso seria conquistar, conservar ou reforçar a adesão das populações (IAEM, 1960, p. 4).

Portugal enfrentou assim numa, perspectiva macro, uma guerra interna classificada como guerra subversiva devido aos objectivos e forma de actuar dos seus oponentes. Esta era executada por movimentos insurgentes que habitavam nesse mesmo território e que estavam estabelecidos no exterior desse com o propósito de derrubar o poder legal apoiando-se fortemente na população. Porém, ao nível tático, aquele em que estamos a trabalhar consideramos que Portugal apenas enfrentava uma *guerra de guerrilha* pois os nossos baixos escalões não tinham capacidade de defrontar todos os aspectos englobados na guerra subversiva.

²⁸ Para melhor compreensão ver Anexo C – Forma como a população alimenta a subversão



V. Capítulo

O Exército

No início da década de 50 a organização territorial do exército português era ainda resultado da reorganização de 1937²⁹. Reorganização essa que foi conduzida numa altura em que a situação política em Espanha se encontrava bastante conturbada, o que teve como reflexo a divisão militar do território continental que resultou numa reorganização das Armas e Serviços, novos tipos de unidades, estabelecimentos e órgãos, a fixação dos quadros e efectivos do Exército e ainda, o estabelecimento do número, identificação e localização definitiva das unidades, que se mantiveram quase sem alteração até ao início dos anos 60 (Duarte, 2000/2002, p. 18).

O ingresso de Portugal na OTAN deu origem, na década de cinquenta (50), a algumas alterações de pormenor que configuraram o dispositivo militar territorial em 1959 (CECA, 1988).

Dessas alterações é de realçar a unificação³⁰ do exército metropolitano com o exército colonial ocorrido em 1949³¹ com o sentido de resolver problemas jurisdicionais na administração (Duarte, 2000/2002, p. 19).

A entrada de Portugal para a OTAN veio proporcionar uma geração de oficiais que passaram em grande escala, por cursos e estágios no estrangeiro, levando a um enorme aumento de conhecimento técnico e também de comando e organização, devido ao contacto com os eficazes métodos americanos. Todos estes contactos, quer com o exército americano quer com os seus homólogos ocidentais possibilitou aquisição de um conjunto actualizado de conhecimentos militares, os quais vieram dar um forte impulso às reestruturações em curso (Duarte, 2000/2002). Foi *«durante este período que se desenvolveu todo o processo de criação e levantamento da 3ª Divisão (Divisão Nun' Álvares), desde a determinação das especialidades necessárias, até aos exercícios de*

²⁹ Para informações adicionais sobre a Armada e a Força Aérea ver Apêndice B – Armada e Força Aérea.

³⁰ «Efectivamente existiam dois exércitos distintos. O exército metropolitano, subordinado, em tempo de paz ou de guerra, ao Ministério da Guerra e com a responsabilidade da defesa do território da metrópole, e o exército colonial, constituído pelas forças colocadas em cada uma das colónias, e que se encontrava na dependência do Ministério das Colónias, que, para o efeito, dispunha de uma *Repartição Militar*. (Duarte, 2000/2002, p. 18)». Nesta organização previa-se a possibilidade de um envio a curto prazo de tempo, de uma força expedicionária que deveria entrar na composição das forças militares em operações nas colónias caso necessário para defesa do interesse nacional. O exército colonial era composto por tropas treinadas e recrutadas localmente mas comandados por oficiais e sargentos designados pela metrópole (Duarte, 2000/2002, p. 19). Porém ambos os exércitos estavam sujeitos a princípios orgânicos idênticos e eram solidários na manutenção da integridade e defesa da nação (Duarte, 2000/2002, p. 19).

³¹ Decreto-Lei nº 37.542 de 2 de Setembro de 1949.



preparação operacional com Infantaria, Carros de Combate e Artilharia. (Duarte, 2000/2002)». Estas alterações reflectiram-se na reformulação do exército, tornando-o num exército convencional modernizado treinado para combater forças convencionais, tendo a sua prioridade de combate a Europa (é de referir que, nesta altura se vivia o clima de Guerra Fria, em que as forças europeias que faziam parte da OTAN se preparavam para combater uma ameaça vinda de leste).

No final da década de cinquenta, e já em 1960 assistiu-se em Portugal a um novo surto de reformas, estas motivadas pela preocupação de Portugal com o Ultramar. Podem se observar estas novas preocupações portuguesas num documento previamente elaborado intitulado de “Política Militar Nacional (Elementos para a sua Definição)”, de Abril de 1959, onde se lê no título III – Esboço de uma Política Militar Nacional – o seguinte (CECA, 1988, p. 147):

«I – Dadas as actuais condições de conjuntura mundial e a situação geopolítica e geoestratégica das diversas parcelas da Nação Portuguesa, parece que, presentemente, se deverão admitir as seguintes prioridades quanto às nossas preocupações de segurança:

- a) Defesa interna dos vários territórios, em particular os do Ultramar, contra acções de subversão interna dirigidas e apoiadas no exterior; (CECA, 1988, p. 147)»*

Nesta nova década, o exército português enfrentara uma mudança total na missão das suas forças armadas, ou seja, tornava-se necessário criar uma força orientada para a contra-insurreição, que se vinha a perspectivar que acontecesse em África. Com isto, o Exército convencional tinha que ser reorientado e desmembrado para enfrentar uma insurreição em África. Isto não só pressupôs um enorme salto conceptual por parte da chefia, como também no estabelecimento de doutrina totalmente nova, com os respectivos treinos e tácticas (Cann, 1998, p. 115). Portugal passou a optar, em vez de grandes efectivos por pequenas patrulhas de homens bem treinados que pudessem penetrar em terrenos acidentados para reunir informações, matar guerrilheiros, dificultar sementeiras e a apanha de alimentos (Cann, 1998, p. 117). Para rever as doutrinas e tácticas Portugal, antes de assumir a política virada para África, intensificou o envio de oficiais para o estrangeiro com o intuito de frequentarem o curso de contra-guerrilha (Duarte, 2000/2002), o que em conjunto com um role de influências que vão desde a experiência em operações africanas, do conseqüente conhecimento do terreno e das populações, até à observação e estudo de um conjunto de conflitos recentes, de que se destacam as disputas da França na Argélia (1954-1962) e da Grã-Bretanha na Malásia (1948-60), no Quênia (1952-60) e em Chipre (1955-60) (Duarte, 2000/2002), deu origem a nova doutrina e tácticas que levou a um novo surto de reformas e alterações dentro do nosso exército.

Em conseqüência destes trabalhos no território continental assistiu-se a uma nova reorganização do território com o fecho de algumas unidades e a transformação de certas unidades em unidades de outro tipo. Tendo como bom exemplo o Regimento de Infantaria



nº 8, em Lamego, que deu o lugar ao Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), vocacionado para a instrução e formação de unidades e quadros em guerra irregular (CECA, 1988, p. 148). Enquanto no Ultramar português assistiu-se a um reforço do dispositivo militar

«Na sequência desta reorganização as unidades do continente passaram a ser classificadas como Centros de Instrução Básicos (CIB) ou Especiais (CIE), ou como Unidades Operacionais (UOp). Aos primeiros foi cometida a instrução básica, aos segundos a instrução de especialidades e as últimas ficaram responsáveis pela instrução colectiva e treino operacional de unidades destinadas à defesa territorial, à rendição de unidades Ultramarinas e à satisfação de compromissos internacionais. (Moreira, 1999/2000)».

Com o deflagrar do conflito Portugal já tinha, devido ao seu esforço, alguma doutrina e tática, que foi concebida, publicada e ministrada para fazer frente a esta tipologia de guerra, em que a companhia era a unidade fundamental nesta tipologia de guerra. A divisão do TO³² não poderia ser obrigatoriamente igual ao da guerra clássica, logo o exército organizou o TO de Angola em sectores de Agrupamentos³³, que por sua vez, se dividiam em sectores de Batalhão e este em quadrículas de Companhia, que desempenhavam o papel fundamental. Neste cenário operavam dois tipos de forças, as de quadrícula e as de intervenção. A função da Companhia em quadrícula e as forças que actuam dentro destas irão ser alvos de análise no capítulo seguinte.

O conceito estratégico-militar que oscilou entre a *«busca e destruição do inimigo (Teixeira, 2010, p. 20)»* e a *«conquista das mentes e corações (Teixeira, 2010, p. 20)»* da população foi o pensamento base para a organização do nosso exército, levando-o a preparar-se para:

- Efectuar controlo das povoações mais importantes e reconcentração das populações nativas em aldeamentos estratégicos (Teixeira, 2010, p. 20);
- Defender as grandes linhas de transporte ou itinerários de ligação (Teixeira, 2010, p. 20);
- E organizar-se em pequenas unidades para fazer rastreio do mato, ataque e destruição dos acampamentos inimigos (Teixeira, 2010, p. 20).

No que toca ao armamento (material) usado pelo nosso exército durante o conflito em Angola, as suas características principais são inicialmente de fraca qualidade, de várias origens e alguns materiais são obsoletos. Com excepção da produção do Braço de Prata –

³² Para melhor compreensão ver Anexo G – Divisão do TO em Quadrícula

³³ *«Na gama de unidade actualmente consideradas na estruturação das forças destinadas às operações no ultramar, designa um conjunto de unidades constituído com base em dois ou mais batalhões, tendo ou não, além destes, elementos de outras Armas ou Serviços. Pode também designar um conjunto de unidades de escalão Batalhão ou equivalentes, de uma Arma ou serviço, sendo nesse caso a palavra “Agrupamento” seguida da indicação dessa Arma ou serviço (EME, 1963a, p. Anx- Pág 3)»*



O modo português de fazer a guerra no teatro de operações de Angola os dilagramas³⁴, as munições de calibre sete vírgula sessenta e dois (7,62), a pistola-metralhadora *FBP* (Fábrica do Braço de Prata) ou a espingarda automática G-3 –, o material bélico português tem basicamente um carácter antigo e de refugo de proveniência vária (como anteriormente referido): restos da OTAN, sobras da II Guerra Mundial fornecidas pelos norte-americanos e armamento de mercadores internacionais (Teixeira, 2010, p. 21).

Mas com o desenrolar do conflito Portugal adquiriu material de qualidade junto da Alemanha, sua “aliada” como referido anteriormente. Portugal passou a utilizar no TO como armamento ligeiro Espingarda Automática G3 de 7,62 mm; Metralhadora Ligeira HK21 de 7,62 mm; Pistola Walther de 9 mm; Pistola-Metralhadora *FBP* de 9 mm e como armas pesadas Morteiro 60 mm; Morteiros de 81 e 107 mm; Lança-foguetes de calibre 60 e 89 mm (Teixeira & Barata, 2004, pp. 473-478).

Mas não só ao nível de armamento se nota inicialmente a falta de qualidade do material usado pelo Exército português em Angola, era também notado na qualidade dos transportes. As viaturas de transporte que equipavam o nosso Exército provinham das mais variadas origens, acarretando irresolúveis problemas de manutenção (Teixeira, 2010, p. 22). Posteriormente Portugal adquiriu novas viaturas e, quase como aconteceu no armamento quase as viaturas provieram da Alemanha (Mercedes Unimog) e desta vez também da França (Berliet).

A questão do material foi bastante problemática para Portugal pois estava proibido de usar material que proviesse da OTAN nos seu territórios e como não contava com o fornecimento de material dos EUA, teve que auxiliar-se de outras fontes de modo a actualizar o seu material. Por isso ter iniciado a guerra com fraca qualidade de material.

Referente ao abastecimento geral e às rações de combate, a qualidade era mínima, o que levava a constantes queixas dos soldados. Em casos extremos devido a má orientação na retaguarda, os aquartelamentos laqueados do mundo que eram abastecidos por aviação sofriam crises logísticas que levavam a meses com regime de macarrão com marmelada ou goiabada (Teixeira, 2010, p. 23).

³⁴ «Dilagrama é o acrónimo de “dispositivo de lançamento de granadas de mão”, instrumento que serve granadas defensivas disparadas de G-3 com munição Especial. (Teixeira, 2010, p. 115)»



VI. Capítulo

Alterações feitas, por Portugal, na doutrina táctica e de emprego de meios, nos mais baixos escalões, para enfrentarem esta nova tipologia de combate.

A construção deste capítulo visa demonstrar as alterações que Portugal efectuou na doutrina táctica e de emprego dos meios face a esta nova tipologia de combate. Visando o objectivo do nosso trabalho vamos apenas focar as alterações que Portugal efectuou na doutrina táctica e emprego dos meios nos seus baixos escalões, mais especificamente o escalão pelotão, para responder aos bandos armados e de *guerrilha*³⁵ que actuavam nos seus territórios ultramarinos. A análise das alterações à doutrina táctica vai ser formada apenas sobre o modo de como Portugal levava a cabo as operações de combate nas pequenas unidades de atiradores. Iremos apenas analisar as alterações tácticas e o emprego de meios de apenas alguns estilos de operações. O fundamento para a escolha destas operações está relacionado com o conhecimento recolhido juntos dos actores da guerra, serem as acções mais efectuadas em Angola (Diário de Notícias) e também estarem expostas no volume II do manual «O Exército na Guerra Subversiva».

Nas acções defensivas³⁶ efectuadas até a Guerra do Ultramar as forças portuguesas pretendiam barrar um eixo, impedindo o inimigo de alcançar um objectivo. Para isso estavam preconizados vários estilos defensivos: *Defensiva sem espírito de recuo ou defensiva em posição*³⁷; *Defensiva elástica ou defensiva pela manobra*³⁸; *Defensiva móvel*³⁹.

³⁵ «Forças muito rústicas, quer pela sua organização e equipamento quer pelos reduzidos efectivos das pequenas fracções em que normalmente se articulam para o combate, cujas características principais são a clandestinidade, o carácter local (compreendem sempre numerosos elementos locais perfeitamente conhecedores do terreno, da população e dos recursos das regiões onde actuam), a rusticidade e a mobilidade. Actuam por surpresa e com grande rapidez, procurando manter uma constante e persistente agressividade que se manifesta, essencialmente, por acções de terrorismo, golpes de mão, emboscadas e acções de flagelação, com finalidade de: entravar certas actividades e serviços essenciais e criar na população um clima de medo; actuar contra as forças da ordem, não só directamente mas em especial de forma a obrigá-las a dispersar as suas unidades, tirar-lhes a liberdade de acção, fatigá-las, desacreditar as suas possibilidades perante a população e, até desmoralizar os seus próprios elementos. (EME, 1963a, pp. Anx - Pág 18-19) »

³⁶ Para mais informações que complementam as operações defensivas neste capítulo ver Apêndice D – Operações Defensivas.

³⁷ Defensiva sem espírito de recuo ou defensiva em posição: uma defensiva que tinha como finalidade deter o adversário diante duma posição defensiva (Neves, 1949a, p. 120).

³⁸ Defensiva elástica ou defensiva pela manobra: procura deter o avanço do inimigo sobretudo no movimento, pela manobra (Neves, 1949a, p. 136).

³⁹ Defensiva móvel: é em tudo idêntica à anterior só que esta tem finalidades próprias como por exemplo ganhar tempo evitando a acção decisiva, evitar combate numa situação de inferioridade, atrair o inimigo para uma situação mais vantajosa (Neves, 1949a, p. 139). Esta apresenta duas modalidades, a manobra em retirada e a retirada (Neves, 1949a, p. 139).



Nestes, os pelotões eram usados para barrar ou desgastar um inimigo, que vinha a progredir de um eixo de aproximação definido, com a intenção de não deixar o inimigo avançar no terreno. Os pelotões eram aplicados numa zona de terreno, onde eram delimitados as suas zonas de acção com base na provável direcção do inimigo e os pelotões tinham de organizar e defender a zona. O pelotão de atiradores (PelAt) assumia então um dispositivo em triângulo com três postos de combate de efectivo secção de atiradores (SecAt), geralmente duas em primeiro escalão e uma à retaguarda⁴⁰.

As tácticas defensivas clássicas demonstram que pretendiam travar um inimigo, vindo de uma direcção conhecida, através da qual o Cmdt Pel preparava todo o seu dispositivo de modo a deter a sua progressão.

Com a alteração no modo de combater, passando esta para uma guerra de guerrilha⁴¹, em que o grupo de rebeldes actua em toda extensão territorial controlado por um dos contendores, e não só atrás de uma linha de contacto bem definida, torna-se evidente que as tácticas convencionadas terão que ser adaptadas com o propósito de opor-se aos aspectos irregulares que as operações de contra-guerrilha necessariamente apresentaram (EME, 1963b, p. 1ª P- Cap III - Pag 1).

Uma transformação que Portugal efectuou logo no seu modo de combater para enfrentar a guerrilha nos territórios ultramarinos, foi a divisão do TO em quadrículas de companhia criando a *função de quadrícula*⁴² e a *função de intervenção*⁴³. Na Quadrícula actuavam duas forças: as *forças de quadrícula*⁴⁴ e as *forças de intervenção*⁴⁵, mas ambas actuam sem saber de onde vem o inimigo, quem ele é e onde ele está, o que faz com que as operações defensivas nas operações de contra-guerrilha efectuadas no Ultramar adquiram contornos diferentes das anteriores abordadas.

⁴⁰ Para mais informações sobre o modo como o pelotão era aplicado nas operações defensivas clássicas ver Apêndice D – Operações defensivas.

⁴¹ Referido no Capítulo IV – Nova tipologia de combate / Classificação possível do tipo de conflito.

⁴² Ver Apêndice C – Funções de Quadrícula e Intervenção com matriz comparativa. Este conceito tem origem na pacificação do Exército francês efectuada na Argélia (Cann, 1998, p. 96).

⁴³ Ver Apêndice C – Funções de Quadrícula e Intervenção com matriz comparativa.

⁴⁴ «*Conjunto de forças dispersas por todo o território a pacificar, com sede nas principais povoações e determinados pontos importantes e destinado a guarnecer esse território para a obtenção das finalidades inerentes à função de quadrícula. Forças de quadrícula e forças de intervenção constituem um único conjunto de forças, formado por sucessivos escalões (Companhia, Batalhão, Agrupamento, etc.), onde cada um dos quais deverá em princípio, compreender subunidades de quadrícula e subunidades de intervenção.* (EME, 1963b, p. Anx - Pág 28)

⁴⁵ «*Conjunto de forças destinadas a levar efeito uma pertinaz acção ofensiva contra os bandos armados e guerrilhas para a obtenção das finalidades inerentes à função de intervenção. Forças de intervenção e quadrícula constituem um único conjunto de forças formados por sucessivos escalões [...] cada um dos quais deverá compreender subunidades de quadrícula e subunidades de intervenção* (EME, 1963a, p. Anx - Pág 20)»



As operações defensivas nas operações de contra-guerrilha estão englobadas na função de quadrícula, e são: a defesa de *pontos sensíveis*⁴⁶, a *protecção de itinerários* (EME, 1963b, p. 2ª P - Cap IV - Pág 1).

Os pontos sensíveis podem apresentar aspectos muito diversos, em função da sua dimensão, natureza e localização. Estes factores influenciam a tática que será utilizada para a defesa desses mesmos postos. Por exemplo um (1) edifício dentro de uma povoação, com população amiga ou não hostil faz com que a sua defesa assuma aspectos particulares devido da presença dessa mesma população. Nesse caso não há que considerar uma defesa contra um ataque de guerrilheiros, mas sim apenas uma guarda contra sabotadores ou elementos amotinados (EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap I- Pág 1-2).

Com estes aspectos, verificamos que a conduta das acções defensivas na contra-guerrilha serão diferentes das anteriores e que o dispositivo tático será instalado sobre princípios táticos díspares, pois os objectivos a atingir são substancialmente diferentes.

Apesar das diferenças já demonstradas, existem duas missões que a força encarregada da defesa do ponto sensível pode ter que são idênticas às missões anteriores. As missões podem ser: *garantir a defesa a todo o custo*, sendo igual à missão⁴⁷ das unidades responsáveis por montar posição de resistência na defensiva sem espírito de recuo; ou então a missão de *alertar o comando superior e resistir temporariamente*, podendo esta missão ser comparada com uma operação defensiva elástica pois também pretende ganhar tempo, embora a sua finalidade seja diferente, pois esta última tenciona ganhar tempo para ser reforçada (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap I- Pag 3).

A força que fica encarregue pela defesa do ponto sensível deve ser articulada em duas (2) fracções, ou de preferência três (3), além do comando, de forma ao comandante conseguir uma força a efectuar a defesa, ter uma reserva sempre pronta a actuar e para simultaneamente ser capaz de assegurar o descanso dos seus homens (EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap I- 3-4). Esta articulação difere da tipologia de defensiva convencional anteriormente usada, pois o pelotão teria a sua defensiva montada com uma composição ternária em triângulo.

⁴⁶ «Povoação ou instalação importante, ponto vital de uma via de comunicação e mesmo determinado acidente de terreno, cuja posse por parte dos rebeldes, pela importância que tem para a vida das tropas e das populações, apresenta inconvenientes de acentuado valor dos pontos de vista políticos, militar, económico, ou outros (EME, 1963a, p. Anx - Pág 26).» São considerados pontos sensíveis povoações que se tenha que proteger ou evitar o contacto com os rebeldes; instalações de maior interesse político, económico, administrativo e militar como órgãos de direcção política e repartições públicas, serviços de água, gás, electricidade, transmissões e assistência sanitária, complexos industriais e agrícolas, órgãos produtores de energia e grandes depósitos de energia; e pontos vitais nas vias de comunicação tais como túneis, cruzamentos, pontes estações de caminhos-de-ferro, desfiladeiros e outros (EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap I- Pág 1-2).

⁴⁷ «A missão de uma unidade de infantaria encarregada, na defensiva sem espírito de recuo, da ocupação e defesa da P.R. (Posição de Resistência) é sempre simples, constituindo em manter a todo o custo a integridade do terreno que ocupa» (Neves, 1949b, p. 186).



Na impossibilidade de demonstrar detalhadamente todos os casos da defesa de pontos sensíveis, iremos abordar um pouco da defesa de povoações como exemplo de actuação portuguesa comparando-a com a defesa de povoações convencional para qual Portugal estava preparado.

A grande alteração que Portugal efectuou no seu modo de actuar está relacionado com o tipo de inimigo a combater. Iremos apenas reflectir na forma de defesa de povoações sem incluir defesa de grandes cidades, pois um ataque a um centro desses teria que ser por um grande grupo de rebeldes bem equipados, como tal teria de ser defendida por forças de escalão elevado (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap I- Pág 15) e o objectivo do trabalho prende-se com a tática de baixos escalões.

Em virtude da dispersão imposta pelas características e objectivos da guerra em causa, as forças disponíveis para a defesa de uma povoação são normalmente reduzidas, porém embora reduzidas as forças devem possuir um mínimo de características defensivas que dependem das características defensivas da povoação, possibilidades dos rebeldes, grau de confiança da população e da distância até à unidade mais próxima. Caso a população dessa povoação esteja claramente do lado do poder legal, as forças de defesa podem ser serem mesmo inexistente (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap I- Pág 14). Este pormenor é importante porque desta forma um pelotão pode garantir a defesa da povoação, o que não sucedia nas defensivas clássicas. Caso contrário seria bastante difícil para o pelotão sozinho manter a defesa de uma povoação⁴⁸.

Podemos concluir que não existe um efectivo mínimo para efectuar a defesa de uma povoação nesta tipologia de combate, pois esta irá depender dos factores inerentes da situação. Esta situação não sucederia no convencional devido ao inimigo, pois estaria razoavelmente equipado com fogos de artilharia, carros de combate e sobretudo não atacaria a povoação com escalões relativamente baixos, o que significaria que um pelotão sozinho dificilmente conseguiria manter a posse dessa povoação.

A *protecção de itinerário* é uma operação defensiva consignada na função de quadrícula e que foi fortemente efectuada em Angola com patrulhas de itinerário frequentemente associadas a escoltas⁴⁹ (Diário de Notícias). Esta missão tática é importante para o estilo de combate efectuado, pois uma das missões das unidades que guarnecem um território é a de pacificar e garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pág 1). O centro da diferença nestas actuações defensivas de protecção de itinerários está relacionado com o facto de o inimigo estar espalhado por todo o território e não se saber onde ele pode actuar ou quem ele é, ao inverso das anteriores operações em que os Comandantes sabiam que se mantivessem o inimigo detido à frente da linha de combate os itinerários à sua

⁴⁸ Para melhor compreensão ver Apêndice E – Quadro comparativo da defesa de povoação.

⁴⁹ Esta informação foi também confirmada através das entrevistas aplicadas.



retaguarda em princípio estariam seguros. Outro ponto que diferencia estas operações das anteriores, é o próprio objectivo da Guerra de subversão. Nesta o inimigo procura persuadir a população de modo que esta apoie a sua causa de forma a derrubar o poder legal. Um dos modos de a persuadir é fazer o uso da força, o que torna este num objectivo contrário ao da guerra convencional onde se procura a destruição do poder militar de modo a conquistar esse território.

Estas missões defensivas podiam ser efectuadas de três maneiras, através de uma *defesa fixa*⁵⁰, *vigilância móvel*⁵¹ e *escoltas*⁵². A tipologia destas missões é diferente das anteriores tipologias de defesa o que nos limita a base para comparação como tal, precisamos de perceber que estas operações são recentes nas alterações da doutrina táctica portuguesa pois foi o período em que o nosso exército se deparou com o problema da subversão (Barroso & Sousa, 2009, p. 51) tendo que estabelecer uma doutrina nova com os respectivos treinos e tácticas (Cann, 1998, p. 115). Em suma, a grande alteração nestas operações foi na articulação das forças e nos seus efectivos, pois o inimigo que se enfrenta apresentava-se muito diferente do convencional e normalmente actua com poucos homens e sem grandes capacidades anti-carro ou de protecção.

Iniciaremos agora a tipologia de missões ofensivas, onde começaremos por abordar o *Patrulhamento*. Esta é uma acção geral a todas as operações, mas assume uma importância muito maior na luta de contra-subversão, pois consiste na principal e mais eficaz forma de acção a utilizar contra bandos armados (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 1). Para o estudo das patrulhas, iremos apenas abordar e comparar as patrulhas nas operações ofensivas, pois é o que assume maior destaque nesta tipologia de combate.

Em 1950 as patrulhas eram vistas como uma pequena equipa destacada do corpo principal numa missão de reconhecimento, combate ou segurança, o tamanho desta equipa dependia da missão que iria executar, e normalmente as grandes patrulhas acabavam por enviar pequenas equipas (The Infantry School, 1950, p. 315).

Estas eram divididas em duas tipologias de patrulhas, *patrulhas de combate* e *patrulhas de reconhecimento*. As *patrulhas de combate* normalmente empenhavam o inimigo e podiam assumir missões como capturar prisioneiros, destruir ou capturar material inimigo e prevenir o reconhecimento inimigo do nosso dispositivo. As patrulhas de combate podiam ainda assumir missões defensivas como prevenir que o inimigo ocupe uma parte

⁵⁰ Defesa «dos pontos vitais das vias de comunicação: povoações que servem, cruzamentos importantes, pontes, vaus, desfiladeiros, etc., ou outros pontos do terreno adjacente donde inimigo possa desencadear acções particularmente perigosas.» (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 2). Para uma melhor compreensão deste capítulo ver Apêndice D – Operações Defensivas.

⁵¹ «Uma vigilância móvel dos troços entre esses pontos, realizada por patrulhas lançadas com maior frequência possível...» (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 2). Para uma melhor compreensão deste capítulo ver Apêndice D – Operações Defensivas.

⁵² «Escoltas fornecidas às colunas que se deslocam nos referidos itinerários.» (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 2). Para uma melhor compreensão deste capítulo ver Apêndice D – Operações Defensivas.



particular de terreno, ou protecção de rotas de abastecimentos e comunicações. Às patrulhas de combate podiam ser atribuídas missões de segurança como a protecção do flanco, frente ou retaguarda de forças destacadas em marcha (The Infantry School, 1950, pp. 315-316). As *patrulhas de reconhecimento* tinham como principal missão transmitir informações úteis e oportunas para o comandante. A missão de reconhecimento inclui a obtenção de informação sobre a localização e características das posições e instalações inimigas, itinerários, obstáculos, características do terreno e natureza do mesmo (The Infantry School, 1950, p. 316).

Pegando nos conceitos da altura, e também no conceito⁵³ actual de patrulha e ainda nas finalidades de patrulhas descritas no FM 7-8 de 2007 (Department of the Army, 2007), podemos referir que os pelotões de atiradores, actuando como pelotão de exploração na aproximação⁵⁴ de uma força nas operações convencionais, são as patrulhas dessa mesma força. Esta afirmação pode ser fundamentada através das acções e missões que o Pel At nessa situação pode assumir, pois pode assumir missões de reconhecimento e combate.

Nas guerras clássicas existiam, também, patrulhas que os Comandantes de companhia utilizavam para recolher informações complementares sobre o dispositivo inimigo. Estas patrulhas podiam apresentar efectivos diferentes e modos de actuar diferentes, umas eram constituídas para *patrulhas de combate* e outras para *patrulhas de reconhecimento / exploração*⁵⁵ (Neves, 1949c, p. 103). As patrulhas de combate eram patrulhas utilizadas com um efectivo de secção reforçada ou algumas vezes de pelotão, comandadas por um oficial e eram dotadas com meios de transmissões (posto rádio portátil e meios ópticos) e apoiadas por armas pesadas. Estas tinham o objectivo de provocar um ataque simulado com o intuito de provocar o fogo inimigo e a finalidade de se reconhecer a localização das suas armas ou a ocupação dos seus pontos de observação (Neves, 1949c, p. 103). As patrulhas de reconhecimento eram «*constituídas por dois (2) ou três (3) homens, apenas, e têm por missão explorar o terreno de ataque procurando os caminhos desentendiados e referenciando os obstáculos. Evitam o combate, procurando passar despercebidas ao inimigo e transmitem para a retaguarda as informações colhidas por discretos sinais de braços, armas, capacete, etc.*» (Neves, 1946-1947, p. 612) e podem ser comandadas por um sargento experiente com boas características de liderança.

Estas operações podiam ser executadas quer de dia quer de noite, apesar desta segunda hipótese ser a mais habitual porque camufla melhor os movimentos das nossas forças. O Comandante da patrulha quando recebe a missão deve planear o mais detalhadamente possível a missão. Este efectua o seu planeamento através de informações

⁵³ «*Grupo de homens destacados por uma unidade com a finalidade de executar uma missão de combate ou reconhecimento* (Direcção de Instrução, 1996, p. Glossário/ Pág 4) ».

⁵⁴ Actualmente denominada de Marcha para o contacto, ver Apêndice F – Patrulhas, para perceber o modo de actuação do pelotão de exploração.

⁵⁵ Termo retirado de (Neves, 1946-1947, p. 612).



disponíveis sobre o inimigo e o terreno onde vai operar. O estudo do terreno sempre que possível deverá ser feito num ponto de observação com vista sobre o terreno e será complementado com o máximo possível de cartas e fotografias aéreas (Neves, 1949, pp. 246-247). Este indicará: Itinerário a utilizar; Pontos a escolher para final de lanços; Zonas favoráveis às emboscadas adversas (Neves, 1949, p. 247).

O comandante da patrulha determina o armamento, munições e equipamento a utilizar pela patrulha para executar a missão. Este é, normalmente constituído por armas ligeiras como pistola-metralhadora, granadas de mão explosivas e de fumos, espingarda e metralhadora ligeira, para certas missões pode também ser útil lança-granadas anticarro, para a noite são consideradas como úteis armas silenciosas como punhal e moca. A dotação das munições será sempre menor que a normal e o equipamento será aligeirado ao máximo. De noite levam bússolas, relógios luminosos e o capacete é dispensado pois, para além de não deixar ouvir pode ser causador de ruídos e brilhos metálicos. Estas patrulhas na defensiva ainda podiam ser utilizadas para eliminar pequenas forças inimigas que se preparavam para o assalto ou que tencionavam obter informação do nosso dispositivo.

Estes casos apresentados irão ser o ponto base da nossa comparação e verificação de todas as alterações efectuadas na doutrina táctica portuguesa e preparação para a guerra de contra-guerrilha.

Com a alteração do campo de batalha e principalmente do inimigo que se enfrenta, as patrulhas ganharam grande importância, com isto a sua doutrina de emprego foi substancialmente alterada para conseguir responder às novas chamadas.

A primeira alteração que foi necessário ser feita está relacionada com os objectivos destas operações. A acção de patrulhamento passou a ser uma acção realizada por patrulhas (o equiparável ao pelotão de exploração nas operações convencionais) devidamente coordenadas que percorrem regiões não guarnecidas com o objectivo de obter informação sobre o inimigo, terreno e população (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 1), facto importante que difere nesta tipologia de combate pois, não se sabia onde estava o inimigo, nem quem exactamente era. A população surgiu como factor importante para se poder vencer a guerra, assim as patrulhas ganharam o objectivo de manter o contacto (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 1-2) com elas tentando ganhar os seus “corações” de modo a obter informações e lealdade. O último objectivo criado para estas patrulhas era semelhante às anteriores⁵⁶ (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 1).

A composição das patrulhas também sofreu uma adaptação. O efectivo das patrulhas nestas operações de contra-subversão podia ter no mínimo oito (8) homens⁵⁷ podendo ser comandada por um sargento ou oficial. É de salientar que estas patrulhas podem englobar elementos especializados como cães de guerra e seus respectivos

⁵⁶ Reconhecimento do dispositivo inimigo e atacá-lo.

⁵⁷ As anteriores patrulhas de reconhecimento podiam ser compostas por três (3) a quatro (4) homens.



tratadores, guias, etc., (EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap III- Pag 9-10) . Estas diferem mais uma vez das operações convencionais por não serem apoiadas por armas pesadas como nas anteriores patrulhas de reconhecimento. No nosso entender estas alterações, estão relacionadas com o inimigo a enfrentar, este estava mal equipado, era altamente móvel, não montava linhas defensivas, actuava de surpresa e não se sabia onde ele estava. Como tal era necessário que a força que o enfrentasse fosse detentora das mesmas características para o poder procurar e posteriormente capturar. As características do terreno angolano, também, foram influenciadoras das alterações. Quanto maior fosse a força mais fácil era a sua referência o que facilitava a fuga ou emboscada do inimigo e este terreno tornava mais difícil o comando e controlo da força. A possibilidade de a patrulha ser composta por este efectivo transmite a hipótese de um pelotão composto por três secções efectuar duas (2) a três (3) patrulhas diferenciadas⁵⁸.

Nesta nova tipologia de combate foi acrescentado, às finalidades de reconhecimento e combate das anteriores, o objectivo de contactar com a população (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 3). A população era o centro deste combate pois, era quem “*alimentava*” a guerrilha, se as nossas tropas conseguissem a total lealdade da população, as guerrilhas iriam dissipar-se gradualmente. A informação era dos aspectos mais importantes neste combate e a fonte mais valiosa desta eram as patrulhas (Cann, 1998, p. 156). Ou seja, em regra todas as patrulhas neste combate tinham as três finalidades (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 2) podemos assim, afirmar que não existia uma denominação típica destas patrulhas assim como uma divisão clara das suas missões, um pouco à semelhança dos pelotões de atiradores na exploração.

O modo de patrulhar das nossas forças no TO ostentava *dois aspectos* diferentes, sendo o primeiro mais uma alteração visível na doutrina táctica. Neste o comandante da patrulha⁵⁹ procurava *mostrar-se* perante a população, com o propósito de dar confiança, obter informação desta, prestar assistência, mostrar presença e garantir segurança, etc. (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 5). Este modo de actuar deve-se ao facto de a acção subversiva necessitar da sustentação da população. Assim, tentava-se cortar esse sustento (EME, 1963a, p. Cap I- Pag 19) o que distancia estas operações das operações convencionais. O segundo modo de actuar é igual ao anterior em que a patrulha procura o segredo para actuar (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 5).

O patrulhamento é neste âmbito, uma acção coordenada de várias patrulhas (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 2), o que pode fazer com que os pelotões possam estar a actuar na mesma zona⁶⁰ ao mesmo tempo e isolados, ou seja, um pelotão pode efectuar uma patrulha sozinho sem ter que estar a actuar com outra força à frente ou à retaguarda como

⁵⁸ Informação recolhida de entrevistas efectuadas.

⁵⁹ Normalmente o comandante de pelotão era o comandante da patrulha, embora também pudesse ser sargento de pelotão. Isso segundo as informações recolhidas através de entrevistas.

⁶⁰ Para mais informação ver Anexo N – Modalidades de Itinerários.



acontecia nas patrulhas convencionais acima descritas. Este pormenor leva à existência de um planeamento prévio dos comandos superiores do pelotão, o que possibilita o surgimento de duas situações possíveis ao comandante de patrulha. Na primeira situação todo o planeamento é efectuado pelo seu comandante de companhia (situação mais normal)⁶¹ e o comandante da patrulha / Cmdt Pel só tem de detalhar algumas informações, planear o material necessário para a missão, escolher o pessoal e instruí-lo devidamente do objectivo da missão. No segundo o comandante de patrulha tem que efectuar todo esse planeamento⁶² (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 8).

Os princípios⁶³ que orientam os deslocamentos das patrulhas sofreram alterações. A alteração é o princípio da *Reacção pronta*⁶⁴ que contrasta com os graus de probabilidade de contacto da guerra convencional, onde a força alternava a velocidade com a segurança mediante ao grau de probabilidade. Isto resulta na alteração das formações de deslocamento das patrulhas. Estas ao contrário das anteriores operações fazem maior parte do deslocamento em losango, usando a formação de coluna quando o terreno assim necessitasse ou durante a noite. O losango é uma formação que permite a possibilidade de vigilância e desencadeamento imediato de fogos em todas as direcções, o que permite o desenvolvimento⁶⁵ adequado para qualquer situação, facilita o comando (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 23) e é importante para combater toda a incerteza deste estilo de combate.

Nestas patrulhas a forma de reagir é relativamente idêntica às anteriores. Estas normalmente reagem segundo quatro (4) tipos básicos de reacção⁶⁶: *contra-emboscada; emboscada imediata; assalto imediato; golpe de mão imediato* (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 27).

As patrulhas de nomadização⁶⁷ são consideradas uma alteração⁶⁷ na doutrina pois, são uma tipologia de operação nova criada especificamente para combater as guerrilhas. Estas foram bastante utilizadas⁶⁸ em Angola.

As patrulhas foram um estilo de operação que ganhou bastante importância para este estilo de combate, como tal foram alvo de bastantes alterações. Em resumo, podemos afirmar que estas alterações resultam da grande incerteza deste campo de batalha, do novo tipo de inimigo a combater e sobretudo da introdução do factor população no modo de combater. Assim as nossas patrulhas foram adaptadas, instruídas e equipadas para

⁶¹ Deduzido através das entrevistas efectuadas aos actores provenientes na guerra.

⁶² Para melhor compreensão ver Anexo O – Planeamento do Comandante de Patrulha.

⁶³ Princípios dos deslocamentos (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 23):

– Silêncio; Alerta permanente; Reacção pronta; Surpresa.

⁶⁴ Reacção pronta: Este princípio transmite que a força deve estar sempre pronta visto o inimigo poder atacar a qualquer momento, qualquer altura e de qualquer lugar (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 23).

⁶⁵ Para melhor compreensão ver Anexo P – Exemplo do desenvolvimento de uma patrulha a ataque inimigo formada em losango.

⁶⁶ Para melhor compreensão ver Anexo Q – Reacção das patrulhas.

⁶⁷ Para melhor compreensão desta tipologia de operação ver Apêndice F – Patrulhas.

⁶⁸ Informação recolhida de entrevistas.



combater um inimigo incerto e desconhecido e para conquistar o meio de acção das guerrilhas que é a população.

Iremos agora analisar as alterações efectuadas nas emboscadas⁶⁹ das operações convencionais para as operações de contra-guerrilha. Começaremos por explicar o esquema de uma emboscada nas operações convencionais e posteriormente iremos abordar das alterações sucedidas.

As emboscadas⁷⁰ são efectuadas contra forças inimigas em movimento e são efectuadas por patrulhas de combate⁷¹. A emboscada⁷² convencional é instalada num itinerário que é frequentado pelo inimigo, ou para onde a patrulha o atrai. Esta era geralmente dividida em três (3) grupos, onde um (1) dos grupos se instala barrando o itinerário e os outros dois grupos se dispõem, cada um num flanco prontos a atacar sobre os flancos e retaguarda do inimigo detido pelo primeiro grupo. Apesar destes homens instalados a força ainda tem de ter homens com a missão de vigiar em todas as direcções, cobrir os flancos e a retaguarda das forças que estão instaladas para a emboscada. Se esta emboscada for dentro da zona defensiva inimiga, ainda deve ter homens a montar segurança nos obstáculos abertos de modo a que o inimigo não se instale junto destes e impeça a força de se retirar (Neves, 1949b, p. 249), o que é logo à partida uma diferença para as operações de contra-guerrilha onde o território é controlado pela força que faz a contra-guerrilha, ou seja Portugal.

Nesta nova tipologia as emboscadas podiam ser preparadas ou imediatas. As imediatas surgem das nossas forças avistarem o inimigo em movimento sem serem vistas e rapidamente instalam a emboscada. As emboscadas preparadas são normalmente decididas com base em *informações e probabilidades* (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 2).

A *surpresa* continua a ser a principal preocupação do comandante da emboscada pois, sem este elemento não conseguia emboscar o inimigo (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 5). Isto é conseguido através do segredo e da discrição que são primordiais para a emboscada (CIOE, 1961, p. 8/E).

⁶⁹ Para melhor entendimento desta tipologia de operação ver Apêndice G – Emboscadas e Golpe de mão.

⁷⁰ Definição actual de emboscada: «A emboscada é um ataque conduzido pelo fogo, ou por outros meios, a partir de posições dissimuladas, sobre um inimigo em movimento ou temporariamente parado. Numa emboscada procura-se destruir forças inimigas, tirando o máximo partido do efeito surpresa, devendo ser empregues fogos directos, fogos indirectos, minas e meios não letais. (IESM, 2010)» ou «operação ofensiva, realizada de surpresa, sobre elementos rebeldes ou seus simpatizantes em movimento (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 1).»

⁷¹ Os efectivos, planeamentos e equipamentos destas patrulhas são os mesmos das patrulhas de combate em cima referidos.

⁷² Para melhor compreensão ver Anexo T – Dispositivo duma patrulha em emboscada.



A preparação da emboscada⁷³ não foi alvo de grandes alterações nesta tipologia de combate porém, os efectivos sofreram alterações para esta nova tipologia de guerra. Enquanto nas operações convencionais era empregue uma secção reforçada, nesta nova tipologia pode ser empregue desde quatro (4) homens a um pelotão reforçado ou mesmo a uma força de efectivo superior apoiada por fogos de morteiros, artilharia ou ainda força aérea. Isto com a finalidade de isolar a zona impedindo o inimigo de retirar ou que seja socorrido por outras forças (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 2). A possibilidade de os efectivos variarem prende-se com a capacidade e quantidade do inimigo a enfrentar. Neste ponto destaca-se uma diferença no modo de planear a emboscada, pois nesta tipologia de combate vive-se na incerteza, não se sabe quem é o inimigo, é difícil distingui-lo da população (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 4). O efectivo da patrulha de combate era planeado pelo comandante da força e dependia fundamentalmente da finalidade da emboscada; do valor do inimigo, das medidas de segurança que normalmente adopta, das reacções habituais e dos auxílios que poderá contar; das forças disponíveis; e do grau de treino dos homens (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 10). Este ponto difere das emboscadas anteriores pois, neste caso a emboscada pode ser apenas constituída por quatro (4) homens, ao contrário da anterior em que uma patrulha de combate era normalmente empregue uma secção reforçada. O equipamento é outro aspecto que é ligeiramente diferente pelo facto de o material utilizado poder ser o mínimo. O tipo de material vai também depender da finalidade da emboscada; da natureza e valor do inimigo e ainda das características do terreno (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 11).

Para efectuar uma emboscada a força normalmente articula-se⁷⁴ em:

Comando do destacamento (CIOE, 1961, p. 5/E); *Possibilidade de introdução de Atiradores especiais* (CIOE, 1961, p. 5/E); *Grupo / grupos de detenção* (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 12); *Grupo / grupos de vigilância* (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 12); *Grupo de assalto* (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 12); *Grupo / grupos de cobertura* (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 12); *Grupo de recolha* (CIOE, 1961, p. 5/E); *Reserva* (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 12);

O dispositivo⁷⁵ que as emboscadas podem assumir para travar o inimigo é idêntico ao anterior, apenas com a diferença que devido ao risco de fratricídio diminui-se a utilização de forças de assalto de ambos os lados, passando por norma a ter a força de assalto de um só lado, inviabilizando o outro lado com obstáculos ou emboscando num local que devido a obstáculos naturais os rebeldes não consigam escapar. A detenção do inimigo não sofreu

⁷³ Para melhor compreensão ver Apêndice G – Emboscadas e Golpe de mão.

⁷⁴ Para melhor compreensão ver Anexo U – Funções dos grupos e efectivos de uma emboscada.

⁷⁵ Para melhor compreensão ver Anexo T – Dispositivo duma patrulha em emboscada.



grandes alterações pois pode ser feito através de um grupo que detém o inimigo através de fogos ou da utilização de obstáculos⁷⁶ (CIOE, 1961, p. 12/E).

Em suma, as emboscadas não foram alvos de grandes alterações para esta tipologia de combate. No nosso entender devesse ao facto de ser uma operação de combate e com isto os princípios de combate podem ser mantidos. O que leva o comandante da força a preparar-se para o combate como para uma operação convencional dado que a finalidade geralmente é mesma, destruir e capturar inimigo. A diferença no planeamento do Comandante está na especificidade do equipamento e efectivo que pode diferir das emboscadas convencionais, visto que se enfrenta um inimigo diferente. E para além disso o comandante da força segundo as informações recebidas vai emboscar o inimigo e já sabe quem ele é, logo é uma acção de combate “puro”.

A última operação que vamos analisar é o *golpe de mão*⁷⁷. Esta operação é uma operação de combate, como as emboscadas, e difere também um pouco dos golpes de mão clássicos. A diferença do golpe de mão⁷⁸ utilizado nas operações de contra-guerrilha para o golpe de mão clássico reside no planeamento. Devido à alteração do inimigo e este ter poucos meios de projecção, estar mal equipado e mal treinado, traduz que no planeamento desta operação não implica obrigatoriamente uma retirada, pois considera-se pouco provável uma forte reacção inimiga que justifique essa retirada (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 1).

Neste capítulo podemos observar que as operações que mais sofreram adaptações para efectuar este estilo de combate foram as patrulhas, visto que o maior objectivo da guerra contra-subversiva é atacar com 70% propaganda e 30% de esforço militar (Garcia, 2003, p. 214), de modo a obter a lealdade da população. As patrulhas, eram então as operações ofensivas de excelência para se efectuar a propaganda, pois era nestas operações que a força contactava com a população. Eram, também, estas operações que recolhiam o máximo de informação do inimigo, enquanto as emboscadas e golpes de mão só tinham normalmente que efectuar o combate com base em informações já obtidas, e em termos de combate só mudaram as capacidades do inimigo.

⁷⁶ Naturais ou artificiais.

⁷⁷ Definição actual «É uma operação destinada a conquistar temporariamente uma área a fim de obter informações, confundir o adversário, capturar pessoal ou equipamento ou destruir uma capacidade. Termina com a retirada da força após o cumprimento da missão. Normalmente é integrada nas operações tácticas. Neste caso é uma operação conjunta separada de outras acções tácticas. (IESM, 2010, p. 35)» ou a definição da altura «uma operação ofensiva, realizada de surpresa, contra elementos rebeldes ou seus simpatizantes estacionados e vigilante. (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 1)».

⁷⁸ Para melhor compreensão ver Apêndice G – Emboscada e Golpe de Mão.



VII. Capítulo

O modo português aplicado no caso angolano⁷⁹.

Com a leitura do nosso trabalho até este ponto ficamos conhecedores da alteração que Portugal efectuou no seu modo de combater para enfrentar esta tipologia de combate. Mas no TO de Angola, será a doutrina foi aplicada como estava escrita nos livros pelos comandantes de pelotão na altura? As nossas forças foram bem treinadas e equipadas para este TO? Neste capítulo pretendemos responder a algumas questões que ainda sobram com base em entrevistas efectuadas aos actores da guerra.

Para a realização deste capítulo entrevistámos cinco veteranos da guerra em Angola, que desempenharam diferentes tarefas no teatro. Foram entrevistados militares da arma de Infantaria e de Cavalaria, pois todas as armas ou serviços devem saber actuar como infantaria (EME, 1963b, p. 1ª P- Cap III- Pág 5) e estes veteranos da arma de Cavalaria actuavam como tal. Foram também, intencionalmente entrevistados veteranos de guerra que não eram comandantes de pelotão porque se pretende demonstrar toda a visão geral das alterações e não só a visão do próprio comandante de pelotão. As entrevistas podem ser acedidas nos apêndices constituintes do trabalho e em suporte digital no CD de anexo.

No caso angolano, os pelotões eram compostos por uma média de trinta e quatro (34) homens. Todos eles eram comandados por um oficial subalterno e na generalidade todos tinham três (3) ou em alguns casos quatro (4) sargentos sobre o seu comando. Estes efectivos reforçaram a ideia de serem necessárias unidades reduzidas e ligeiras para actuar no terreno, mas ao mesmo tempo tinham efectivos que proporcionavam ao comandante de pelotão efectuar as operações que lhe eram destinadas com a segurança necessária.

Apesar da orgânica doutrinária existente, os comandantes de pelotão e de companhia efectuaram algumas alterações à orgânica das suas forças. A companhia que abriu o TO de Angola era uma companhia inicialmente constituída com três (3) pelotões de manobra (uma companhia de atiradores (Diário de Noticias)), o que com experiência vivida no terreno justificou que o comandante de companhia alterasse a orgânica doutrinária da companhia para uma composição quaternária, para deste modo o comandante de companhia poder garantir a segurança da companhia em todas as direcções. Posteriormente essa orgânica foi implementada (EME, 1963b, p. 1ª P- Cap IV- Pág 15), com as Companhias de Caçadores Especiais. Dentro das companhias existiram outras reorganizações de modo a dotar os pelotões para actuar com as mesmas valências da companhia. Essas reorganizações consistiam em retirar uma secção de cada pelotão de

⁷⁹ A informação contida neste Capítulo é baseada na informação recolhida das entrevistas.



caçadores, com estas formar um outro pelotão e cada um dos pelotões desfalcados ser completado com uma secção de Lança-Granadas Foguete, ou uma secção de Morteiros Ligeiros / Médios ou ainda com uma secção de metralhadoras pesadas. Ao nível, do pelotão os comandantes actuavam como explicado na doutrina dado que eles articulavam as suas forças mediante a missão que iam executar, o inimigo que iam enfrentar e o terreno onde iriam efectuar. Porém, podiam também existir reorganizações dentro do pelotão de forma a misturar homens locais com homens vindo da metrópole para constituir pelotões com mais ímpeto, coordenação e eficácia no ataque.

As forças no terreno não estavam limitadas a nível de meios para efectuar qualquer tipo de operação. As forças tinham máxima capacidade orgânica para efectuar as operações que lhe eram transmitidas, embora que pudessem ter mínimas limitações em alguns tipos de meios como por exemplo, viaturas sem roda suplente, o que levava o comandante a efectuar alguma “ginástica” para minimizar essas limitações.

Este aspecto é importante, pois podemos afirmar que Portugal, apesar do seu Exército estar preparado para uma guerra convencional, este estava bem equipado para enfrentar este novo inimigo, não tendo qualquer limitação material que proibisse o comandante de pelotão de efectuar algum estilo de operação. A adaptação feita foi no aligeirar das forças de modo a conseguir dar mais mobilidade para que conseguissem fazer frente a este novo inimigo.

A instrução das forças portuguesas com o aproximar da possibilidade de guerra nos territórios ultramarinos, começou a ser preparada para enfrentar uma nova tipologia de guerra e um novo inimigo. Esta começou a ser vocacionada para a nova tipologia de guerra, embora ainda fosse ministrada alguma instrução para a guerra convencional contudo o foco principal da instrução era a guerra contra-subversiva. No início do conflito em Angola, Portugal tinha uma companhia a distrito do Regimento de Infantaria de Luanda (RIL) que já estava há três meses a ter instrução no teatro. Essa instrução era vocacionada para a contra-subversão, o que na opinião do comandante teve imensa vantagem a nível tático, operacional e psicológico. Na opinião dos comandantes de pelotão a preparação transmitida era suficiente, pois dotou os comandantes e os pelotões com as capacidades necessárias para responder a este inimigo, mecanizando os procedimentos que eram aplicados instintivamente em combate. A visão dos subordinados sobre a preparação era coincidente com a dos seus comandantes. Estes afirmavam que a boa preparação, quer tática quer física, permitia à força receber a missão e executá-la sem ter grandes problemas nem baixar a moral. A criação do Centro de Operações Especiais foi um factor importante para a preparação técnica / tática das forças para este estilo de operações, pois a formação que lá era ministrada estava toda direccionada para os território ultramarinos e tinham um cariz eminentemente prático. Para se melhorar a preparação das companhias que iam para o TO dotavam-se as companhias com um oficial de Operações Especiais (CECA, 1988, p. 328) a



comandar um dos grupos (e ao mesmo tempo era o adjunto do comandante de companhia) e um furriel noutra, procurando-se assim, ter um acréscimo na preparação das forças para o estilo de operações conduzidas no TO.

Atendendo que os veteranos da guerra de uma forma geral, assim como Jonh Cann⁸⁰, consideravam que as forças estavam bem preparadas podemos afirmar que Portugal estava a adaptar bem as suas forças para enfrentar esta tipologia de combate.

Embora que segundo os entrevistados as operações mais efectuadas fossem as já anteriormente abordadas⁸¹, todos eles referiram que as suas forças, ou a força onde estavam inseridos, estavam capacitadas para efectuar qualquer tipo de operação não tendo uma operação para a qual estivessem especializados.

No nosso entender, este aspecto deve-se ao facto de as forças estarem bem equipadas não tendo limitações o que dava condições para que pudessem efectuar todos os estilos de operações assim como proporcionava moral aos homens. A boa preparação e formação ministrada às forças foram outros grandes factores que contribuíram para o facto de as forças estarem preparadas para efectuar todos os estilos de operações.

No início do conflito, a doutrina existente era fundamentalmente a tradução da doutrina francesa, belga, inglesa e americana, o manual de emprego da companhia de caçadores e o manual do oficial miliciano que servia como base para toda a instrução ministrada. Com o desenrolar do conflito surgiram o conjunto de manuais de “*O Exército na Guerra Subversiva*”. Porém, apesar da existência destes manuais, para alguns veteranos da guerra a doutrina mais importante era a experiência recolhida no terreno, da qual eles afirmam que só no final de no mínimo três (3) meses no TO é que a força estava bem preparada para actuar.

Contudo, mesmo com a existência de manuais doutrinários os critérios de aplicação das forças no terreno pelos comandantes eram vagos, o que no nosso entender está relacionado com o facto de as forças não estarem a combater um inimigo convencional o que dificulta bastante o planeamento dos comandantes, pois, o que está escrito nos livros não cobre todos os aspectos possíveis de acontecer na realidade. Segundo a entrevista a um comandante de companhia, em África, os regulamentos eram outros, era necessário ter imaginação para se aplicar as forças, era imprescindível que os comandantes tivessem iniciativa para se adaptarem às circunstâncias, pois não podiam estar agarrados à doutrina. Mas apesar do que foi referido sobre o modo de aplicação da companhia, as indicações para os pelotões eram na sua generalidade precisas e concisas. Ao nível dos comandantes de pelotão, a liberdade era menor e nós associamos que seja por estes terem menos margem de manobra, visto que um erro seria fatal para os seus homens. Nas conversas

⁸⁰ Referido em (Cann, 1998, p. 105).

⁸¹ Patrulhamentos (Patrulhas de Reconhecimento, Patrulhas de contacto com a população, Patrulhas de Nomadização), Emboscadas, Golpes de Mão, Escoltas.



com antigos comandantes de pelotão, observámos que estes aplicavam o seu pelotão mediante um planeamento efectuado com base no terreno, no tipo de inimigo, na actividade recente, no pessoal disponível e o material e equipamento mais adequado. Ou então aplicavam o pelotão apenas com base na instrução que tinha sido ministrada e como as circunstâncias o exigissem.

Neste capítulo verificámos que as alterações em torno da doutrina táctica e de aplicação dos meios nos mais baixo escalões foi bem efectuada por parte de Portugal, tal como nos foi dito pelos veteranos da guerra, as suas forças estavam na generalidade bem preparadas e equipadas para fazer frente a esta nova tipologia de combate. Outro aspecto que podemos retirar e que é deveras importante para futuros comandantes de pelotão é o facto que o planeamento serve como um instrumento orientador das forças, que este deve ser efectuado com base em informações sobre o inimigo e o terreno, mas porém o aspecto mais importante é a capacidade de adaptação dos comandantes para enfrentar as circunstâncias inesperadas no combate, pois o planeamento é sempre a primeira baixa em combate.



VIII. Capítulo

Breves ensinamentos para o futuro.

Os baixos escalões na Guerra do Ultramar representavam as peças chaves de grande parte do dispositivo de contra-guerrilha pois as características deste determinavam o combate com pequenas unidades (Afonso & Gomes, 2010, p. 290). Esta guerra tornou-se assim, rica em conhecimento para pequenas unidades, o que permite retirar alguns ensinamentos importantes para futuros comandantes de pelotão.

Um aspecto importante para esta guerra foi a excelente preparação e adaptação da doutrina portuguesa à nossa realidade. A chamada *Bíblia* (Afonso & Gomes, 2010, p. 176) que são os manuais de “*O Exército na Guerra Subversiva*”, demonstraram ser uma vantagem e grande vitória portuguesa. Isto demonstra que Portugal deve sempre que possível actualizar a sua doutrina dos baixos escalões e sempre adaptada à realidade do nosso exército e ao nosso modo de combater porque não se sabe se será novamente necessário actuar sem o apoio das organizações de defesa onde nos encontramos inseridos e como aconteceu neste conflito.

A criação e compilação de manuais com doutrina para os baixos escalões e a difusão deles pelas unidades que estavam no TO foi um modo de uniformizar procedimentos e conferir alguma preparação e conhecimento para todas as armas ou serviços, visto nesta guerra todas eles devem saber actuar como combatentes de Infantaria (EME, 1963b, p. 1ª P- Cap III- Pág 6) o que se revelou extremamente útil e passível de ser repetido num futuro ou quer em tempo de guerra ou mesmo em tempo de paz através da intranet do Exército.

O tema da doutrina e preparação da força foi essencialmente importante pois, segundo os veteranos da guerra, as forças iam bem instruídas para o TO o que proporcionava uma maior eficácia. Isto revela que, na actualidade a instrução não deve ser menosprezada. Os cursos de formação geral comum de praças do Exército devem ser ministrados sempre com elevados níveis de exigência e a instrução baseada o máximo possível na técnica individual de combate, pois «*as actividades administrativas são importantes em tempo de paz, mas não devem, de forma alguma, ser consideradas prioritárias em relação ao treino realista de combate*» (Vieira, 2002, p. 34).

O relacionamento que os comandantes devem ter com os seus subordinados é um aspecto fundamental em tempo de guerra e o modo como foi efectuado nesta guerra é quase um exemplo a seguir. Num clima de guerra os sentimentos estão mais *à flor da pele* e os laços pessoais criados em combate serão naturalmente mais vincados, especialmente nas pequenas unidades. Estes privam de sofrimentos como a perda de camaradas / amigos, fome, fadiga, stresse, etc., de uma forma mais próxima. Este aspecto leva a que o



comandante das forças tenha que efectuar um esforço superior para conseguir manter a disciplina na força para conseguir comandá-los, não deixando que os possíveis laços pessoais criados afectem a estabilidade, disciplina e ordem dessa mesma, pois segundo o Major Teixeira Morais «*se uma unidade não tiver disciplina é impossível fazer algo dela*». Portanto, é necessário continuar a preparar futuros comandantes de pelotão com boas capacidades de liderança⁸², de modo a conseguirem gerir os seus homens em momentos adversos. É necessário liderar em tempo de paz para se estar preparado em tempo de guerra (Vieira, 2002, p. 33).

⁸² Liderança é «*um processo de influência do comportamento humano, isto é, motivar indivíduos a adoptar um comportamento que de outro modo eles não adoptariam*» (Vieira, 2002, p. 10). Ver Apêndice J – Traços dum Liderança.



Conclusões

Portugal que desde 1949 com a entrada para a OTAN vinha-se a preparar para uma eventual guerra clássica teve de se reorganizar e adaptar para uma outra realidade que se avizinhava nos seus territórios ultramarinos. Deste modo levou a cabo, durante treze (13) anos, nos seus territórios ultramarinos uma guerra que se caracterizou como sendo uma guerra genericamente contra-subversiva. Nesta tipologia de guerra, os baixos escalões, nomeadamente as companhias e os seus pelotões, assumiram-se como peças fundamentais para travar esta guerra.

O ambiente operacional desta tipologia de guerra apresentava novos factores importantes para o desenrolar da mesma. Assim, trabalhamos na tentativa de perceber como foi feita a reorganização e adaptação dos baixos escalões para enfrentar esta nova tipologia de guerra.

Para realizar este trabalho levantaram-se algumas QD às quais respondemos com algumas hipóteses de modo a conduzir o trabalho a resultados concretos. Perguntamo-nos inicialmente (**QD 1**) *que tipologia de forças e o modo de combater, os baixos escalões do exército português enfrentavam em Angola?* E levantou-se a seguinte hipótese como resposta (**H1**): *As forças que os baixos escalões do exército português enfrentavam, actuavam de um modo totalmente diferente de forças convencionais, assim como tinham uma organização completamente diferente.* A resposta a esta questão derivada está no capítulo IV que após a leitura, verificámos que as forças que Portugal enfrentava eram muito diferentes das forças convencionais, não tinham doutrina, eram elementos muito rústicos, que faziam disso os seus maiores trunfos e que aliado ao conhecimento do terreno conferia-lhes uma grande mobilidade. Estas guerrilhas surgidas da população eram elementos sem instrução táctica que se aliavam ao movimento subversivo na luta de uma causa em comum. O seu modo de combater era logicamente diferente para poderem colmatar as suas fraquezas. Estas informações recolhidas conferem-nos a capacidade para validar a hipótese um (**H1**).

A segunda QD (**QD2**) que levantamos foi *que tipologia de forças de baixo escalão dispunha Portugal?* E na tentativa de resposta para a seguinte QD criamos a hipótese dois (**H2**): *Os baixos escalões do exército português eram totalmente convencionais e Portugal conseguiu adaptá-los correctamente para enfrentar esta nova tipologia de combate.* No nosso entender a adaptação de Portugal para esta tipologia de combate teve três factores importantes, que foi o factor material, a doutrina e o factor humano. Nós deduzimos isso pois no nosso entender ao nível do armamento a adaptação que Portugal efectuou foi simplesmente uma modernização do seu material bélico (o que podemos observar no



Capítulo V) e aligeirar as suas forças para fazerem frente a esta tipologia de combate. É de referir que esta modernização teve em conta o material que podia ser utilizado no Ultramar o que deixou de fora o material dos EUA e levou Portugal a adquirir maior parte do seu material à Alemanha. Relativamente aos outros factores que nós identificámos, a doutrina e o factor humano estão intimamente relacionados, pois sem a boa adaptação de um, não se conseguia a adaptação do outro. Com isto queremos referir que Portugal teve de adaptar a sua doutrina (descrita no Capítulo VI) dos baixos escalões e só depois é que se conseguia moldar o factor humano (referindo que os homens estavam bem instruído no Capítulo VII), conferindo-lhe a instrução necessária para poderem enfrentar todas as dificuldades deste conflito. A validação desta hipótese não se baseia apenas num único capítulo, mas sim na leitura dos capítulos referidos.

O terreno em Angola, com três grandes zonas distintas, compostas por locais áridos, passados por zonas montanhosas e acabando em planaltos a cerca de 1600 metros de altura. O clima na sua generalidade, é tropical com uma estação chuvosa e outra de seca que propicia uma fauna que na sua generalidade é composta por florestas, sendo algumas cerradíssimas e outras menos densas, ou então por grandes extensões de capim. Estas condições morfológicas favorecem as actuações dos grupos rebeldes através da surpresa, que é o factor mais importante nas suas actuações e posteriormente na sua fuga. Porém também pode ser favorável para as forças portuguesa porque existem operações como emboscadas, golpes de mão ou algumas patrulhas que também necessitam da surpresa e podem tirar partido do terreno. Esta informação valida parcialmente a hipótese três (**H3**), que refere que *o terreno em que Portugal combatia era totalmente desfavorável para os baixos escalões das forças portuguesas*. Assim a QD 3 (**QD 3**), *o tipo de terreno em que se combatia em Angola era desfavorável para os baixos escalões do Exército português?* Fica respondida após a leitura do Capítulo III, que confirma que o terreno conferia uma maior vantagem aos grupos rebeldes, todavia não era totalmente desfavorável para as nossas forças.

A QD 4 (**QD 4**), refere que *a população era um factor a ter em conta. Tendo em conta esse factor como as forças dos baixos escalões do exército português usavam a população para esta nova tipologia de combate?* Fica parcialmente respondida após a leitura de três capítulos (Capítulo IV, Capítulo VI, Capítulo VII). A população era de facto o mais importante dos factores nesta tipologia de guerra, pois era dela que surgiam os elementos rebeldes, era ela que a alimentava guerrilha, escondia os seus elementos, cuidava deles. Em suma, a guerrilha necessita da população para efectuar a sua guerra. Como tal, ganhar a lealdade da população é bastante importante para se vencer esta guerra. Assim desde logo os baixos escalões portugueses tentavam manter regularmente o contacto com a população através de patrulhas ou através da prestação de auxílio, como



por exemplo médico (retirado da conversa com o Coronel Fortes⁸³) ou ainda de patrulhamento com o intuito de manter a segurança. Os baixos escalões portugueses também utilizavam a população para obter informações, vindo os mesmos em patrulhamentos a negociar a troca de objectos materiais pela informação (retirado da conversa com o Major Teixeira Morais⁸⁴) que revelou ser a fonte de informação mais importante nesta guerra. Com isto a hipótese quatro (**H4**) que afirma que *o contacto com as populações foi bem executado aos mais baixos escalões portugueses durante a guerra, e este factor contribuiu essencialmente com informação para o sucesso da estratégia portuguesa* é parcialmente validada. No nosso entender esta hipótese só pode ser parcialmente validada devido ao facto de termos verificado que o contacto com a população não se cingia só a estes aspectos referidos, os contactos abrangiam uma outra área (acções psicológicas) também levadas a cabo por pequenas unidades e que nós não temos conhecimentos suficientes para afirmar que foram bem executadas, pois não especificámos o nosso trabalho nessa área.

A QD cinco (**QD 5**) é fulcral para obtermos a resposta à nossa questão central. A QD levantada *Qual a organização e a forma de actuar das forças de escalão pelotão (Pel) de Infantaria do Exército durante as campanhas no Ultramar em Angola entre 1961-1974?* Teve como hipótese (**H5**) de resposta que *os baixos escalões portugueses actuavam como forças apeadas, ligeiras e com efectivos reduzidos, e de modo a persuadir a população para esta actuar a seu favor*. Esta hipótese é válida tendo em conta o referido nos capítulos V, VI e VII, pois é referido que os baixos escalões são os efectivos chave para esta forma de luta, assim como que as nossas forças para enfrentarem um inimigo bastante móvel têm elas também de ser bastante ligeiras e com enorme mobilidade. Se verificarmos os efectivos descritos no capítulo VI e ao material por elas utilizado referido no capítulo V, comprovamos que as nossas forças eram bastante ligeiras. Concluímos a validação da hipótese no Capítulo VI e VII, no momento em que é referido que era efectuado contacto com a população na tentativa de garantir segurança, prestar auxílio como exemplo médico, que já foi mencionado anteriormente, de modo a persuadi-la a ser leal ao governo legal.

Percorremos todo este percurso para estarmos aptos a responder à nossa **questão central** (QC) – *Que alteração foi feita por Portugal, na doutrina táctica e de emprego dos meios, nos baixos escalões, de maneira a combater este novo inimigo?* – No final deste percurso, concluímos que parte da alteração efectuada na doutrina táctica das nossas forças centrou-se sobretudo nas operações de patrulhamento. Nas operações defensivas as grandes alterações efectuadas recaíram sobre os efectivos e no objecto a defender, isto devido à nova tipologia de combate. As emboscadas e golpes de mão como nós referimos são operações de combate propriamente dita o que fez com que não existisse muita

⁸³ Pode aceder à conversa em suporte multimédia no CD em anexo.

⁸⁴ Pode aceder à conversa em suporte multimédia no CD em anexo.



diferença dessas operações para as utilizadas na guerra clássica. As acções de patrulha foram o alvo das maiores alterações na doutrina, devido a estas serem as operações mais importantes na guerra subversiva. Era esta tipologia de operação que fornecia a maior parte da informação aos Comandantes e eram consideradas como a melhor fonte. Esta tipologia de operação era onde se efectuava grande parte da ligação com a população. Concluimos então ao longo do trabalho que o modo de aplicar as nossas forças era substancialmente diferente, pois passaram de tácticas rígidas para tácticas em que a imaginação e capacidade de adaptação dos seus comandantes eram bastante importantes.

As alterações anteriormente mencionadas levaram a modificações na instrução. Assim as forças passaram a ser instruídas para a guerra contra-subversiva, pois tiveram de ser treinadas não só para o combate mas também para actuar de modo a conquistar o coração das populações.

O modo de emprego dos meios é analisado segundo dois (2) prismas. O primeiro está relacionado com o material, e mesmo que embora as forças fossem mais aligeiradas, o modo de emprego do mesmo não sofreu grandes alterações. O segundo prisma está relacionado com os meios humanos. Neste houve algumas alterações de valor, pois o soldado passou a ser visto não só como um simples combatente mas sim como um representante de Portugal, em que as suas atitudes tiveram de ser treinadas. Como foi referido e posto em prática pelo nosso Major Teixeira Morais surgiu a necessidade de instruir algumas atitudes dos seus homens, como por exemplo a troca de um simples cigarro por informação ou respeito de forma a conquistar a população.

Propostas / Recomendações

A doutrina utilizada e o modo de aplicação dos meios, por parte de Portugal, na Guerra do Ultramar, são ainda hoje passíveis de serem utilizados pelo nosso exército nos TO que em muito se assemelham à contra-subversão. Contudo a doutrina da guerra contra-subversiva precisa de ser actualizada para ser possível utilizá-la. Tem de ser actualizada em três (3) aspectos fundamentais. O primeiro é a actualização do TO, pois tornou-se mais complexo passando o combate a ser geralmente efectuado em áreas edificadas, onde existe uma maior complexidade de factores a ter em conta que iriam consequentemente alterar a doutrina táctica dos baixos escalões. Outra actualização que deve ser feita na doutrina para ser passível de ser utilizada nos TO da actualidade é a actualização da terminologia, pois Portugal como uma Força Nacional Destacada (FND) trabalha em conjunto com forças de outros países, e deste modo necessita que a terminologia seja igual. O último aspecto que deve ser actualizado prende-se com a evolução do material, e a consequente adaptação dessa mesma adaptação do material às tácticas utilizadas. Neste aspecto podemos ainda referir que é proveitoso para Portugal que a origem do material seja a mesma pois para



além de facilitar a interoperabilidade entre o material também facilita o apoio e manutenção para esse mesmo.

Foi no nosso entender uma grande perca não existir na altura um processo de lessons learned⁸⁵ para que mesmo durante a guerra e depois dela se conseguisse fazer uma compilação de conhecimentos para se acrescentar aos nossos bons manuais de guerra contra-subversiva.

No que diz respeito à instrução, concluímos que esta deve ser ministrada com bastante profissionalismo, rigor e os próprios treinos da força nunca devem ser descurados nas unidades combatentes de Infantaria. Isto segundo as entrevistas efectuadas é dos aspectos mais importantes, uma vez que para os comandantes de pelotão é mais fácil o controlo e comando dos homens em situações adversas, por este já terem procedimentos mecanizados. A instrução dos próprios comandantes de pelotão não deve ser descurada pois, visto o Comandante ter de comandar as suas forças com discernimento em situações adversas, isto porque uma força sem comando é uma força perdida.

Após a observação das alterações à doutrina concluímos também que os futuros comandantes de pelotão não podem estar agarrados ao doutrinário para efectuar uma guerra deste estilo ou parecida. Estes têm de ter capacidade para se adaptar às circunstâncias que surgem. Ou seja, este inimigo, como observamos não é um inimigo clássico que tem uma doutrina base para actuar, o que significa que assim que as suas tácticas de ataque começarem a ficar ultrapassadas, ele irá necessariamente criar outros modos de actuar, ou até passar mesmo para o terrorismo. Logo como nos foi transmitido nas entrevistas é necessário imaginação e capacidade de adaptação para enfrentar estas situações novas.

Uma última lição importante a retirar-se desta Guerra é o facto de a população ser o centro fulcral desta. O que significa que os Cmdt Pel devem estar bem cientes das leis e costumes, assim como os seus homens, pois todos eles têm de ter a completa noção de que para vencerem esta guerra têm de conquistar a população. O que significa que os comandantes devem instruir bem os seus homens relativamente ao modo como devem actuar com a esta.

Para a realização do trabalho foram feitas entrevistas a veteranos de guerra o que se revelou como uma das dificuldades por nós encontradas, pois não tínhamos uma base de dados onde poderíamos encontrar os seus contactos. Então pensámos se não seria possível a Academia Militar construir uma base de dados com a informação dos veteranos de guerra por ela formados, o que facilitaria a recolha de informação junto dos testemunhos vivos da Guerra do Ultramar.

⁸⁵ Lessons learned: É um processo de gestão do conhecimento de modo a partilhar e reutilizar o conhecimento adquirido através da experiência entre os membros de uma organização.



Bibliografia

Livros

- Afonso, A., & Gomes, C. (2001). *Guerra Colonial* (Vol. I). Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A., & Gomes, C. D. (2010). *Os Anos Da Guerra Colonial 1961.1974* (1ª ed.). Lisboa: Quidnovi -Edição e Contéudos, S. A.
- Cann, J. P. (1998). *Contra-Insurreição em África 1961-1974: O modo português de fazer a Guerra* (1ª ed.). (D. F. Dias, Trad.) Lisboa: Edições Atena, Lda.
- CECA, (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de Africa (1961-1974)* (2ª ed., Vol. 1.º). Lisboa: Beira Douro, Lda.
- CECA, (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* (1ª ed., Vol. II). Lisboa: Pentaedro.
- CECA, (1998). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de Africa (1961-1974)* (1ª ed., Vol. 6.º). Lisboa: Europress, Editores e distribuidores de publicações, Lda.
- Couto, A. C. (1988a). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso* (Vol. I). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Couto, A. C. (1988b). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso* (Vol. II). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Ferreira, J. J. (2010). *Em nome da Pátria* (2ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Garcia, F. P. (2003). *Análise Global de Uma Guerra -1964-1974* (1ª ed.). Lisboa: Prefácio - Edições de Livros e Revistas, Lda.
- Nunes, A. P. (2002). *Angola - 1966-1974: Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Tribuna da História.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*.
- Teixeira, N., & Barata, M., et. Al. (2004). *Nova História Militar de Portugal* (Vol. IV). Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Industria Gráfica Lda.
- Teixeira, R. (2010). *A guerra de Angola de 1961-1974* (1ª ed.). Lisboa: Quidnovi.
- Vieira, B. (2002). *Liderança Militar*. Lisboa: s.e.
Lisboa: Gradiva – Publicações, S. A.

Manuais

- CID (2007). *PDE 5-00 Planeamento Tático e Tomada de decisão*. Lisboa: CID
- CIOE (1961). *Apontamentos sobre o Emprego Tático das P.U. na Contra-Guerrilha*. s.l.:s.e..
- Department of the Army. (2007). *FM 7-8 The Infantry Rifle Platoon and Squad*. Washington: Department of the Army.



Direcção de Instrução (1996). *Manual de Patrulhas*. (FERNANDES, Ed.) Mafra: Direcção de Instrução.

EME (1963a). *O Exército na Guerra Subversiva* (Vol. I). Lisboa: SPEME.

EME (1963b). *O Exército na Guerra Subversiva* (Vol. II). Lisboa: SPEME.

EME (1987). *RC 130-1 Operações* (Vol. I). Lisboa: Departamento de Operações.

Exército Português. (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa.

IAEM (1960). *Apontamentos para os trabalhos de Aplicação - Guerra Subversiva*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.

IESM (2010). *ME 20 - 81 - 00 Operações*. Lisboa.

JIU (1963). *Subversão e Contra-Subversão*. Lisboa: Bertrand (Irmão), Lda.

Neves, A. M. (1946-1947). *Táctica de Infantaria* (Vol. 2ª Parte). s.l.: Escola do Exército

Neves, A. M. (1949a). *Curso de Táctica de Infantaria* (1ª ed., Vol. I). s.l.: Edições Infantaria.

Neves, A. M. (1949b). *Curso de Táctica de Infantaria* (1ª ed., Vol. II). s.l.: Edições Infantaria.

Neves, A. M. (1949c). *Curso de Táctica de Infantaria* (1ª ed., Vol. III). s.l.: Edições Infantaria.

The Infantry School. (1950). *Tactics And Technique of Infantry* (1ª ed., Vol. I). Pennsylvania: The Military Service Publishing Company.

Publicações periódicas

Barroso, & Sousa, M. (Dezembro de 2009). Emprego Tático de uma Unidade de Escalão Companhia para Actuar em Todo o Espectro das Operações num Cenário de Contra-Subversão. *Azimute - Revista Militar de Infantaria*, 50-60.

Garcia, F. P. (Novembro de 2003). Tipologias de Guerra. *Revista Militar*, pp. 1103-1130.

Documentos electrónicos

Alves, V., & Faria, S. (Dezembro de 2010). *Refugiados da II Guerra Mundial em Portugal*. Obtido em 20 de Julho de 2011, de Sapien. História, Património e Arqueologia: http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero3_4/refugiados_da_II_guerra_mundial.pdf.pdf

Area Militar. (2009). *Area Militar*. Obtido em 10 de Março de 2011, de FIAT G-91 R/4/ Portugal: <http://www.areamilitar.net/DIRECTORIO/Aer.aspx?nn=28&P=77&R=FA>

Centro de Estudo do Pensamento Político. (1998). *Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa*. Obtido em 07 de 02 de 2011, de Centro de Estudos do Pensamento Político: <http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/autores/ingleses/churchill.htm>

Cervelló, J. S. (2010). *Guerra Colonial: 1961-1974*. Obtido em 16 de Fevereiro de 2011, de Guerra Colonial: 1961-1974: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=160>



Cervelló, J. S. (2010). *Guerra Colonial: 1961-1974*. Obtido em 16 de Fevereiro de 2011, de Guerra Colonial: 1961-1974:

<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=115>

Departamento de Comunicação da Comissão Europeia. (31 de Janeiro de 2005). *União Europeia*. Obtido em 8 de Fevereiro de 2011, de Europa - O portal Oficial da União Europeia:

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_ecsc_pt.htm

Departamento de Comunicação da Comissão Europeia. (1 de Julho de 2007). *União Europeia*. Obtido em 2 de Fevereiro de 2011, de Europa - O portal Oficial da União Europeia:

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm

Diário de Notícias. (s.d.). *Caçadores*. Obtido em 14 de Julho de 2011, de Guerra Colonial: 1961-1974 :

<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=152>

Diário de Notícias. (s.d.). *Contra-Subversão*. Obtido em 04 de 06 de 2011, de Guerra Colonial:

1961-1974: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=129>

Diário Universal. (24 de Abril de 2007). *Conferência de Bandung*. Obtido em 15 de Fevereiro de 2011, de Diário Universal:

<http://www.diario-universal.com/2007/04/aconteceu/conferencia-de-bandung/>

Infopédia. (2003-2011). Plano Marshall - Infopédia. Obtido em 03 de Fevereiro de 2011, de Porto Editora:

[http://www.infopedia.pt/\\$plano-marshall](http://www.infopedia.pt/$plano-marshall)

Infopédia. (2003-2011). Tipos de Solo - Infopédia . Obtido em 23 de Fevereiro de 2011, de Porto Editora:

[http://www.infopedia.pt/\\$tipos-de-solos](http://www.infopedia.pt/$tipos-de-solos)

Garcia, F. P. (2008). Obtido em 24 de Fevereiro de 2011, de Scientific Electronic Library Online - SciELO:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n22/n22a08.pdf>

Rodolfo, C. (2 de Maio de 2009). Ordem dos Engenheiros. Obtido em 9 de Março de 2011, de Ordem dos Engenheiros:

http://www.ordemengenheiros.pt/fotos/dossier_artigo/05bf098a0ec4c704f3162b55595b4fb5.pdf

Santo, G. A. (04 de Setembro de 2009). *Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971-1973*. Obtido em 25 de Maio de 2011, de Revista Militar:

<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=467>



Superpesquisa.com. (2004). Obtido em 08 de Fevereiro de 2011, de Superpesquisa.com:

http://www.suapesquisa.com/o_que_e/benelux.htm

Telo, A. J. (Março de 2009). *Os Caminhos da NATO o que foi, o que é, o que deve ser.*

Obtido em 18 de Novembro de 2009, de Scientific Electronic Library Online:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a02.pdf>

Weber, R., Aha, D. (s.d.). *An Intelligent Lessons Learned Process.* Obtido em 28 de Julho de 2011 de Drexel University:

<http://www.pages.drexel.edu/~rw37/ismis2kweberetal.pdf>

Monografias

Duarte, P. M. (2000/2002). *A doutrina militar portuguesa de contra-subversão. Origens e metodologia do esforço do Exército face ao conflito no Ultramar (1961-74).* Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Grilo, A. M. (2009). *Geopolítica de Angola Dinâmicas de Afirmação num quadro regional.* Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares .

Moreira, L. F. (1999/2000). *A adaptação das Forças Armadas para a Guerra do Ultramar (1961-74).* Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Silva, C. A. (2008/2009). *Portugal e a Guerra do Ultramar (1961-1974), o Teatro de Angola. A estratégia do estado e a Metodologia de emprego das Forças .* Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Enciclopédias e dicionários

Ribeiro, L. (2008). *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico* (1ª ed.). (G. Valente, Ed., & L. Ribeiro, Trad.) Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda.

Seminário

Telo, A. J. (2009). Portugal e a guerra de África - Enquadramento Internacional e situação Política Nacional. *A Academia Militar e a Guerra de África* (pp. 14-19). Lisboa: Perfácio - Edição de Livros e Revistas, LDA.



Apêndices



Apêndice A

Outras tipologias de Guerra e exposição das fases de subversão

A guerra subversiva é um modo de efectuar a guerra. Esta não é sinónimo de termos como guerra revolucionária, guerra psicológica, guerra ideológica, guerra insurreccional e guerra de guerrilha (IAEM, 1960, p. 1).

A guerra subversiva é muitas vezes confundida com termos como guerra revolucionária. Esta é «uma doutrina de guerra elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e explorada por diversos movimentos revolucionários para se apoderar do poder, assegurando progressivamente o controle físico e psicológico das populações, com o emprego de técnicas especiais apoiadas sobre uma ideologia e seguindo um processo determinado» (IAEM, 1960, p. 4).

Também não se pode dizer que a guerra subversiva seja o mesmo que guerra psicológica. Guerra psicológica é a acção levada a efeito por um conjunto de meios e processos que tem como fim último influenciar as opiniões, os sentimentos e crenças de toda a população em geral – população, autoridades e forças armadas. Este tipo de guerra encontra na guerra subversiva o seu campo de acção ideal pois não se pode efectuar uma guerra subversiva sem acção psicológica, esta não é mais do que um dos processos empregues para levar a efeito uma guerra subversiva, residindo aí a confusão entre ambos os modos de guerra (EME, 1963a, p. Cap I- Pág 3).

A guerra ideológica é um estilo de guerra em que os contendores são motivados por razões ideológicas, ou apenas um é motivado (IAEM, 1960, p. 2). Está portanto ligada à causa do conflito e não exprime se não uma característica que pode vincular um tipo de conflito. Este tipo de guerra relaciona-se com a guerra subversiva pois esta pode ter um carácter ideológico, mas uma não é sinónimo da outra.

Guerra insurreccional é um termo que comumente pode ser confundido com guerra subversiva. Uma guerra insurreccional designa uma luta armada, de carácter político levada a efeito num dado país contra o Estado. Esta ao contrário da guerra subversiva, não tem que obrigatoriamente ser levada a efeito pela população civil. Outro aspecto que separa as duas é o facto de a guerra insurreccional ter sempre um carácter político o que na guerra subversiva isso pode não se suceder.

Em suma, a guerra subversiva é uma tipologia de combate que para ser efectuada engloba no seu todo outros processos de combate, como exemplo a guerra de guerrilha (utilizada em larga escala) e a guerra psicológica. Daí ser facilmente, o seu todo, confundido apenas com uma das partes.



Fases da subversão:

		Proença Garcia, Joaquim Pinheiro, Manual «O exército na guerra subversiva»	Tenente-General Abel Cabral Couto	
Período	Fases	Explicação	Fases	Explicação
Pré-Insurreccional	Preparatória	Fase da criação em segredo de uma organização político-administrativa com ideais próprios que justificam a subversão.	Preparatória ou de Organização	Criar e organizar o Partido em dois ramos, um legal e outro clandestino.
	Agitação	Fase de melhoramento da organização e de início de agitação em especial propaganda, manifestações e greves.	Agitação	Nesta fase a parte clandestina do Partido começa a agitação com propaganda quer no interior como no exterior.
Insurreccional	Armada	Início dos conflitos armados através do o aparecimento de guerrilhas e também o terrorismo.	Flagelação	Fase em que o Partido se não conseguir o poder na fase anterior começa as suas acções violentas.
	Estado Revolucionário	Fase caracterizada pela criação de bases e da organização de forças pseudo-regulares		
	Final	Conflito armado por parte pois os rebeldes nesta fase já são detentores de um exército dito convencional.	Guerra móvel ou convencional	Guerra convencional por parte das forças rebeldes.

Tabela 1: Fases da Subversão



Apêndice B

Armada e Força Aérea

Depois do Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, até à institucionalização do Estado Novo em 1933 pouco se fez pela reorganização das FA (Ferreira, 2010, p. 134). Desde de 1933 até ao início da Segunda Guerra Mundial, a organização das FA sofreram algumas alterações sendo a reforma de 1937 de destacar devido à sua importância (CECA, 1988, p. 142). Nesta reforma o território nacional ficava compartimentado em quatro regiões militares e um governo militar, com sedes no Porto, em Coimbra, Tomar, Évora e Lisboa. Os arquipélagos da Madeira e dos Açores correspondiam cada um deles a um comando (CECA, 1988, p. 142).

Muito resumidamente a organização de 1937 englobava:

- Os Quartéis-generais das Regiões Militares;
- As secretarias dos Distritos de Recrutamento;
- As Unidades e Formação das várias Armas e Serviços;
- Os Centros de Mobilização;
- As Bases Aéreas;
- As Fortificações Militares e obras de defesa;
- Os Estabelecimentos Militares. (EME, 1988, p. 142)

Ainda relacionado com a legislação anterior e segundo os seus termos, a organização da tropa prevista era:

- *Unidades de fronteira*, organizadas segundo tipo das unidades de campanha e com efectivos, armamento, equipamento e instrução em condições de poderem entrar imediatamente em acção e de assegurarem a guarda e vigilância de pontos vitais do território nacional, em particular nas fronteiras (CECA, 1988, p. 143).
- *Unidades de Linha*, organizada parte em quadros, parte em efectivos, e armadas, equipadas e instruída em condições de poderem actuar dentro de reduzido número de dias.

Desta reorganização ressaltam duas preocupações: a defesa contra um inimigo que viesse pela fronteira terrestre, e a defesas costeiras e aéreas (Ferreira, 2010, p. 136). Deixando transparecer a ideia de se estabelecer uma vigilância junto à fronteira terrestre e uma acção de retardamento que permitisse ganhar tempo para que as chamadas unidades de linha mobilizassem e se dispusessem de por forma a suportar, na fase seguinte o combate (CECA, 1988, p. 143). Esta organização foi sendo implementada tendo a Guerra-



Civil espanhola como pano de fundo e sofreu uma aceleração e reforço durante a segunda Grande Guerra.

A entrada de Portugal para a OTAN originou, uma série de remodelações e alterações de pormenor quer em departamentos governamentais que titulavam as FA quer nas próprias FA, muito devido à proibição de utilização do material da aliança nos seus territórios ultramarinos como foi anteriormente referido. As alterações nos departamentos governamentais, na Armada e na Força Aérea irão ser abordados superficialmente nesta fracção do capítulo e o Exército como peça fundamental neste trabalho irá ser abordado separadamente e com mais pormenor na fracção seguinte.

A nível governamental foram criados na Presidência do Concelho de Ministros os cargos de Ministro da Defesa Nacional e de subsecretário de Estado da Aeronáutica. Posteriormente foram também criados os concelhos de Defesa Militar dos territórios ultramarinos denotando-se uma preocupação na defesa dos territórios (Ferreira, 2010, p. 138).

Na Armada durante os anos cinquenta (50) verificou-se uma extensa remodelação tanto em navios, como em métodos de instrução e tática naval, e ainda na organização e nas infra-estruturas em terra (Ferreira, 2010, p. 140). Assim a Armada ficou em 1958 organizada em Comandos territoriais, com Comandos Navais e Comandos de Defesa Marítima Territorial e de Portos, e unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores-sapadores (Moreira, 1999/2000, p. 9). Um destes novos comandos foi criado em Angola e é contemplado com autonomia suficiente para poder responder com rapidez e eficiência às novas tarefas que a Marinha estava incumbida (Silva, 2008/2009, p. 26). Relativamente aos meios navais, a Armada portuguesa tem desde de 1926, altura em que nesse âmbito a armada atingiu níveis deploráveis, vindo a ser reequipada. Em 1931, com Oliveira Salazar como Ministro das Finanças e Magalhães Correia como Ministro da Marinha deu-se início a um programa de rearmamento, que apesar de não ter sido completo Portugal, em 1936 já contava com 14 novos navios. Com o término da segunda Grande Guerra, tornou-se necessário adaptar este ramo com os novos equipamentos que até então se haviam desenvolvido, adquirindo-se à Inglaterra três submersíveis e duas fragatas de duas mil toneladas (2000 t) (Moreira, 1999/2000, p. 10). A entrada de Portugal para a OTAN veio promover o desenvolvimento da Armada durante toda a década de cinquenta (50), com a aquisição de navios, novos métodos de instrução e tática naval, ainda como na organização e nas infra-estruturas em terra, sendo a maior parte das despesas pagas pela organização. Paralelamente à organização e num plano bilateral com os EUA, também veio para Portugal diverso material de guerra através do «Military Assistance Advisory Group⁸⁶»

⁸⁶ Grupo constituído para o aconselhamento no reequipamento militar, formação e para publicações operacionais e técnicas (Rodolfo, 2009, p. 3).



de Lisboa (Ferreira, 2010, p. 140). No início da década de sessenta tínhamos uma marinha relativamente modernizada, capaz de fazer frente a um role de desafios. Foi também a partir do início dessa década com o principiar do conflito no ultramar que se constatou uma *separação* da Marinha, a Marinha para a OTAN e a Ultramarina (Moreira, 1999/2000, p. 11). «*Enquanto a primeira continuou a ser apoiada pela Aliança no compromisso da sua utilização apenas em missões OTAN, a segunda foi desenvolvida por recurso à construção nacional ou aquisição por Portugal a outras Nações*» (Moreira, 1999/2000, p. 55).

Com estas reorganizações e material a Armada ficou capacitada para responder eficazmente e rapidamente às novas missões que lhe estavam predestinadas com o desenrolar da guerra. «*Essas missões destinavam-se a garantir as comunicações logísticas de carácter estratégico entre a metrópole e o ultramar; acautelar o controlo das costas e das linhas de apoio táctico e logístico do litoral, das linhas de penetração fluvial nos diferentes TO e assegurar a contenção de infiltrações e operações anfíbias nessas zonas.*» (Silva, 2008/2009, p. 16). Um pormenor importante na Armada foi a utilização da Marinha Mercante por parte de Portugal para o transporte dos seus contingentes para o TO (Silva, 2008/2009, p. 17). A Armada conseguiu então durante da guerra de Angola aproveitar os seus excelentes rios como estradadas fluviais, viabilizando a presença portuguesa bem no interior do território, ao mesmo tempo que permitiam o apoio permanente aos contingentes que operavam em terra. Em 1961 começaram a operar no TO de Angola os fuzileiros, utilizando vários meios (Silva, 2008/2009, p. 16).

No entanto em 1952, a Armada perdeu a sua componente aérea, que tinha sido modernizada com a aquisição das duas esquadras de 24 aviões «*Helldivers*» que substituíram os «*Beufighters*», para se juntarem a recém-criada Força Aérea. Mas apesar da perda da sua componente aérea a Armada conseguiu manter o seu ministério, independente das restantes estruturas de Defesa Nacional (Ferreira, 2010, p. 140).

A Força Aérea foi concebida em 1952 e juntou, as até então chamadas Arma Aeronáutica do Exército e a Aviação Naval (como acima mencionada), com cerca de 370 aeronaves de origem alemã, inglesa e americana (Moreira, 1999/2000, p. 13). A finalidade da Força Aérea era essencialmente de defesa do espaço aéreo da metrópole e dos territórios ultramarinos assim como a cooperação com as forças terrestres e navais (Ferreira, 2010, p. 141).

Ficou estabelecido em 1952 que a aeronáutica militar teria forças para operações independentes, forças de cooperação e unidades de instrução ou de escola necessárias. Ficou também estabelecido a divisão desta pelo território nacional em regiões aéreas e esquematizou-se de forma geral a organização das forças aéreas de campanha e em tempo de paz (Ferreira, 2010, p. 142). Em 1956 a Força Aérea reorganizou-se para a introdução



dos jactos e também tendo em vista poder operar com sucesso nos TO africanos (Silva, 2008/2009, p. 17). Efectivou-se a divisão do território nacional, que ficou dividida em três regiões aéreas que compreendiam:

- 1ª Região aérea com comando em Lisboa (Monsanto) e cuja área de actuação compreendia a metrópole, os arquipélagos da Madeira e Açores, Cabo Verde e a Guiné;
- 2ª Região aérea com comando em Luanda e cuja área de actuação se estendia a Angola e S. Tomé e Príncipe;
- 3ª Região aérea com comando em Lourenço Marques e cuja área de actuação se estendia a Moçambique, Goa, Damão, Diu, Macau e Timor.

Os meios iniciais da Força Aérea provinham, como dito no parágrafo anteriormente, do Exército e da Armada. Estes meios eram de origem alemã, inglesa e americana e de nível equivalente aos utilizados na segunda guerra mundial. Com a adesão de Portugal à OTAN foi proposto que Portugal contribuísse para a vigilância e luta anti-submarina no Atlântico Norte. Com vista ao cumprimento da proposta foi definido como objectivo para Portugal a criação e manutenção de onze (11) esquadras de caças, para além da aviação de treino, transporte e ligação (Moreira, 1999/2000, p. 14). Portugal com o argumento de ter elevadas tarefas a cumprir decidiu aumentar o número de esquadras a criar para dezasseis (16), catorze (14) de caças e duas (2) de detecção e controlo (Moreira, 1999/2000, p. 15). Para construir as dezasseis (16) esquadras propostas por Portugal chegaram em 1952 a primeira remessa de aviões F 84; em 1954 foi iniciada a recepção dos 34 Pv2 Harpoon que vieram substituir os Helldiver na luta anti-submarina, (Moreira, 1999/2000, p. 15); em 1956 recebemos a quarta remessa de 15 T-6 Harvard (Ferreira, 2010, p. 144), que apesar de serem destinados ao treino básico foi muito utilizado para reconhecimento e ataque ao solo; 1958 recebemos os F 86 Sabre mais sete (7) (Moreira, 1999/2000, p. 15) helicópteros Alouette II (Silva, 2008/2009, p. 17). No início da década de sessenta (60) Portugal ficou assim muito aquém das dezasseis (16) esquadras para o qual se tinha proposto, ficando apenas com seis (6) esquadras.

Posteriormente Portugal adquiriu o primeiro lote de Nord- Atlas (comprados à França pois os EUA recusaram-se a vender aviões por estes poderem ser utilizados nos TO Ultramarinos) colocados em Luanda, em 1961 chegam as avionetas francesas Broussard e as DO-27 alemãs, o reforço da frota de Nord- Atlas, em 1963 os helicópteros Alouette III e finalmente em 1966, devido a Portugal não poder utilizar os aviões F 86 Sabre nos teatros ultramarinos, adquiriu aos alemães os aviões Fiat G-91 (Area Militar, 2009).

O conflito levou Portugal a ter que gerir o seu material para conseguir aguentar o



O modo português de fazer a guerra no teatro de operações de Angola esforço de guerra e ao mesmo tempo cumprir com os requisitos da OTAN. Um modo de o fazer foi enviar para Angola aviões obsoletos e a perder a operacionalidade de voo onde ainda auxiliaram a aguentar o esforço de guerra como o caso dos PV2 Harpoon, estes que apesar de serem aviões de luta anti-submarina foram utilizados intensamente como caças-bombardeiros (Silva, 2008/2009, pp. 17-18).

Foi criado em 1955 o batalhão de Tropas Pára-quedistas, na dependência da Força Aérea e em 1956 efectuou-se o primeiro salto da totalidade do Batalhão (Moreira, 1999/2000, pp. 15-16). Esta força teve uma grande expansão em África e foi fortemente aplicada em todo TO de Angola (Ferreira, 2010), pois era uma tropa ligeira, e de grande e rápida mobilização.



Apêndice C

Funções de Quadrícula e Intervenção com matriz⁸⁷ comparativa

- Função de Quadrícula: «*Função que se traduz no desempenho de um conjunto de missões com as seguintes finalidades: assegurar a defesa de determinados pontos sensíveis; garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação; pesquisar constantemente notícias sobre o inimigo e obter elementos que permitam conhecer cada vez melhor o terreno e a população, manter um contacto constante com a população, exercer sobre ela, em conformidade com directrizes superiores, um acção psicossocial e, quando necessário, estabelecer medidas de controlo dessa população; exercer sobre os rebeldes, igualmente em conformidade com directrizes superiores, uma acção psicológica; hostilizar o inimigo, na medida em que os meios disponíveis o permitam (EME, 1963b, p. Anx - Pág 28) »*
- Função de Intervenção: «*Função que se traduz no desempenho de um conjunto de missões com as seguintes finalidades: socorrer, quando necessário, outras unidades, povoações e instalações importantes, militares ou civis, atacadas pelo inimigo; procurar sistematicamente pelo inimigo e hostiliza-lo o mais possível, por toda a parte, em especial nas regiões onde a quadrícula seja reduzida ou inexistente, executar operações ofensivas contra elementos referenciados, para os expulsar, aprisionar ou aniquilar, e contra as suas instalações, para as destruir (EME, 1963b, p. Anx - Pág 20).»*

Missões das Unidades	
Função de Quadrícula	Função de Intervenção
– Defesa de pontos sensíveis; Estabelecimento de postos militares;	– Socorrer unidades, povoações e instalações atacadas;
– Protecção de itinerários;	– Procurar o inimigo e hostiliza-lo o mais possível por toda a parte;
– Pesquisa de notícias sobre o inimigo e dados sobre o terreno e a população;	– Executar operações ofensivas contra elementos rebeldes referenciados e suas instalações
– Contacto com a população; acção psicossocial; controle da população;	
– Acção psicológica sobre o inimigo;	
– Hostilizar o inimigo na medida em que os meios disponíveis o permitem.	

Tabela 2: Missões das Unidades

⁸⁷ Matriz adaptada do manual (EME, 1963b)



Apêndice D

Operações Defensivas

Informação adicional à montagem de uma defensiva nas operações convencionais.

Para além dos três postos de combate na posição defensiva (duas secções de atiradores à frente e uma atrás) o comandante de pelotão (Cmtdt Pel) com atiradores retirados das SecAt organizava uma reserva móvel que instalava junto do seu posto de comando (PC), pronta para o contra-ataque (Neves, 1949b, p. 224). A frente e profundidade não deviam exceder, respectivamente cento e cinquenta (150) a cem (100) metros. Para além destas posições eram preparadas posições alternativas para se o inimigo conseguisse penetrar o dispositivo as nossas forças manobrem e continuarem o combate. As metralhadoras ligeiras eram normalmente utilizadas com tiro frontal (Neves, 1949b, p. 222), mas quando utilizadas como flanqueantes⁸⁸ eram protegidas pelas próprias secções, interpondo-se entre elas e a direcção do inimigo (Neves, 1949b, p. 224).

O modo como a infantaria era empregue na contra-guerrilha não era uma situação muito abordada em Portugal. Na pouca doutrina existente a defesa contra as guerrilhas era da responsabilidade de cada uma das unidades que actuam nessa zona. A defesa da retaguarda era incumbida a unidades especiais que geralmente eram constituídas por militares com idade avançada que não eram considerados aptos para operações ofensivas, pois exigia um esforço que estes poderiam não suportar. Eram então considerados unicamente aptos para defender as vias de comunicação e os pontos importantes da retaguarda (Neves, 1949c, pp. 229-230). Nesta tipologia de combate o papel importante já era desempenhado por pequenas unidades altamente móveis e capazes de actuar com eficiência em terrenos difíceis. Logo o combate decisivo era conduzido a maior parte das vezes por pequenas unidades. Estas unidades de pelotão podiam actuar sozinhas e não necessitavam da existência de outras companhias nos lados para deter o inimigo.

⁸⁸ Tiro oblíquo (Neves, 1949b, p. 222)



Planeamento da defesa de um ponto sensível.

O planeamento⁸⁹ do Cmd Pel para a defesa de um ponto sensível é em tudo bastante parecido com o planeamento anteriormente efectuado para ambos os estilos de combate⁹⁰, pois os aspectos de combate em si são idênticos.

Protecção de Itinerários: Defesa fixa; Vigilância móvel; Escoltas.

A defesa fixa é confiada a unidades de caçadores e é baseada nas táticas de defesa de pontos sensíveis (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 3).

A vigilância móvel é efectuada através de *patrulhas de vigilância*⁹¹, cuja finalidade destas patrulhas é manter o itinerário sobre constante vigilância, obter informações sobre a actividade inimiga e cria no inimigo um clima de insegurança que o impeça de executar obstruções, colocar mina e armadilhas e preparar emboscadas (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 8). Os atiradores ou caçadores terão como missão a protecção da viatura de detecção de minas (e dos seus elementos quando estiverem a actuar) caso exista, apoiar a autometralhadora que vai na frente da coluna. Estas patrulhas podiam ser articuladas com elementos de caçadores – no mínimo uma (1) secção transportadas em duas viaturas – no caso da impossibilidade da utilização de unidades de reconhecimento, às quais este estilo de missão, assim como as escoltas, deveriam ser entregues (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 8). O Cmdt Pel planeava a quantidade de patrulhas conforme o efectivo disponível, meios que dispunha e o tamanho do itinerário a patrulhar. O pelotão de caçadores podia ser também a base da constituição de uma *patrulha de abertura*⁹², sendo esta constituída com uma autometralhadora e sapadores. A articulação desta era em três (3) grupos: *Grupo de*

⁸⁹ «A defesa de um ponto sensível exige:

- A escolha judiciosa das posições das armas e um plano de fogos bem ajustado;
- A protecção e camuflagem daquelas posições;
- A completa desobstrução dos campos de tiro;
- Condições de boa observação para o comando,
- Um eficiente sistema de transmissões;
- Caminhos desenhados para o deslocamento de reservas e mudança de dispositivo.» (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap I- Pág 5)

⁹⁰ Convencional ou de contra-guerrilha.

⁹¹ Ver Anexo H – Exemplos de percursos a percorrer pelas patrulhas de vigilância.

⁹² Tem como finalidade a e inspeccionar o itinerário, desobstruí-lo, desembaraça-lo de minas e armadilhas e ainda explorar as suas imediações de forma a repelir quaisquer elementos rebeldes armados (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 11). Ver Anexo I – Patrulha de Abertura.



A escolta a colunas era utilizada quando a defesa entre os pontos vitais dos itinerários e a vigilância móvel não fossem suficientes para garantir a segurança dos deslocamentos nesses itinerários.

Como a finalidade, o inimigo, e o tipologia de guerra é diferente um Pel At é capaz de efectuar a escolta, embora que reforçado de mais alguns meios. Assim a *composição da escolta*⁹⁷ mais vantajosa e normal para uma coluna de vinte (20) a trinta (30) viaturas⁹⁸ era com um (1) Pelotão de Reconhecimento (PelRec) composto por três (3) autometralhadoras, três (3) viaturas blindadas de atiradores reforçada pelo menos com uma (1) secção de caçadores igualmente numa viatura blindada, e uma viatura de desempanagem ou pronto de socorro. Esta é normalmente dividida em três grupos (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 14): da testa⁹⁹; do centro¹⁰⁰, ou de comando; da retaguarda¹⁰¹.

As viaturas a proteger são divididas em dois grupos em que o primeiro irá entra o grupo da testa e o grupo do centro e o segundo entre o grupo do centro e o grupo da retaguarda (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 15).. Nas escoltas a actuação é em certos parâmetros parecida às anteriores actuações embora que nestas operações um pelotão normalmente era capaz de efectuar as escoltas¹⁰² apenas com alguns reforços, isto devido a aspectos particulares da guerra que se efectuava como o terreno ser controlado por Portugal e as forças opositoras não serem bem equipadas e treinadas.

A escolta também podia ser efectuada por um pelotão de caçadores reforçada com uma secção de reconhecimento com uma autometralhadora caso não fosse disponível autometralhadoras e viaturas blindadas de atiradores em número suficientes. Ou então caso

⁹³ Grupo de desobstrução: composto por três sapadores, dois (2) atiradores (que actuavam na protecção dos sapadores) e se possível um cão de guerra e seu tratador. Actuavam na frente da patrulha destinado a detectar e levantar minas e armadilhas e remover obstruções e actua normalmente a apeados (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 11).

⁹⁴ Grupo de Exploração: É geralmente composto por no mínimo quatro (4) atiradores. O objectivo deste grupo é explorar os acidentes de terreno existente nas imediações do itinerário, normalmente este grupo actua apeado (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 12).

⁹⁵ Grupo de Apoio: apoia pelo fogo os grupos de desobstrução e de exploração (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 12).

⁹⁶ Reserva: destinada a destacar grupos de exploração e rende-los assim como render o grupo de desobstrução (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 12).

⁹⁷ A composição das escoltas dependia: dos meios disponíveis; das outras medidas de protecção do itinerário; agressividade das guerrilhas; natureza do terreno; importância das colunas; da natureza da carga a transportar e da categoria do pessoal a transportar (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 14). Ver Anexo J – Composição normal duma Escolta.

⁹⁸ Caso a escolta tivesse mais viaturas a composição da escolta teria de ser substancialmente maior.

⁹⁹ *Grupo da testa* era composto por uma viatura de atiradores seguindo normalmente a autometralhadora e se houver a viatura de detecção de minas e é precedida pela viatura de sapadores (EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap II- Pag 14-15).

¹⁰⁰ *Grupo do centro* formado pela autometralhadora do comandante da escolta, uma viatura blindada de atiradores e os elementos de caçadores (EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap II- Pag 14-15).

¹⁰¹ *Grupo da retaguarda* formada pela última viatura blindada de atiradores, uma autometralhadora e precedida pela viatura de desempanagem (EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap II- Pag 14-15).

¹⁰² Informação recolhida Junto do Coronel Infantaria Fortes.



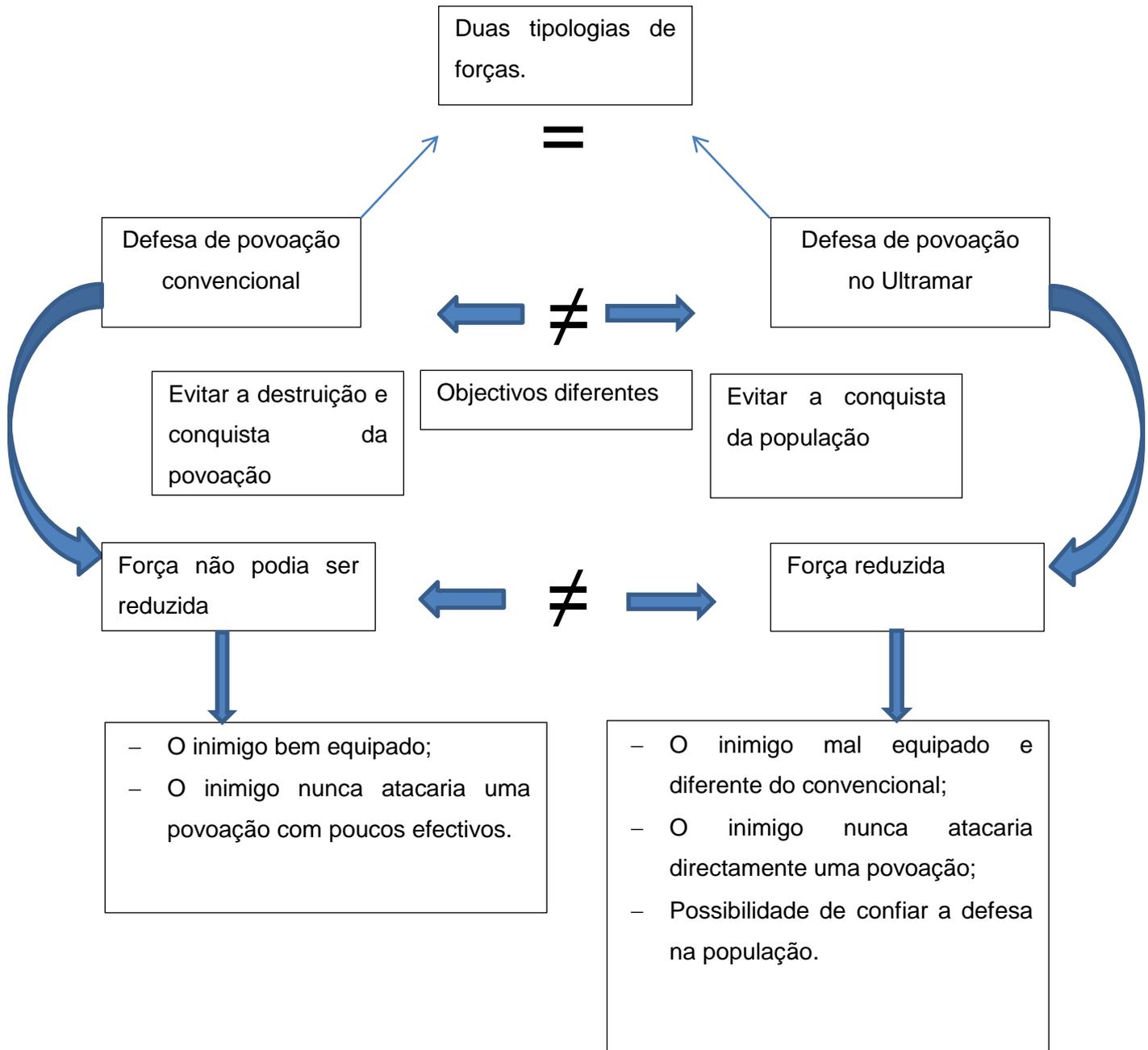
O modo português de fazer a guerra no teatro de operações de Angola

não existe-se nenhuma viatura blindada, nem viaturas para a detecção de minas, a escolta, constituída por um pelotão de caçadores deve ser transportada por cinco (5) ou seis (6) viaturas de $\frac{3}{4}$ ou 2,5 ton: três (3) para o grupo da testa com uma secção de sapadores se houver e duas (2) de caçadores, uma (1) ou duas (2) para o grupo do centro com o comando e uma secção de caçadores e por fim uma última para o grupo da retaguarda com uma secção (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pag 17).



Apêndice E

Quadro comparativo da defesa de povoação¹⁰³



¹⁰³ Quadro efectuado com base em (EME, 1963b) e (Neves A. M., 1949a)



Apêndice F

Patrulhas

O modo de actuar do pelotão de exploração na aproximação.

O pelotão em exploração tem como missão executar a pesquisa longínqua de informação (Neves, 1949a, p. 90), efectuando o reconhecimento dos itinerários e as suas proximidades (Neves, 1946-1947, p. 490) recolhendo informações sobre o terreno, a viabilidade das vias de comunicação (Neves, 1949c, p. 21). Nesta situação o Cmdt Pel orienta os reconhecimentos e os comandantes de secção executam em pormenor a exploração¹⁰⁴ (Neves, 1946-1947, p. 500). Para a execução desta missão o Pel At adopta a formação de triângulo¹⁰⁵ com uma ou duas secções na frente dependente do terreno as restantes em segundo escalão, indo a primeira secção em formação de patrulha¹⁰⁶ e as restantes em coluna por um (Neves, 1949a, pp. 21-23). Podemos concluir que o pelotão efectua uma patrulha de reconhecimento. Porém o pelotão também poderia ser considerado como uma patrulha de combate que efectuava a segurança das forças em marcha.

Este estilo de acções no âmbito ofensivo terminava com a entrada dos pelotões em contacto¹⁰⁷ com as forças inimigas, quer elas estivessem em movimento ou numa linha defensiva, pois passavam para o ataque o que fazia com que o dispositivo do inimigo fosse conhecido.

Patrulhas de nomadização.

O objectivo das patrulhas de nomadização é «*Actuação discreta, durante algum tempo, em zonas afastadas das localidades normalmente guarnecidas onde se sabe ou se presume que existem elementos rebeldes, de forças muito móveis e dotadas de apreciável autonomia que, numa constante actividade de patrulhamento, procuram levar a efeito acções de carácter limitado contras aqueles elementos, destruir as suas instalações e fontes de abastecimento [...] (EME, 1963a, p. Anx - Pag 23)».*

¹⁰⁴ Ver Anexo L – Exploração.

¹⁰⁵ Ver Anexo M – Formações.

¹⁰⁶ Ver Anexo M – Formações.

¹⁰⁷ «*Contacto começa para a infantaria quando as vanguardas atingem os elementos de segurança afastados já detidos ou quando, nas zonas em que esses elementos não operam, os Pel At do escalão de exploração começam a ser batidos por fogos adversos (Neves, 1949c, p. 41)»*



As patrulhas de nomadização são normalmente constituídas com efectivos na ordem de uma secção comandada por um oficial ou sargento (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 47), realçando o facto de se necessitar de forças ligeiras para este modo de combater. O equipamento¹⁰⁸ desta tem de ser o estritamente necessário para conferir uma autonomia de alguns dias (normalmente 3 dias) à patrulha e o peso não deve exceder os vinte (20) Kg (com a inclusão do equipamento individual) o que as difere das anteriores patrulhas efectuadas. A nomadização pode ser efectuada por companhias ou pelotões, isto com a finalidade de levar o patrulhamento mais longe, estende-lo a áreas maiores e mantê-lo durante mais tempo. Além disso com maiores efectivos as referidas unidades podiam multiplicar as suas acções de combate sobre o adversário, pesquisar e confirmar um maior número de informações e cria também uma maior probabilidade de ganhar a confiança das populações afastadas (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 50). O pelotão a actuar como patrulha de nomadização é normalmente constituído pelo comando de um (1) subalerno, três (3) praças e por três (3) secções constituídas por um (1) sargento e sete (7) praças. Este normalmente efectua a sua patrulha por um só itinerário¹⁰⁹ ao longo da qual estabelece *base de patrulhas*¹¹⁰ e destas faz irradiar as suas secções, o que lhe transmite a capacidade de efectuar duas (2) a três (3) patrulhas. Ou então opta por estabelecer uma única base durante mais tempo de onde irradiam as suas patrulhas.

¹⁰⁸ Ver Anexo R – Exemplo de material para uma patrulha de nomadização.

¹⁰⁹ Ver Anexo S – Pelotão em nomadização.

¹¹⁰ «Zona de reunião de uma força de valor pelotão ou companhia empenhada numa acção de nomadização, estabelecida num local coberto e fora de zonas de passagem, onde é possível dispor de certas facilidades para descanso e alimentação do pessoal e para manutenção do material (EME, 1963a, p. Anx- Pág 7)»



Apêndice G

Emboscadas e Golpe de Mão

Emboscadas

Finalidades da Emboscadas de Contra-Guerrilha (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 1):

- Aniquilar os grupos rebeldes;
- Impedir que estes atinjam determinado ponto, ou pelo menos em tempo oportuno;
- Colher informações (fazendo prisioneiros de guerra, apreendendo documentos, armas e equipamentos);
- Ou simplesmente causar danos;

Preparação da Emboscada:

A preparação da emboscada deve ser o mais cuidadosa possível, logo o comandante deve planejar o mais detalhadamente possível tendo em atenção a finalidade a atingir. Este deve fazer uma análise aprofundada das informações sobre o inimigo e terreno, e com base nelas estabelecer um plano de acção com os seguintes pormenores (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 5):

- Local da emboscada;
- Hora a que esta deve ser montada (esta é determinada pelo inimigo, pois a emboscada é efectuada mediante os seus horários de deslocamento ou hábitos (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 9));
- Itinerários de aproximação e de retirada;
- Efectivos necessários e seu equipamento;
- Dispositivo a instalar e formas de deter o inimigo.

O local das emboscadas deve ser planeado de maneira que: o local assegure a dissimulação da aproximação e instalação das forças no terreno; a *zona de morte*¹¹¹ seja o mais extensa possível para englobar o maior número de elementos rebeldes; a inversão de marcha dos rebeldes quando atacados seja difícil; o local da emboscada proporcione uma velocidade de progressão lenta por parte dos rebeldes (curvas grandes, subidas acentuadas ou mau piso); os campos de tiro sejam bons, especialmente sobre a «zona de morte»; que a instalação dos elementos da emboscada seja num ponto dominante, particularmente os elementos de assalto; o itinerário de retirada seja o mais possível a coberto e permita velocidade e rapidez no deslocamento (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 8).

¹¹¹ «"Zona de morte" é a zona do itinerário escolhido para o desencadeamento da emboscada sobre a coluna inimiga (CIOE, 1961, p. 2/E)»



Golpe de mão

As finalidades dum golpe de mão são: aniquilar forças rebeldes; destruir instalações inimigas, fontes abastecimento conhecidas ou quaisquer outros meios de apoio ao combate e vida; por último colher informações, através de prisioneiros de guerra ou apreendendo documentos (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 1). Estes são normalmente efectuados contra pontos remuneradores como postos de comando, oficinas, fábricas ou instalações de carácter económico ou militar e por último abrigos (CIOE, 1961, p. 1/G).

Os efectivos são bastante variáveis, pois dependem da finalidade do golpe de mão, do valor do inimigo, da natureza do objectivo, das forças disponíveis. Assim um golpe de mão pode ser realizado por uma secção, um pelotão ou ainda uma força de escalão superior. A escolha do equipamento depende destes princípios e ainda das características do terreno (EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap VI- Pág 1-2). Esta força é normalmente comandada por um oficial subalterno.

Estas operações podem ser efectuadas isoladamente ou combinadas (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 2) com outras operações, quer sejam elas golpes de mão ou emboscadas. Nesta operação a probabilidade de apanhar / aniquilar elementos rebeldes numeroso é pequena. Pois a sua mobilidade, o segredo do seu dispositivo defensivo e sobretudo o apoio que recebem da população torna difícil a obtenção da surpresa (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 3).

A surpresa é obtida através do segredo que é um dos factores fundamentais, sem os quais não se consegue garantir o êxito da operação (CIOE, 1961, p. 6/G), logo este é um factor que o comandante da força tem de ter atenção no seu planeamento.

O comandante da força deve assim como nas emboscadas detalhar ao máximo o seu planeamento, realizando o seu estudo o tão pormenorizado quanto o tempo disponível permita (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 4). Este estudo e planeamento irá ser efectuado com base em informações mais completas possíveis sobre o inimigo, o terreno, e meios disponíveis (CIOE, 1961, p. 3/G). Com base neste estudo deve efectuar o plano de acção estabelecendo essencialmente:

- Hora a que o golpe de mão deve ser executado (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 4);
- Efectivos necessários e seu equipamento (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 4);
- Dispositivo a instalar (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 4).

Para a execução do golpe de mão a força articula-se¹¹² em principio em: comando; grupo de assalto; grupo / grupos de detenção; grupo / grupos de cobertura; grupo de recolha; grupo de perseguição; e reserva. Esta articulação requer essencialmente efectivos,

¹¹² Ver Anexo V – Funções dos Grupos e efectivos, de um golpe de mão.



se estes não existirem a constituição será necessariamente outra (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 9). Noutra fonte a articulação pode ser por exemplo: Comando; grupo de eliminação de sentinelas; grupo de assalto; grupo de destruição; grupo de busca; grupo de protecção; grupo de recolha e grupo de reserva (CIOE, 1961, p. 3/G).

Tal como na emboscada o pessoal que vai efectuar a missão tem de ser bem instruído pelo seu comandante para realizar o golpe de mão sem falhas, focando nas informações sobre o inimigo; finalidade do golpe de mão; e a forma como vai ser feito o deslocamento (EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 17).

Os movimentos para a execução de um golpe de mão são de uma modo geral¹¹³ a instalação de um grupo a montar segurança ao perímetro (grupo de cobertura), instalação de grupos de detenção para impedir a fuga dos elementos rebeldes e o grupo de assalto para assaltar o objectivo.

¹¹³ Para melhor compreensão ver Anexo V – Funções dos Grupos e efectivos de um golpe de mão.



Apêndice H

Guião de entrevista

Academia Militar

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada



Entrevistas Aplicadas

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria Cláudio Pires

Orientador: Tenente-coronel de Infantaria Lemos Pires



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta entrevista surge no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, cujo tema é “O modo português de fazer a guerra no Teatro de Operações de Angola”, onde se pertence verificar as formas de empenhamento tático de forças escalão pelotão durante a guerra travada por Portugal no Teatro de Operações de Angola entre 1961 a 1974

No que se refere ao trabalho de campo, pretende-se realizar entrevistas semi-estruturadas a pessoas com experiência de comando de forças de escalão pelotão, ou equivalente, durante a campanha na data histórica acima mencionada.

Desta forma, dirijo-me por este meio a V. Ex^a para que nos conceda a entrevista, que tem apenas um único propósito, a recolha de informação para dar resposta à pergunta central da investigação e para a valorização do trabalho de investigação.

Gratos pela sua colaboração

Atenciosamente

Cláudio Pires

Asp. INF



Guião para Oficial Comandante de Companhia.

Caracterização dos entrevistados

Nome:

Posto:

Unidade de colocação:

Tempo de serviço:

Tempo de Comando em campanha:

Local:

GDH:

1. Qual o efectivo que compunha a companhia?
2. Quais eram as capacidades operacionais da companhia?
3. Qual era o quadro orgânico?
4. Na sua opinião qual era o tipo de operação para a qual a companhia melhor estava preparada?
5. Existia doutrina e legislação para o seu emprego?
6. Quais as alterações que teve que executar nas companhia ou nos pelotões para fazer face à evolução da guerra tendo em conta a doutrina ou quadro orgânico já existente?
7. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da preparação transmitida à sua companhia para fazer face a este estilo de guerra?
8. Como aplicava e empenhava a sua companhia em campanha?
9. Qual o seu critério de aplicação táctica da companhia?
10. Como planeava, ao seu nível, as suas operações de combate?
11. Qual o estilo de operações que mais executou?
12. Qual o ambiente de trabalho e de relação pessoal que tinha com os seus homens?
13. E na relação com as restantes unidades?
14. Considera que recebeu directivas claras? Sabia o que se esperava da sua acção e da sua companhia?



Guião para Oficial Comandante de Pelotão.

Caracterização dos entrevistados

Nome:

Posto:

Unidade de colocação:

Tempo de serviço:

Tempo de Comando em campanha:

Local:

GDH:

1. Qual o efectivo que compunha o pelotão?
2. Quais eram as capacidades operacionais do pelotão?
3. Qual era o quadro orgânico?
4. Na sua opinião qual era o tipo de operação para a qual o pelotão melhor estava preparado?
5. Existia doutrina e legislação para o seu emprego?
6. Quais as alterações que teve que, ou o seu comandante de companhia, executou no pelotão para fazer face à evolução da guerra tendo em conta a doutrina ou quadro orgânico já existente?
7. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da preparação transmitida ao seu pelotão para fazer face a este estilo de guerra?
8. Como aplicava e empenhava o seu pelotão em campanha?
9. Qual o seu critério de aplicação táctica do pelotão?
10. Como planeava, ao seu nível, as suas operações de combate?
11. Qual o estilo de operações que mais executou?
12. Qual o ambiente de trabalho e de relação pessoal que tinha com os seus homens?
13. E na relação com as restantes unidades da companhia?
14. Considera que recebeu directivas claras? Sabia o que se esperava da sua acção e do seu Pelotão?



Guião para Sargento / Soldado.

Caracterização dos entrevistados

Nome:

Posto:

Unidade de colocação:

Tempo de serviço:

Tempo de Comando em campanha:

Local:

GDH:

1. Qual o efectivo que compunha o pelotão?
2. Quais eram as capacidades operacionais do pelotão?
3. Qual era o quadro orgânico?
4. Na sua opinião qual era o tipo de operação para a qual o pelotão melhor estava preparado?
5. Sabe se existia doutrina e legislação para o seu emprego?
6. Quais as alterações que o seu comandante de companhia ou de pelotão, executou no pelotão para fazer face à evolução da guerra tendo em conta a doutrina ou quadro orgânico já existente?
7. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da preparação transmitida ao seu pelotão para fazer face a este estilo de guerra?
8. Como o seu pelotão era aplicado e empenhado em campanha?
9. Qual o estilo de operações que mais executou?
10. Qual o ambiente de trabalho e de relação pessoal que tinha com os seus camaradas e comandantes?
11. E na relação com as restantes unidades da companhia?
12. Considera que recebeu directivas claras? Sabia o que se esperava da sua acção e do Pelotão como um todo?



Apêndice I

Entrevistas¹¹⁴

Caracterização do entrevistado

Nome:

Luís Artur Carvalho Teixeira Morais

Posto:

Capitão (quando em campanha) actualmente Major

Unidade de colocação:

A distrito do Regimento de Infantaria de Luanda – reserva do Quartel-general

Tempo de serviço:

Mais de vinte anos de serviço Quinze dos quais de serviço no ultramar.

Tempo de Comando em campanha:

Oito anos em campanha (nos teatros de Angola e Moçambique).

Local da Entrevista:

Paço de Arcos, Oeiras.

GDH:

301400JUL11

1. Qual o efectivo que compunha a companhia?

Eram cerca de cento e oitenta (180) homens.

2. Quais eram as capacidades operacionais da companhia?

Estávamos preparados para tudo, inclusivamente tinha-mos aviões, os Nord altas, para sermos transportados. E a primeira operação que nós fizemos foi em Monte Redondo e fomos já transportados pelo avião Nord altas.

Tinha-mos total capacidade, mas curiosamente os jipões, muito bons mas já velhos e nenhum tinha roda de reserva. Logo tinha sempre que ficar um jipão em cegos para levar as quatro rodas nos outros jipões.

¹¹⁴ Código de cores: [AZUL](#) encontram-se as respostas dos entrevistados. NOTA: As entrevistas transcritas são resumidas das entrevistas que estão em suporte digital.



3. Qual era o quadro orgânico?

Era de quatro (4) pelotões, três (3) de caçadores, um (1) de acompanhamento, secção de comando, transmissões, saúde, alimentação e munições.

4. Na sua opinião qual era o tipo de operação para a qual a companhia melhor estava preparada?

Nós estávamos preparados para tudo, pois nós tivemos três meses de preparação em Luanda (em conversa anterior o entrevistado referiu que a sua companhia tinha sido destacada para Luanda, Angola três (3) meses antes do início do conflito), e preparamo-nos tanto para a guerra clássica como para a guerra subversiva. Mas fui mais focada a preparação na guerra subversiva, executando vários exercícios diurnos e nocturnos à volta de Luanda.

5. Existia doutrina e legislação para o seu emprego?

Era aquela que eu tinha dado em Lamego, retirada da tradução da doutrina Francesa e Belga

6. Quais as alterações que teve que executar nas companhia ou nos pelotões para fazer face à evolução da guerra tendo em conta a doutrina ou quadro orgânico já existente?

Incrivelmente a nossa orgânica era trinária o que era errado para África. Em África era quaternária. Nós temos que ter as unidades divididas em quatro para nós poder proteger constituir o quadrado para nos poder proteger em todas as direcções, a ternária é para uma guerra clássica que vamos a progredir com dois (2) pelotões à frente e um (1) atrás, tive que alterar tudo. Mas não fui só eu por exemplo o Soares Carneiro também foi adepto desta modalidade. Esta orgânica foi constituída lá, pois deram-me mais um pelotão de africanos, eram batedores e eu misturei-os fazendo quatro pelotões de caçadores mais as armas pesadas.

7. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da preparação transmitida à sua companhia para fazer face a este estilo de guerra?

A instrução que ministrei à companhia em Angola, três meses o que fomos privilegiados por isso pois tivemos instrução já no TO, só teve vantagens em todos os aspectos, táticos, operacionais, psicológicos, a ligação com as pessoas, a maneira de lidar com as pessoas pois isto pertence à instrução.



8. Como aplicava e empenhava a sua companhia em campanha?

Quando estava em Aveiro houve uma inspecção do General Carrasco, que era o director da Arma e já era meu conhecido de Mafra pois era do batalhão quando eu estava no Tirocínio. Eu fui nomeado para ser chefe da guarda de honra pois como vinha um pelotão de Landins do Sul de Moçambique onde eu já tinha sido era mais fácil o comando e o General disse que nunca tinha visto uma guarda de honra assim. E havia depois a inspecção aos oficiais e havia lá um tema táctico para discussão, eu que tinha sido indevidamente colocado na escola de cabos pois deveria ser um capitão da instrução, estava lá para assistir ao tema fui nomeado pelo General para o apresentar. É claro que não correu lá muito bem porque não estava preparado, e até que ele me fez uma pergunta: «*Houve, se tu fosses nomeado para Angola usavas essa táctica?*»

À qual eu respondi, se fossa para África rasgava esses regulamento, porque em África é outros regulamentos que existem.

9. Qual o seu critério de aplicação táctica da companhia?

Não havia nenhum em especial. Em África era preciso ter imaginação, era adaptar às circunstâncias, pois nós não podemos ser agarrados à doutrina, temos que ter iniciativa capaz e adaptar-nos às circunstâncias (inimigo, terreno), quem vai lá com ideias fixas estava mal.

10. Como planeava, ao seu nível, as suas operações de combate?

Eu adaptava o meu planeamento consoante o inimigo e o terreno em que íamos operar.

11. Qual o estilo de operações que mais executou?

Além do patrulhamento de certas zona, o patrulhamento foi muito importante pois na fase em que estávamos em quadrícula eram patrulhamentos (era não só patrulhamento de reconhecimento como também para ligação com a população, para manter o domínio e posição). Mas depois haviam missões dentro das operações que estavam estabelecidas atacar, cercar as zonas, limpar áreas, era conforme as missões que superiormente eram definidas.

12. Qual o ambiente de trabalho e de relação pessoal que tinha com os seus homens?

Óptimas, extraordinárias. Mas sempre com respeito à hierárquica, eles até nisso eram impecáveis, amigos mas sempre dentro dos limites. Se uma unidade não tiver disciplina é impossível fazer alguma coisa dela.



13. E na relação com as restantes unidades?

Eram boas, porem era difícil. Pois em Angola como toda a gente sabe houve muitos abusos, e eu por vezes tinha conhecimento de coisas incríveis que eu tive de participar, pois estavam a prejudicar o nosso trabalho.

O único problema que tive com outras unidade foi com os pára-quedistas, devido a uma operação que fizemos em conjunto, em que a nossa força ia à retaguarda deles, e eu tinha referido bem ao comandante deles que nós íamos à retaguarda deles, mas não sei o que se passou, quando eles ouviram passos à retaguarda abriram fogo e mataram-me um (1) sargentos e uma guia.

14. Considera que recebeu directivas claras? Sabia o que se esperava da sua acção e da sua companhia?

Na primeira operação que me mandaram efectuar, pouco ou nada se sabia do que ia acontecer, assim eu entrei na Baixa do Cassange com cento e oitenta homens como se tivesse entrado num quarto escuro. Porém nas outras operações já tivemos boas indicações pois já existia informação precisa.



Caracterização do entrevistado

Nome:

José Manuel Enes Castanho Fortes

Posto:

Coronel (Reserva)

Unidade de colocação:

Regimento Artilharia Ligeira nº 1. Mobilizado para a Companhia de Caçadores 2677

Tempo de serviço:

Mais de vinte anos de serviço

Tempo de Comando em campanha:

Dois anos (1970-1972)

Local da Entrevista:

Ericeira casa privada do entrevistado.

GDH:

201700JUL11

1. Qual o efectivo que compunha o pelotão?

O meu grupo de combate, que era assim que ele era designado, era constituído por um total de trinta e quatro (34) militares, um (1) oficial, três (3) sargentos, e trinta praças (30) incluindo cabos que eram nove (9).

2. Quais eram as capacidades operacionais do pelotão?

As capacidades operacionais eram totais, para aquele contexto na altura, restringindo é claro o pelotão às operações que eram efectuada na altura, emboscadas, golpes de mão, nomadizações, acções de reconhecimento

3. Qual era o quadro orgânico?

O quadro orgânico era constituído por um (1) oficial, três (3) sargentos, nove (9) cabos, e vinte e um (21) soldados. Neste caso o oficial era metropolitano (do continente) e tinha um (1) sargento da Guiné, um (1) de Cabo Verde e o ultimo era dos Açores. Sendo que um dos três (3) sargentos era o especialista em armas pesadas e actuava quase sempre em conjunto com o comandante.

4. Na sua opinião qual era o tipo de operação para a qual o pelotão melhor estava preparado?

Sim, o pelotão estava bem preparado para o estilo de operações que iria executar, baseando-se estas em golpes de mão, emboscadas e operações de nomadização.



5. Existia doutrina e legislação para o seu emprego?

Existia doutrina, que era o emprego da companhia de caçadores, e um conjunto de manuais que eram o manual do oficial miliciano, que servia como base de toda a instrução, e os manuais da guerra subversiva.

6. Quais as alterações que teve que, ou o seu comandante de companhia, executou no pelotão para fazer face à evolução da guerra tendo em conta a doutrina ou quadro orgânico já existente?

Para cada tipo de operações eu executava uma alteração, por exemplo para executar operações da tipologia de escolta, de reabastecimento nosso ou civil, o comandante de pelotão compunha a coluna (isto no caso do leste de Angola, pois a forma de combater de um sector para o outro era diferente, o leste era mais baseado em minas e o norte mais baseado em emboscadas) de uma forma genericamente simétrica, em que a viatura da frente era uma viatura rebenta minas em que levava uma equipa de lança-granadas foguete ou lança-chamas, o mesmo se sucedia para a viatura da retaguarda pois uma das viaturas deveria ficar fora da zona de morte e o fogo sobre o capim era bastante devastador. No primeiro terço assim como no último terço, iriam as metralhadoras montadas nos anteparos em Unimogs em que não tinham capotas, para caso fossem emboscados conseguirem rapidamente sair da viatura e reagir. Por fim a meio da coluna iam os morteiros de sessenta mm (60 mm), mas era só utilizado tubo. Para as operações de reconhecimento levava menos pessoal. Cheguei a actuar muitas vezes em BiGrupo, que é uma táctica que surgiu no adversário e consiste basicamente na junção de dois grupos sobre um único comando, este meio de combate oferecia um maior potencial, ocupava-se uma frente muito maior com qualquer uma das formações, sendo elas em T, Z ou em linha. Para além das alterações que fui executando pontualmente para cada uma das operações, eram feitas ao nível da companhia certas alterações. Assim cada um dos três pelotões ficava apenas com duas (2) secções e dava a terceira para o quarto que era o pelotão de recolhimento e deste pegava nas secções de lança-granadas foguete, morteiros ligeiro/médios e na secção de metralhadoras pesadas (que na altura era a Breda) e distribuí-as pelos pelotões, ficando assim os pelotões capacitados para actuar com as mesmas valências que a companhia, só que em vez de uma secção de morteiros ligeiros/médios, lança-granadas foguete e metralhadoras pesadas tinha apenas uma equipa de cada.

O modo doutrinário de actuar adoptado ao nível de companhia era uma espécie de esquema de rotatividade, pois dos 4 pelotões da companhia saiam para fora do



aquartelamento durante cinco dias (5) 3 pelotões ficando um sozinho, ao final do quinto dia voltavam e partia o que tinha ficado a descansar.

Evolutivamente a grande alteração ao nível do pelotão não foi feita quer pelo comandante de companhia quer pelo comandante de pelotão que foi a introdução da HK-21 pois com esta conferiu-se mais poder no assalto devido a esta (ao contrario da Breda) na ficar na viatura.

7. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da preparação transmitida ao seu pelotão para fazer face a este estilo de guerra?

Cada companhia tinha um oficial subalterno de Operações Especiais a comandar um dos grupos de combate, e normalmente era igualmente o Adjunto do Comandante da Companhia. Disponha também dum furriel, noutro grupo de combate. Com isto procurava-se ter um acréscimo da preparação para o tipo de operações então conduzidas.

Face que em Lamego a preparação técnica/táctica era iminentemente prática e direccionada para os teatros de operações ultramarinos envolvidos na guerra, e para todos os tipos de acções que então poderiam aí ter lugar permitia que houvesse uma melhor preparação técnico/táctica, física e psicológica, sendo estas as grandes vantagens.

Quanto a desvantagens não visualizo nenhuma.

8. Como aplicava e empenhava o seu pelotão em campanha?

Decorrente do planeamento operacional, quer da Companhia (era uma companhia independente), quer a do Comando do Sub-sector, ou mesmo do Comando da Zona Militar, face à missão que me era cometida ao meu grupo de combate, ou mesmo ao bi-grupo (1.º e 3.º grupos), ao terreno/zona de actuação, tipo de inimigo e sua actividade recente, pessoal disponível, material e equipamento mais adequado, escolhia os homens, mantendo, quanto possível, a constituição orgânica das equipas e parselhas.

Basicamente fazia-mos patrulhas, segurança, nomadizações, podendo incluir montagem de emboscadas em locais de passagem provável de elementos inimigos, golpes de mão a objectivos detectados durante as operações, interdição de zonas passagem (guerra de minas).

A aplicação dependia se ia efectuar uma escolta a colunas auto, protecção de itinerários ou controlo de itinerários, segurança a pistas improvisadas para re-abastecimento aéreo, patrulhas de combate, operações de acção psico-social,



nomadização, patrulhas de recolha de informações ou de vaus de passagem ou trilhos de acesso, etc.

9. Qual o seu critério de aplicação táctica do pelotão?

Basicamente a aplicação para do pelotão dependia da missão que iria executar.

10. Como planeava, ao seu nível, as suas operações de combate?

O planeamento decorria da análise da missão, com o conseqüente estudo das informações disponíveis [inimigo, terreno, populações (controladas por nós ou pelo oponente ou não controladas) e outras forças (GE – Grupo especial, Flechas da DGS – Direcção Geral de Segurança, etc.)].

Confirmava a situação/disponibilidade e melhor adequabilidade do pessoal, material, armamento, meios de transportes necessários, do pessoal auxiliar (guia, pisteiro de combate e interprete, todos pertencentes ao Grupo Especial de Angola 306, no Leste, no Norte membros da milícia).

11. Qual o estilo de operações que mais executou?

As operações que mais executei basicamente foram escoltas, emboscadas e nomadizações, e embora poucos também executei golpes de mão.

12. Qual o ambiente de trabalho e de relação pessoal que tinha com os seus homens?

O ambiente de trabalho e relação pessoal era óptimo. Pode-se dizer que ao mesmo tempo era um ambiente descontraído e rígido, pois tinha-mos um comandante de companhia um bocado peculiar, pois era a primeira comissão dele, ele tinha vindo de Mafra onde já desempenha funções à algum tempo e era responsável pelo armamento pesado, fez com que torna-se as coisas um bocado formais. Mas com o desenrolar das missões, as privações de comida, ao ver-se morrer e ficar feridos amigos no campo de batalha e a dependências e interdependências próprias do campo de batalha, pois você depende de quem está à sua direita e à sua esquerda faz com que se promovam laços de amizade. O facto de estar numa companhia de açorianos proporcionou ainda mais a criação de laços de amizade pois eles diziam que eu era o pai e a mãe deles e acabavam por me contar tudo sobre a vida deles, desde histórias a mostrar fotos. As pessoas ficavam admiradas que quando eu lá fui para um jantar de convívio eu já conhecia tudo sobre eles. Eu penso que os laços que foram criados em Angola durante os dois anos que lá estive são laços muito



fortes devido a toda a experiência vivida.

13. E na relação com as restantes unidades da companhia?

Éramos uma companhia pois actuávamos sozinhos, mas havia uma boa relação com as companhias que foram connosco.

Posso dar um exemplo, eu estava em Bessa Monteiro e fui fazer um reabastecimento em que tive de efectuar o levantamento de dinheiro depois o ajudante pediu se eu podia adiantar, e eu adiantei a cada um cem (100) escudos angolanos. Estava eu a tomar banho quando ouço um grande berro «oh vargas», espreeitei e tinham-se encontrado com a outra companhia que já não se viam há dezoito (18) meses. Eu pensei isto vai dar problemas, mas não correu tudo bem.

As relações entre companhias surgiam normalmente com base nas relações dos oficiais, pois os oficiais do mesmo curso geralmente eram mobilizados ao mesmo tempo para o teatro de operações.

14. Considera que recebeu directivas claras? Sabia o que se esperava da sua acção e do seu Pelotão?

Havia algumas directivas que eram claras, do género montar uma emboscada no sítio definido, outras que não. Era sair do aquartelamento e tentar encontrar o inimigo, com base em históricos e informações que recolhiam. Mas também muitas vezes era só para manter uma certa actividade na zona pois todas as tropas que se aquartelaram e se fecharam no quartel tratando só da sua segurança imediata, tiveram problemas.

O grande objectivo da guerra (e do meu pelotão também) que nós fazíamos não era matar e capturar o inimigo, era trazer a população para o nosso lado e para os trazer para o nosso lado nós tínhamos que lhe arranjar melhores condições de vida. Pois se a população não nos visse como maus, esta não encobria o inimigo pois este procurava estar no meio



Caracterização dos entrevistados

Nome:

Fernando José Çerqueira Martins

Posto:

Alferes (em campanha) / Capitão (reformado)

Unidade de colocação:

Grupo de Cavalaria 1Dragões – Esquadrão de Cavalaria 402

Tempo de serviço:

Julho de 1961 – Setembro de 1971 (30 meses)

Tempo de Comando em campanha:

24 meses

Local da Entrevista:

AECP, Rua General Pimenta Castro.

GDH:

241100JUN11

1. Qual o efectivo que compunha o pelotão?
O pelotão era composto por 30 homens
2. Quais eram as capacidades operacionais do pelotão?
O pelotão actuava apeado e não havia limitações, ou restrições que impedissem o pelotão de executar as missões atribuídas, sendo eles reconhecimentos quer a locais específicos quer a locais mais gerais.
3. Qual era o quadro orgânico?
O quadro orgânico era composto por mim o Alferes comandante, quatro (4) Furriéis, quatro (4) Cabos e vinte e um (21) soldados.
4. Na sua opinião qual era o tipo de operação para a qual o pelotão melhor estava preparado?
O pelotão estava preparado para fazer operações apeadas, nomeadamente operações de reconhecimento e assalto.



5. Existia doutrina e legislação para o seu emprego?

Que eu saiba, devia haver mas eu não tinha conhecimento. Eu era o único operacional que havia no Esquadrão, conseguia com o meu pelotão passar quase cinco (5) dias na mata, eu recebia as indicações e executava, não sabia se havia doutrina e legislação para o emprego.

6. Quais as alterações que teve que, ou o seu comandante de companhia, executou no pelotão para fazer face à evolução da guerra tendo em conta a doutrina ou quadro orgânico já existente?

A alteração que foi feita, foi a reorganização do pelotão pois na sua maioria era constituído por negros naturais africanos. Foi feita porque eu um dia desabafei ao comandante numa hora de almoço que levava tiros pela frente quando assaltava e por trás porque os homens ficavam para trás passando assim o pelotão a ser constituído por cerca de sensivelmente metade de raça negra e metade de raça branca (da província ou da metrópole). Este problema colocou-se pois eu era um Alferes novato e o 1º Sargento que lá estava (entenda-se em Angola) há mais tempo e que constitui o pelotão, fez o pelotão com os homens que não era pretendidos para os outros pelotões.

7. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da preparação transmitida ao seu pelotão para fazer face a este estilo de guerra?

Eu diria que a preparação era suficiente, pois eu basicamente recebia as indicações do oficial das operações, o local onde ia actuar, dava-nos as indicações prováveis do inimigo (que era baseadas em históricos ou informações que era obtidas na altura) eu executava as operações e as formas de actuar eram conforme as circunstâncias da altura, não havia uma norma que dizia mais para a direita ou mais para a esquerda. Logo a preparação era suficiente.

8. Como aplicava e empenhava o seu pelotão em campanha?

Aplicava o pelotão conforme as indicações que tinha recebido na altura, ou seja eu era largado num determinado local progredia dentro da zona que me era atribuída, se tivesse contactos fazia o que tinha a fazer, respondia ao contacto e assaltava o que dava para assaltar e posteriormente éramos recolhidos. Basicamente empenhava o pelotão mediante aquilo que tinha aprendido.

9. Qual o seu critério de aplicação táctica do pelotão?

Eu aplicava o pelotão mediante as circunstâncias o exigiam.



10. Como planeava, ao seu nível, as suas operações de combate?

Eu recebia as informações da operação que ia executar, depois basicamente reunia-me com os meus Furriéis, que eram as unidades de segundo planos, e transmitia-lhes o que íamos fazer. Não fazia nenhum esboço da operação, nem uma divisão do pelotão em grupos, quando era preciso reagir era uma resposta conjunta. Eu fui um oficial que na altura do combate fugia um bocado às regras, pois eu era o primeiro a ir na frente contrariando o que diziam as regras que o comandante devia ficar ao meio, portanto os restantes só tinham que seguir atrás de mim.

11. Qual o estilo de operações que mais executou?

Foram operações de reconhecimento (maior parte delas de zona, pois não era dado indicações de algo específico).

12. Qual o ambiente de trabalho e de relação pessoal que tinha com os seus homens?

Creio que era boa, muito fruto dos sofrimentos da guerra apesar de haver um distanciamento que eu assumia. Era um bom relacionamento ao nível de trabalho e pessoal existia camaradagem, mas que não dava para criar um forte laço de amizade pois os soldados estavam constantemente a mudar.

13. E na relação com as restantes unidades da companhia?

As relações com as restantes unidades da companhia eram excelentes. Não tenho nada a apontar do relacionamento com os restantes comandantes das outras unidades da companhia.

14. Considera que recebeu directivas claras? Sabia o que se esperava da sua acção e do seu Pelotão?

Eu tinha directivas precisas e claras mas eram do género, eles estarão aqui nesta zona (uma zona relativamente grande, pois chegávamos a andar cerca de quinze (15) dias) e nós basicamente ia-mos em patrulha à procura do inimigo de modo a captura-los, desarticula-los ou destrui-los. Outras vezes partia-mos com um objectivo específico (inimigo específico, um grupo identificado), mas ao mesmo tempo um pouco vago, quero dizer, nós iniciávamos a missão com um objectivo que estaria por uma zona perto de um determinado local. Também nos transmitiam ordens claras de passar junto de certo aglomerados populacionais, para demonstração da força.



Caracterização dos entrevistados

Nome:

Luiz Felipe Mello Corrêa

Posto:

Furriel durante a campanha / 2º Sargento (na reforma)

Unidade de colocação:

Grupo de Cavalaria 345

Tempo de serviço:

61 Meses

Tempo de Comando em campanha:

29 Meses (24 Novembro 1961 a 21 Fevereiro 1964)

Local da entrevista:

Rua de São Bento (casa particular do entrevistado)

GDH:

261600JUN11

1. Qual o efectivo que compunha o pelotão?

O pelotão era composto por quatro (4) secções a nove (9) homens cada e tinha um total de 36 homens.

2. Quais eram as capacidades operacionais do pelotão?

O meu pelotão tinha as capacidades operacionais totais, pois na altura o nosso Tenente-Coronel António de Spínola era o comandante e como era antigo aluno do colégio militar e era da arma de cavalaria dava total atenção a todos os rapazes que eram de cavalaria e oriundos do colégio militar e o nosso comandante de pelotão reunia essas condições logo conferiu-nos todas as valências operacionais. Não havia uma limitação que fizesse com que não pudéssemos executar qualquer missão.

3. Qual era o quadro orgânico?

Um (1) oficial, neste caso um Alferes, três (3) sargentos do quadro e cerca, posso estar enganado, mas éramos cerca de doze (12) furriéis. O total do pelotão era de trinta e seis homens (36).



4. Na sua opinião qual era o tipo de operação para a qual o pelotão melhor estava preparado?

Nós quando embarcamos tínhamos uma relativa falta de preparação, a preparação que fomos ganhando foi com o tempo no teatro, eu penso que só estávamos preparados ao fim do 3 mês. Não podemos esquecer que nós embarcamos e não tínhamos qualquer conhecimento do que íamos encontrar, pois foi quando a guerra começou, portanto não havia um estilo de operação para qual o pelotão poderia estar melhor preparado.

5. Sabe se existia doutrina e legislação para o seu emprego?

Não, como eu disse a doutrina que nós tivemos foi a doutrina que fomos adquirindo pelos nossos próprios meios.

6. Quais as alterações que o seu comandante de companhia ou de pelotão, executou no pelotão para fazer face à evolução da guerra tendo em conta a doutrina ou quadro orgânico já existente?

O meu pelotão tinha uma característica especial, como lhe disse à pouco o Tenente-Coronel António Spínola vivia para dois objectivos, colégio militar e a arma de cavalaria e como tal o meu comandante de pelotão (logo pelotão inteiro) foi um pouco sacrificado pois tinha exactamente as características que o nosso Tenente-Coronel gostava e como tal não houve nenhuma alteração ao nível do pelotão. Nós fomos sim aprendendo à nossa custa, não tenho dúvida que ao final de quatro (4) meses estava-mos melhor que ao final de três (3) e ao fim de seis (6) meses estávamos completamente aptos para cumprir qualquer missão, portanto não fazendo qualquer alteração ao pelotão.

7. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da preparação transmitida ao seu pelotão para fazer face a este estilo de guerra?

Como lhe disse à pouco eu tinha dito ao meu pai que não sabia o que ia encontrar e nós na realidade não sabíamos o que íamos encontrar, logo penso que só ao final de cinco (5) ou seis (6) meses é que estávamos realmente preparados em que aprendemos à nossa custa. As instruções que tivemos foram úteis mas o mais importante foi a grande preparação física que leva-mos e isso deu-nos a possibilidade de encarar as operações com outro ânimo. Posso dizer-lhe que as operações eram feitas à noite e chegamos a ter operações que tivemos de andar sessenta (60) ou setenta (70) quilómetros de noite. Não encontro grandes desvantagens da preparação levada para a guerra pois a guerra do ultramar que faz



agora cinquenta (50) anos ganhava quem tivesse melhor preparado, não era uma preparação muito táctica, mas apesar de eu ser furriel e haver informações que não chegavam ao meu nível garanto-lhe que a preparação física era fantástica.

8. Como o seu pelotão era aplicado e empenhado em campanha?

Nós usávamos muito a coluna por um, e havia muito o termo do «passa palavra», cheguei até ao ponto de adormecer a andar.

A nível táctico o comandante de pelotão recebia as indicações e executavas. Eu não tinha acesso directo a essas indicações apesar de ser amigo directo do comandante de pelotão e como tal era um pouco privilegiado e sabia um pouco mais que os meus pares.

9. Qual o estilo de operações que mais executou?

Foram operações de reconhecimento, assaltos e algumas emboscadas.

10. Qual o ambiente de trabalho e de relação pessoal que tinha com os seus camaradas e comandantes?

O ambiente era invulgarmente agradável e bom. Porque quando não era bom o comandante de esquadrão ou de pelotão tratava-nos com alguma severidade. Mas nunca chegamos a ter problemas, durante os vinte (20) meses de mato tivemos um ambiente muito agradável e simpático e quando não era lá estavam os nossos comandantes. Pode dizer-se que apesar das hierarquias era quase como uma família.

11. E na relação com as restantes unidades da companhia?

Era bom, mas nós chegávamos a estar três (3) e quatro (4) meses sem estar em contacto com os restantes esquadrões mas quando nos encontrávamos era uma festa. Dentro do esquadrão as relações eram excelentes. Aliás não podia ser de outra maneira pois o nosso capitão resolvia o assunto.

12. Considera que recebeu directivas claras? Sabia o que se esperava da sua acção e do Pelotão como um todo?

Sim, mas isso derivava-se do facto de o comandante de pelotão ser oriundo do colégio militar e da arma de cavalaria que era o máximo para o nosso comandante na altura Tenente-Coronel Spínola. Recebemos sempre directivas claras e precisas, assim como também sabia o que esperado eu fazer e o pelotão pois os comandantes eram relativamente ásperos e dá as directivas bastante claras e quem não cumprisse à risca (não passar para lá do pedido) era castigado à posteriori.



Caracterização dos entrevistados

Nome:

Duarte Silva Santiago

Posto:

Soldado

Unidade de colocação:

RI10 (Caçador Especial, da 4ª Companhia)

Tempo de serviço:

2 Setembro 1960 a 24 Agosto de 1962

Local da entrevista:

Academia Militar (Via telefónica)

GDH:

271950JUN11

1. Qual o efectivo que compunha o pelotão?
O efectivo do pelotão era de trinta e sete (37) homens
2. Quais eram as capacidades operacionais do pelotão?
O pelotão estava capacitado com instrução suficiente para efectuar todas as operações necessárias no campo de batalha.
3. Qual era o quadro orgânico?
O pelotão era composto por um (1) oficial, um (1) 2º Sargento, dois (2) Furriéis, e trinta e três (33) praças incluindo Cabos.
4. Na sua opinião qual era o tipo de operação para a qual o pelotão melhor estava preparado?
O pelotão estava preparado para todo o estilo de operações. Considero que o pelotão estava preparado para resolver todos os problemas.
5. Sabe se existia doutrina e legislação para o seu emprego?
Doutrina era a formação que nós tínhamos antes de ir para combate, o nosso Capitão é que nos prepara como nós íamos fazer as operações. Geralmente a companhia partia como um todo para as operações. Em primeiro lugar fazia-mos o reconhecimento do local onde íamos fazer a operação (chegamos a fazer o reconhecimento do terreno de avião) e depois a companhia ia para as viaturas que



partiam em coluna por dois e nos levavam para perto do local de combate. Isto tudo preparado pelo nosso comandante de companhia.

6. Quais as alterações que o seu comandante de companhia ou de pelotão, executou no pelotão para fazer face à evolução da guerra tendo em conta a doutrina ou quadro orgânico já existente?

Isso eram assuntos oficiais entre o nosso Alferes (comandante de pelotão) e o nosso comandante de companhia, nós só tínhamos que seguir os passos do nosso Capitão e as ordens que ele dava ao nosso Alferes.

7. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da preparação transmitida ao seu pelotão para fazer face a este estilo de guerra?

Tinha-mos uma boa preparação para fazer frente à guerra. Nós recebíamos as indicações e executávamos as operações devido à boa preparação que nós tínhamos.

8. Como o seu pelotão era aplicado e empenhado em campanha?

O nosso Capitão dava uma ordem e todos os Alferes executavam essa ordem à risca, que para a fazer cumprir transmitiam a ordem aos nossos sargentos e furriéis e todos nós seguíamos as passadas dos nossos comandantes.

9. Qual o estilo de operações que mais executou?

Fazia-mos operações de patrulhamento e durante esse patrulhamento surgiam contactos e nós reagíamos ao contacto, pois era o inimigo que fazia fogo sobre nós visto eles estarem escondidos no meio do capim.

10. Qual o ambiente de trabalho e de relação pessoal que tinha com os seus camaradas e comandantes?

Era a melhor relação possível, ninguém se dava mal com ninguém. Muito fruto do comandante de companhia que era óptimo pois ele sabia-nos levar com boas palavras e era sempre preocupado com a companhia, mesmo em combate.

11. E na relação com as restantes unidades da companhia?

Sim, nós éramos irmãos, nós nem nos tratávamos como camaradas, era como irmãos, se calhar nem todos os militares tem relações tão boas como as que nós tínhamos desde os comandantes até ao posto mais baixo.



12. Considera que recebeu directivas claras? Sabia o que se esperava da sua acção e do Pelotão como um todo?

Sim, as directivas eram bastante claras, ninguém saia para lado nenhum sem saber as directivas que recebia, no dia anterior era-nos transmitido tudo o que íamos fazer para o mato. Nós saia-mos já preparados para tudo, com todas as informações que eram transmitidas através da cadeia hierárquica.



Apêndice J

Traços de um Líder¹¹⁵

Os traços que aqui são apresentados por si só não garantem o sucesso de um líder mas são os traços mais comuns detectados em líderes, como tal são os que fundamentalmente são deverão ser desenvolvidos para que o comandante se torne um líder.

Traços de um Líder					
Apresentação (aparência)	Coragem	Capacidade de Decisão	Confiança (segurança)	Capacidade de resistência	Entusiasmo
Iniciativa	Integridade	Discernimento	Espírito de justiça	Competência	Lealdade
		Tacto	Generosidade		

Tabela 3: Traços de um líder

¹¹⁵ Tabela adaptada de (Vieira, 2002, p. 37)



Anexos



Anexo A

Mapa de Angola



Figura 1 – Mapa de Angola

Retirado em 21 de Fevereiro de 2011 de:

http://www.africa.upenn.edu/CIA_Maps/Angola_19838.gif

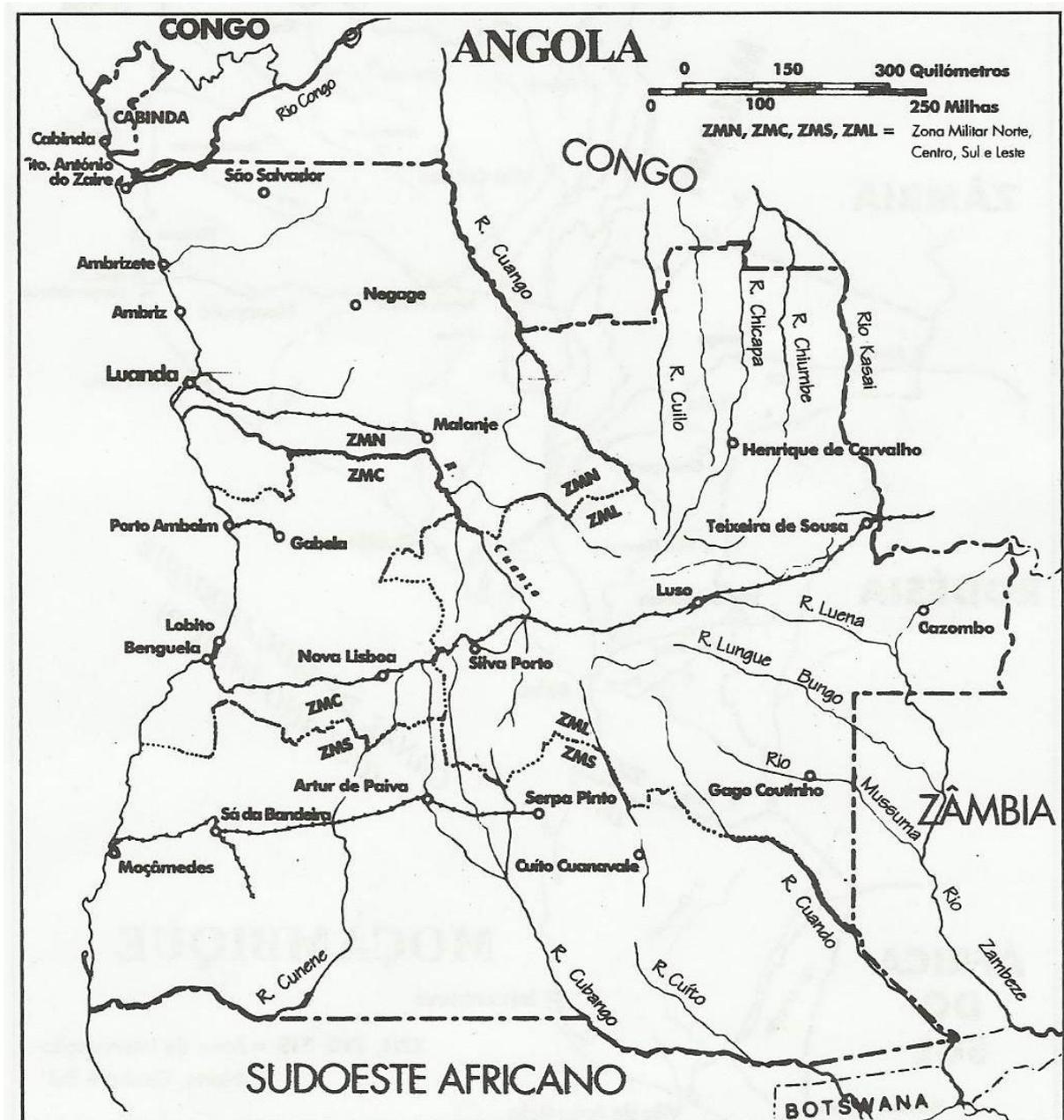


Figura 2 – Mapa de Angola 2

Retirado de:
(Cann, 1998, p. 15)



Anexo B

Influencias no modo português de combater

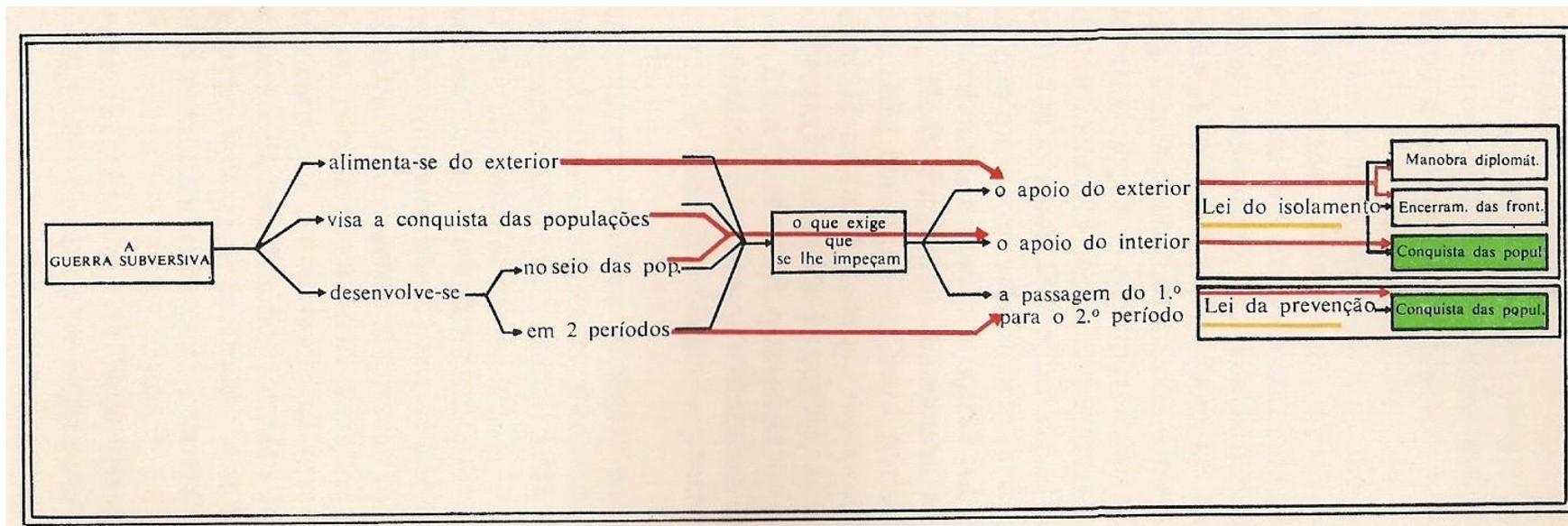


Figura 3 – Influência no modo de combater

Retirado de:
(JIU, 1963, p. 57)



Anexo C

Forma como a população alimenta a subversão

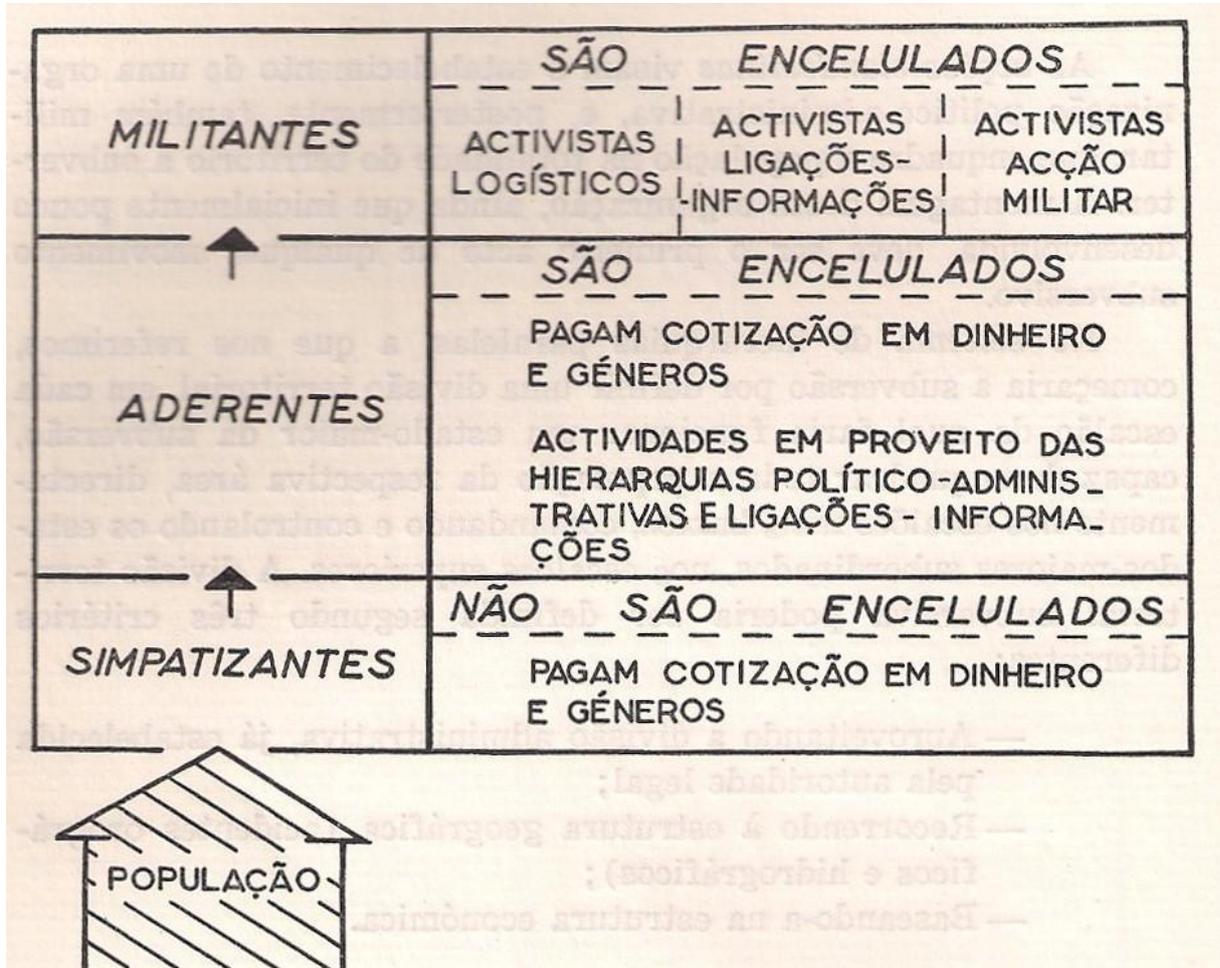


Figura 4 – Forma como a população alimenta a subversão

Retirado de:
(JIU, 1963, p. 34)



Anexo D

Mapa de Angola, destaque Hidrográfico



Figura 5 – Mapa de Angola, destaque Hidrográfico

Retirado em 21 de Fevereiro de 2011 de:

http://bp3.blogger.com/_Mq4S1uVPJOo/SJXO3_8tXeI/AAAAAAAABO4/r5m69y

MVImE/s1600-h/angola-map.gif



Anexo E

Etnografia

Grande parte da população negra pertencia aos Bantos. Havia alguns grupos não bantos, sem expressão no conjunto da população angolana, como os Hotentotes, os Bosquímanes e os Vátuas.

Destes grupos étno-linguísticos mencionam-se os seus sub-grupos mais significativos:

Grupo Quicongo – Vili, Iombe, Caconjo, Sorongo, Muchicongo, Sosso, Congo, Zombo, Iaca, Suco, Piombo, Guenze, Paca, Coje.

Grupo Quimbundo – Ambundo, Luanda, Hungo, Luango, Ntemo, Puna, Dembo, Jinga, Bondo, Bangala, Holo, Cari, Chinje, Minungo, Songo, Bambeiro, Quiçama, Libolo, Quibala, Haco e Sendes.

Grupo Luanda-Quioco – Lunda, Lunda-Lau-Chinde, Lunda Ndembo, Quioco, Mataba, Cacongo e Mai.

Grupo Umbundo – Beino, Bailundo, Sele, Sumbe, Mbui, Quissange, Lumbo, Dombe, Hanha, Ganda, Huambo, Sambo, Caconda e Chicuma.

Grupo Gaguela – Luimbe, Luena, Lovale, Luchases, Bunda, Ganguela, Ambuela, Ambuela-Mambumba, Engonjeiro, Ngonielo, Mbande, Cangala, Ianhuma, Luio, Ncoia, Camachi, Ndungo, Nhengo, Nhemba e Avico.

Ramificações menores: Capocos, Cassendji e Camblanca.

Grupo Nhaneca-Humbe – Muila, Gambo, Humbe, Donguena, Hiinga, Cuancua, Handa (Mupa), Handa (Quipungo), Quipungo, Vahono e Quilengue-Muso.

Grupo Herero – Dimba, Chimba, Chavicua, Cuanhoca, Cuvale e Cuendelengo.

Grupo Xindonga – Cussu.

O mapa a seguir apresentado mostra a distribuição dos vários grupos Bantos pelo território de Angola:

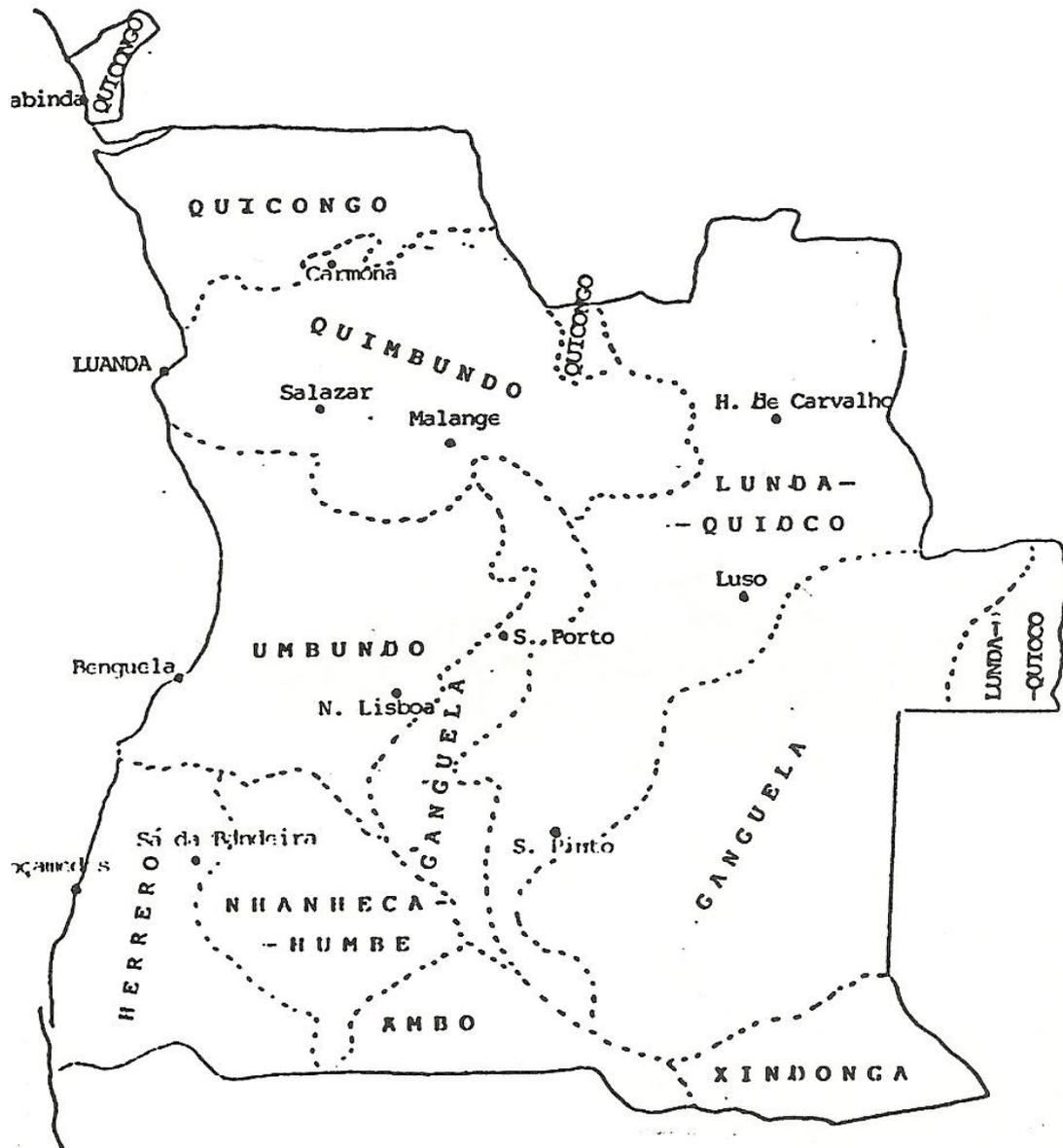


Figura 6 – Distribuição dos Grupos e Bandos pelos Territórios

Retirado de:
(CECA, 1989, p. 51)



Anexo F

Espectro da Guerra

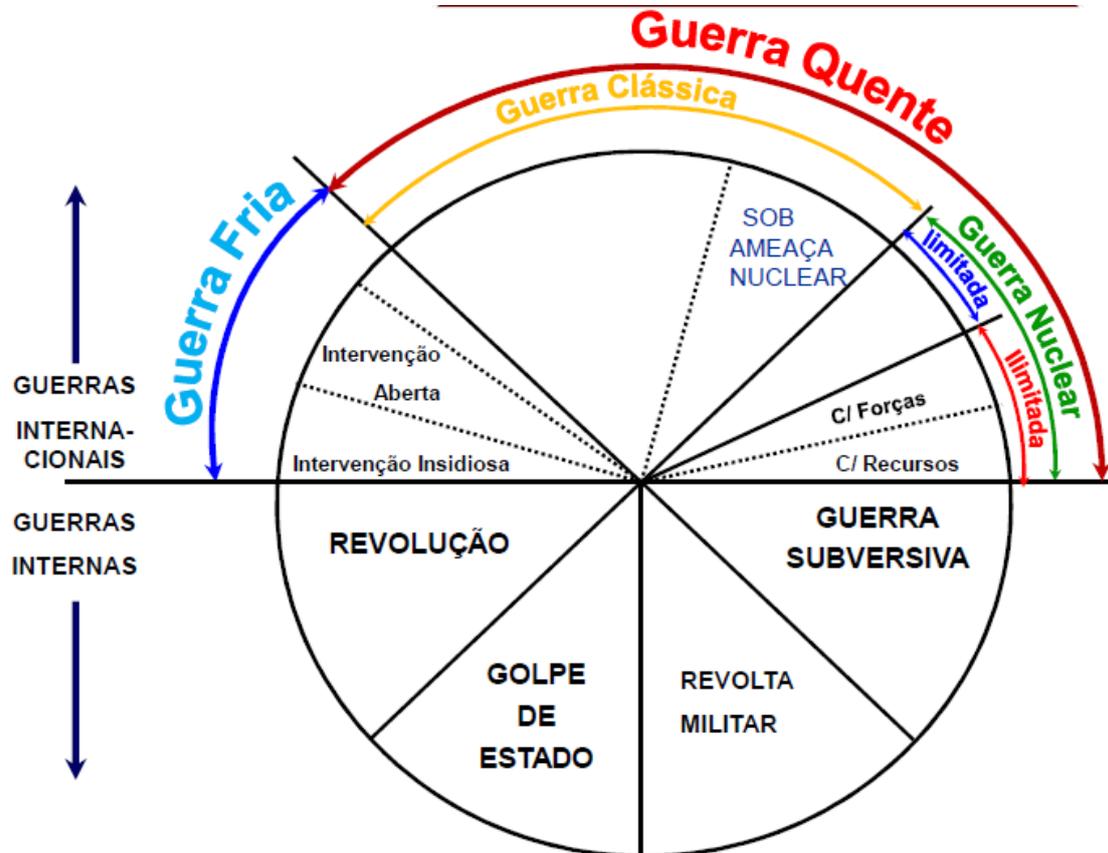


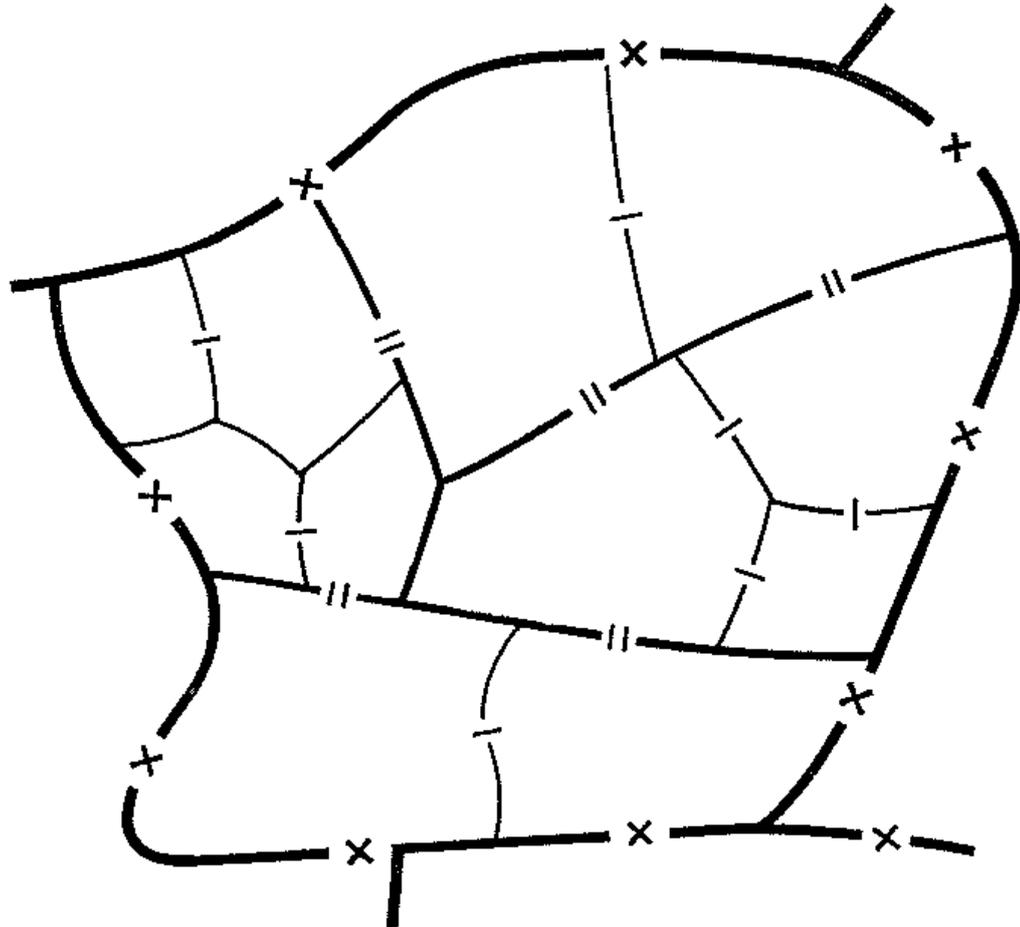
Figura 7 – Espectro da Guerra

Retirado de:
(Couto, 1988a, p. 152)



Anexo G

Divisão do TO em Quadrícula



SECTORES

Agrupamento com 4 Batalhões em quadrícula. — Batalhões com 2, 3 ou 4 Companhias em quadrícula.

Figura 8 – Sectores

Retirado de:

(EME, 1963b, pp. 1ª P- Cap IV- Pág 13)

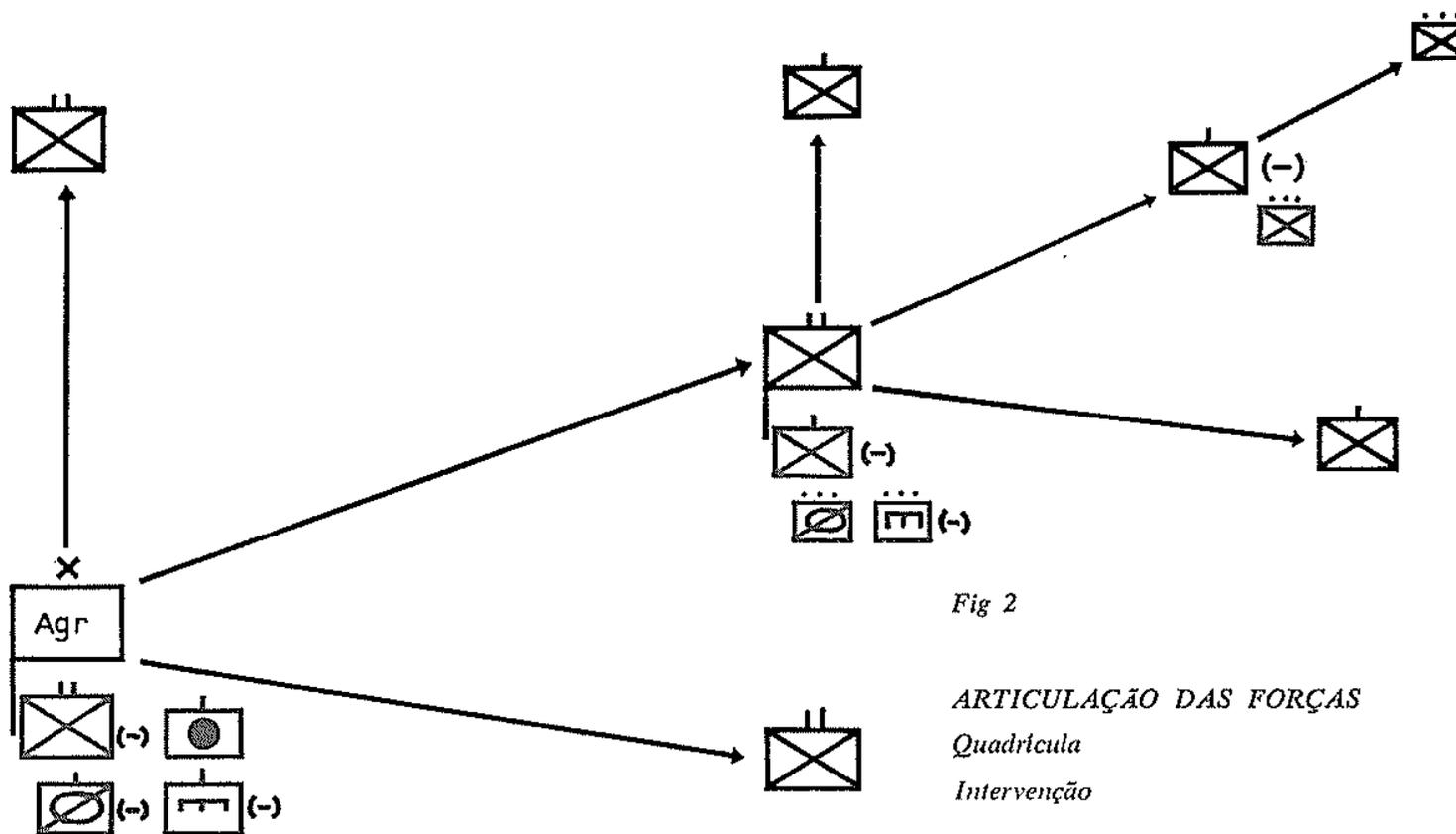


Figura 9 – Articulação das Forças

Retirado de:

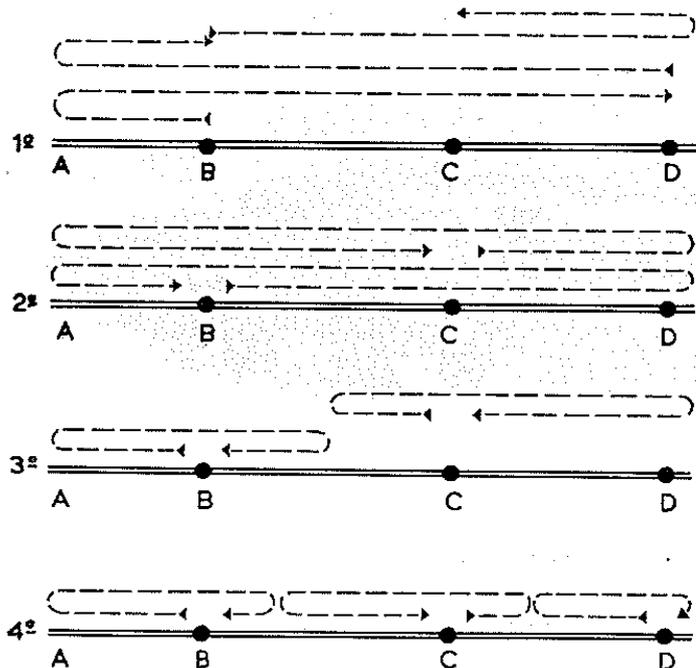
(EME, 1963b, p. 1ª P- Cap IV- Pág 18)



Anexo H

Exemplos de percursos a percorrer pelas patrulhas de vigilância.

Apresentam-se na Figura 1 alguns exemplos de percursos a realizar pelas patrulhas de vigilância num suposto itinerário AD, no qual existem três postos de defesa fixa, em B, C e D.



PATRULHA DE VIGILÂNCIA

No 1º exemplo, há uma única patrulha disponível para todo o itinerário. Essa patrulha, estacionada inicialmente em B, faz o percurso BABCDC; descansa em D; faz depois o percurso DAB; descansa em B; faz em seguida o percurso BDC; etc., (sempre percursos diferentes).

No 2º, há duas patrulhas para todo o itinerário, por exemplo uma em B e outra em C. Cada uma delas percorre, sucessivamente, todo o itinerário.

No 3º exemplo, há, igualmente, duas patrulhas para todo o itinerário, mas este foi dividido em dois trechos, cada um à responsabilidade de uma dessas patrulhas, que os percorrem também sucessivamente.

No 4º, há duas ou mais patrulhas disponíveis

Figura 10 – Patrulha de Vigilância

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pág 10)



em cada um dos pontos B, C e D. O itinerário é dividido em troços, podendo dois ou mais desses troços ser percorridos *simultâneamente* e, portanto, fixarem-se locais e horas de encontro de duas patrulhas.

Em qualquer dos casos, os intervalos de tempo entre patrulhas sucessivas devem ser irregulares, e o sentido dos percursos alternado de vez em quando.

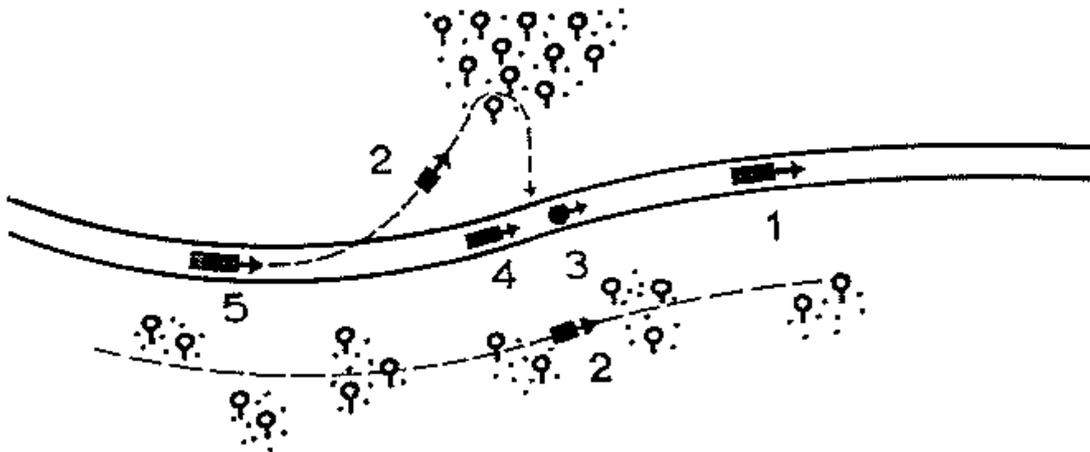
Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pág 10)



Anexo I

Patrulha de Abertura



PATRULHA DE ABERTURA

1 — Grupo de desobstrução. 2 — Grupos de exploração. 3 — Comando. 4 — Grupo de apoio. 5 — Reserva.

Figura 11 – Patrulhas de Abertura

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pág 12)



Anexo J

Composição normal de uma Escolta

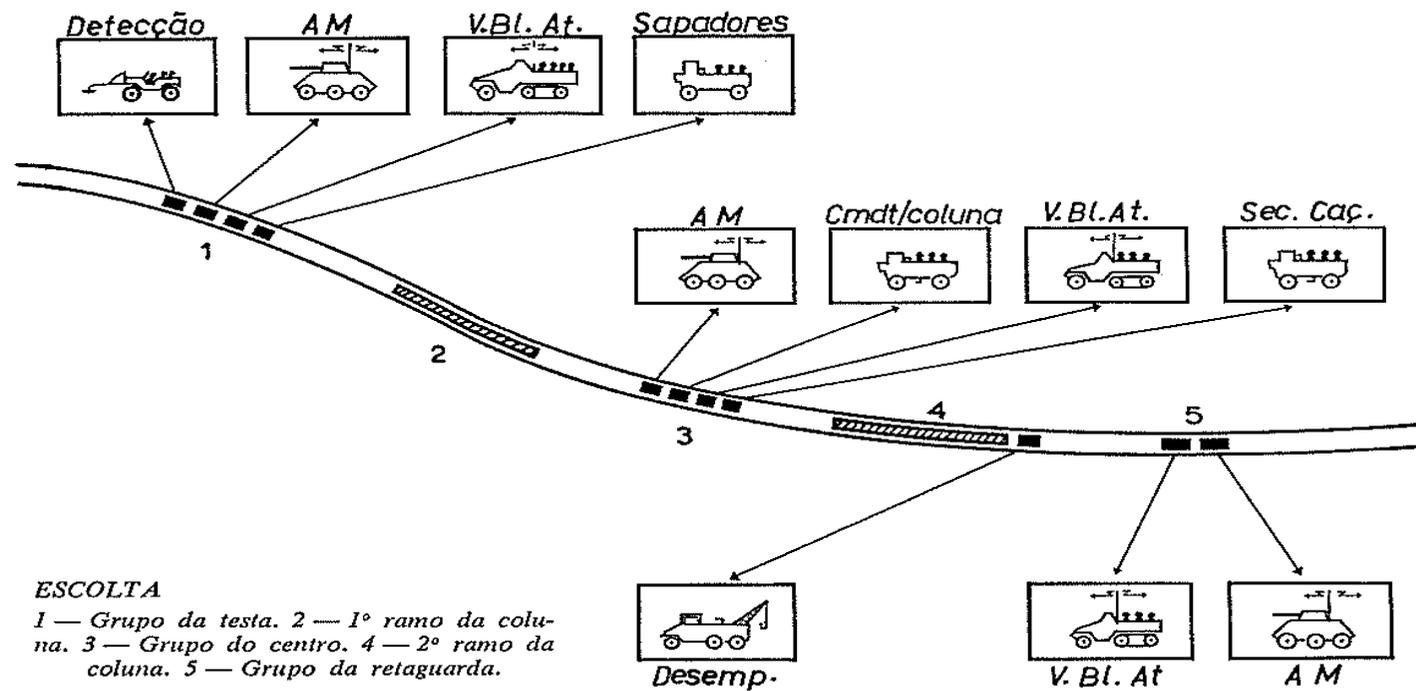


Figura 12 – Composição da Escolta

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pág 17)



Anexo K

Reacção das forças de escolta a uma emboscada.

No caso da coluna ser «*apanhada*» numa emboscada, a reacção deve ser conduzida com a preocupação de (1):

- subtrair o maior número possível de viaturas ao fogo inimigo ;
- evitar o mais possível as baixas no pessoal e as destruições no material, na parte da coluna detida pelo fogo inimigo ;
- *reagir ofensivamente, com a maior rapidez possível, com os restantes elementos.*

Em consequência, as viaturas da frente, se o itinerário não estiver obstruído, devem aumentar a velocidade, até ao máximo permitido pela segurança da condução, procurando *sair da zona da emboscada*, e parar em seguida. As viaturas da retaguarda, que não tenham entrado na referida zona, detêm-se.

Na *parte da coluna detida pelo fogo inimigo*, deve proceder-se do seguinte modo:

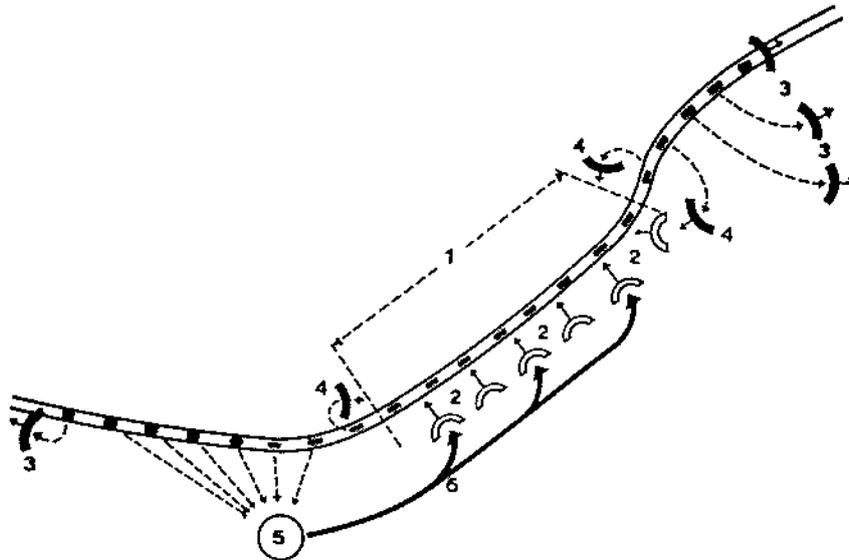
- a. Os vigias, o servente da arma automática montada na viatura e o homem que vai ao lado do condutor abrem fogo imediatamente, sobre os flancos do itinerário, mesmo que não consigam referenciar quaisquer rebeldes ; o tiro deve ser executado perpendicularmente ao itinerário, a fim de se evitar



atingir elementos amigos (ter em atenção que, quando o itinerário tiver curvas muito pronunciadas, o tiro feito perpendicularmente a um determinado troço pode atingir elementos amigos noutros troços);

- b. Os condutores procuram parar, sem sair dos trilhos da viatura da frente (perigo de minas), travar, desligar e engatar;
- c. Entretanto, e ainda antes das viaturas pararem, o restante pessoal desembarca, para um e outro lado (é evidente ser necessário que, previamente, cada um saiba para que lado se deve dirigir), instala-se face aos flancos, inicia o fogo, tentando referenciar os atiradores rebeldes, e procura verificar onde se encontra o seu chefe imediato;
- d. Logo que isto se fizer, o pessoal mencionado nas alíneas a. e b. desembarca também e junta-se ao restante; os condutores e os homens que seguiam junto deles devem ter a preocupação de vigiar as respectivas viaturas e atirar sobre qualquer rebelde que delas se pretenda aproximar;
- e. O aniquilamento dos elementos inimigos que se infiltrem entre as viaturas deve ser efectuado à arma branca, com granadas de mão ofensivas, com pistolas ou com pistolas-metralhadoras e não com armas mais potentes;
- f. Os graduados devem, progressivamente, retomar o controle dos seus homens, dirigir o fogo e ligar-se com os comandantes imediatos, a fim de que toda a reacção seja cada vez mais coordenada;
- g. O pessoal desta parte da coluna «apanhada» na emboscada só deve reagir ofensivamente depois de estabelecida a ligação com os restantes elementos.

Na parte ou partes da coluna não submetidas ao fogo inimigo ou que a este se tenham conseguido escapar, deve proceder-se do seguinte modo:



REACÇÃO CONTRA UMA EMBOSCADA

1 — Parte da coluna «apanhada» na emboscada. 2 — Elementos inimigos emboscados. 3 — Cobertura contra possíveis reforços do inimigo. 4 — Detenção do inimigo, como segurança das partes da coluna não «apanhadas» na emboscada. 5 — Zona de reunião. 6 — Ataque.

- a. Todo o pessoal desembarca imediatamente e instala-se, cobrindo-se em todas as direcções ;
- b. Os elementos mais graduados de cada uma das referidas partes da coluna procuram, em seguida, ligar-se uns com os outros e com o comandante da coluna, a fim de se decidir a forma de reagir ;
- c. Essa reacção compreende a instalação de elementos em cobertura, de maneira a impedir a intervenção de possíveis reforços inimigos, e o ataque, por envolvimento, à força rebelde que realizou a emboscada (Fig 4) ;
- d. Nesse ataque, tem de haver o máximo cuidado na coordenação dos elementos que nele participarem e destes com os que tiverem sido «apanhados» na

Figura 13 – Reacção a contra uma emboscada

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pág 28)



emboscada ; o fogo só deverá ser executado sobre rebeldes referenciados e a uma distância tal que o tiro seja eficaz e não faça perigar quaisquer elementos amigos.

De tudo quanto se expôs nestes últimos parágrafos, pode concluir-se que a reacção contra uma emboscada não será eficaz sem uma *instrução sólida* e uma grande *disciplina*.

Esta forma de reagir pressupõe uma emboscada, montada e executada segundo os princípios a que esta operação deve obedecer (ver Cap VII), por um inimigo bem instruído e bem armado.

No caso de um inimigo mal instruído e dispendo sòmente de armas rudimentares, a reacção poderá limitar-se à execução do tiro, mantendo-se o pessoal nas viaturas, que lhe darão um certo comandamento.

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap II- Pág 28)



Anexo L

Exploração

A exploração é uma acção levada orientada pelo comandante de pelotão e dirigida pelo comandante de secção. Durante a aproximação os exploradores podem ter a necessidade de reconhecer pontos suspeitos, linhas suspeitas, desfiladeiros. Quando a executar o reconhecimento desse ponto suspeito (quinta, casal, pequenos bosques, etc.) o comandante deve instalar a sua metralhadora ligeira de modo a bater esse ponto, posteriormente lançar os exploradores reconhecerem o que existe por detrás desse ponto e só depois enviar os seus exploradores avançarem directamente ao ponto, por um local em que não sejam directamente batidos por fogos do ponto suspeito e não estejam na linha de tiro da nossa metralhadora ligeira. O procedimento para o reconhecimento de uma linha suspeita segue os mesmos princípios do reconhecimento do ponto suspeito, primeiro segurança e só depois o reconhecimento da linha suspeita.

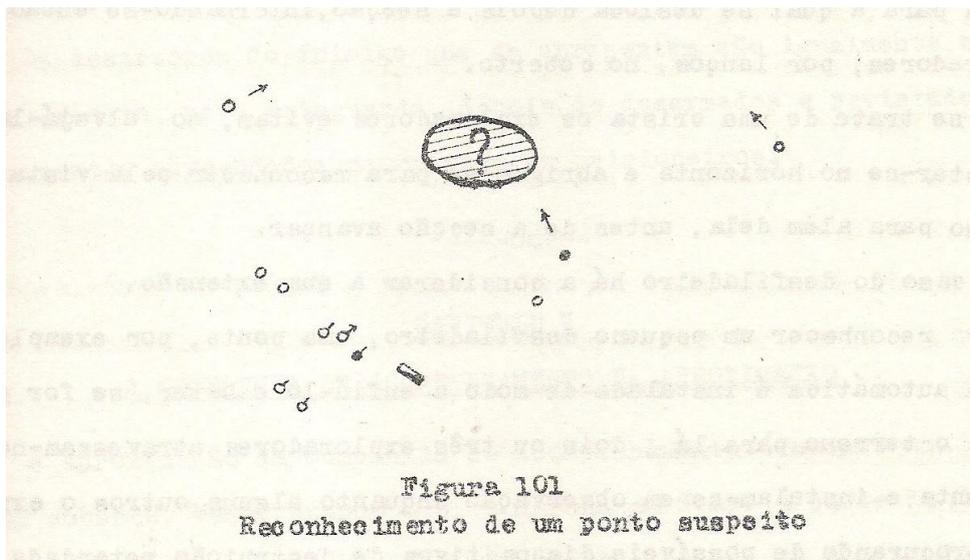


Figura 14 – Reconhecimento de um ponto suspeito.

Retirado de :

(Neves, 1946-1947, p. 507)



Anexo M

Formações

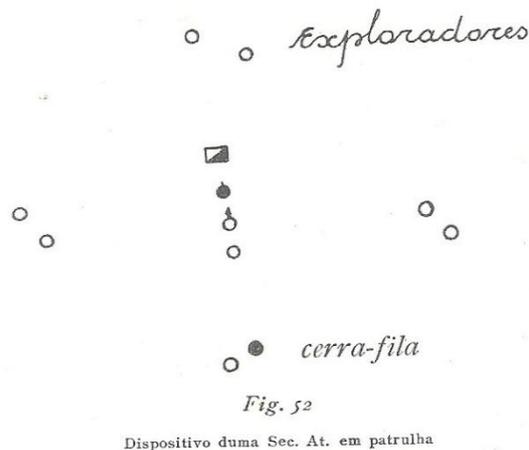


Figura 15 – Formação em Patrulha

Retirado de :
(Neves, 1949b, p. 248)

A Secção em patrulha dispõe-se destacando os exploradores para a frente, flancos e retaguarda. Estes trabalham em parilha¹¹⁶, um observa o terreno procurando indícios do inimigo no terreno, o outro observa o solo procurando minas e armadilhas, faz a ligação com o comandante da patrulha e se necessário dá apoio ao primeiro. Cada homem da patrulha vigia uma área determinada, e todos têm na mesma de ter cuidado com o local onde poem os pés apesar de os exploradores seguirem na frente.

O comandante da patrulha marcha na frente logo a seguir dos exploradores enquanto o seu imediato marcha como cerra filas no final da patrulha (Neves, 1949b, p. 248).

As distâncias entre homens são diferentes de dia para a noite, e variam conforme a visibilidade que vai desde o contacto pelo braço (de noite) até à distância de contacto visual (Neves, 1949b, p. 248).

¹¹⁶ Termo militar que significa grupos de dois (2) elementos.

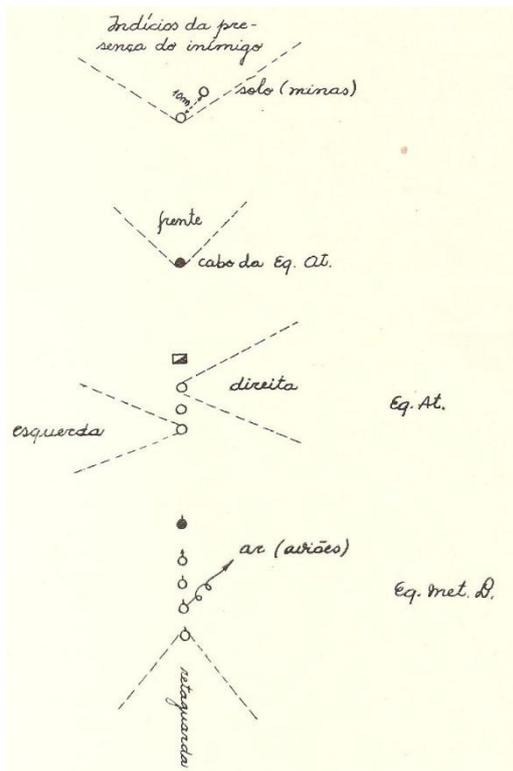


Figura 16 – Formação em patrulha da Secção

Retirado de:
(Neves, 1949c, p. 21)

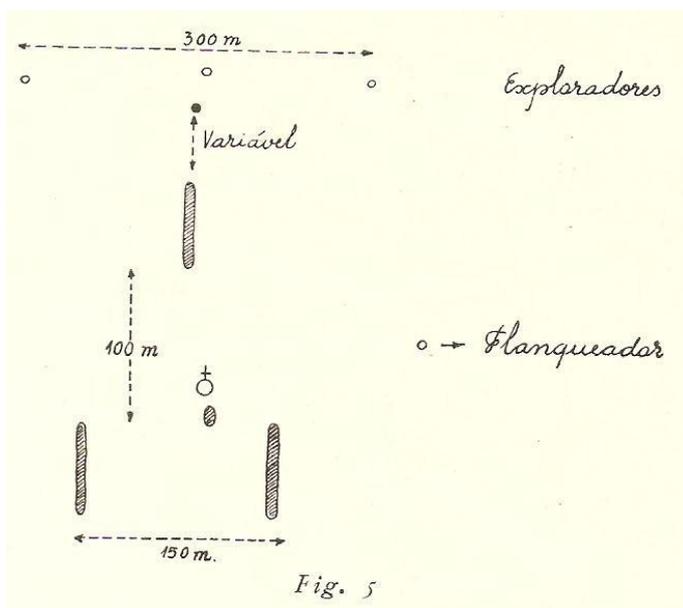


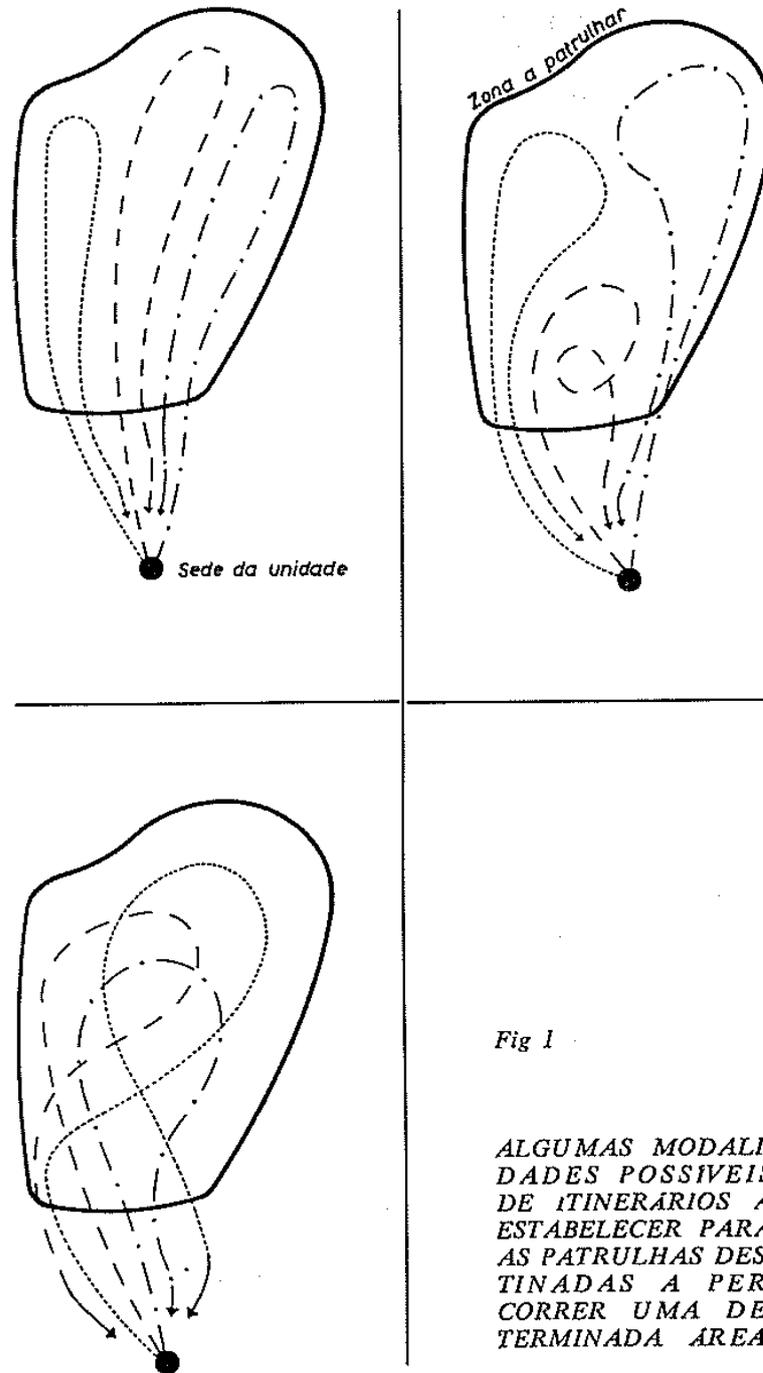
Figura 17 – Formação em patrulha do Pelotão Exploradores

Retirado de:
(Neves, 1949c, p. 23)



Anexo N

Modalidades de Itinerários



2ª P - Cap III - Pág 3

Figura 18 – Modalidades de Itinerários

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 3)



Anexo O

Planeamento do Comandante de Patrulha

Seja como for, uma acção de patrulha exige um *estudo prévio*, tendo por base a missão recebida e por factores o inimigo, o terreno, as condições meteorológicas, a população e os meios disponíveis, pelo qual se procurará deduzir, fundamentalmente:

- a constituição da patrulha ;
- o material necessário ;
- o itinerário a percorrer ;
- as acções a executar em cada um dos pontos a atingir ;
- o prazo necessário e as horas de partida, de chegada provável a certos pontos e de regresso ;
- a coordenação a estabelecer com tropas amigas porventura existentes na região a percorrer ;
- a forma de manter a ligação com o comando de que depende ;
- as medidas de decepção a adoptar ou a solicitar ;
- e, eventualmente, o apoio aéreo a obter.

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 8)



Anexo P

Exemplo do desenvolvimento de uma patrulha a ataque inimigo formada em losango.

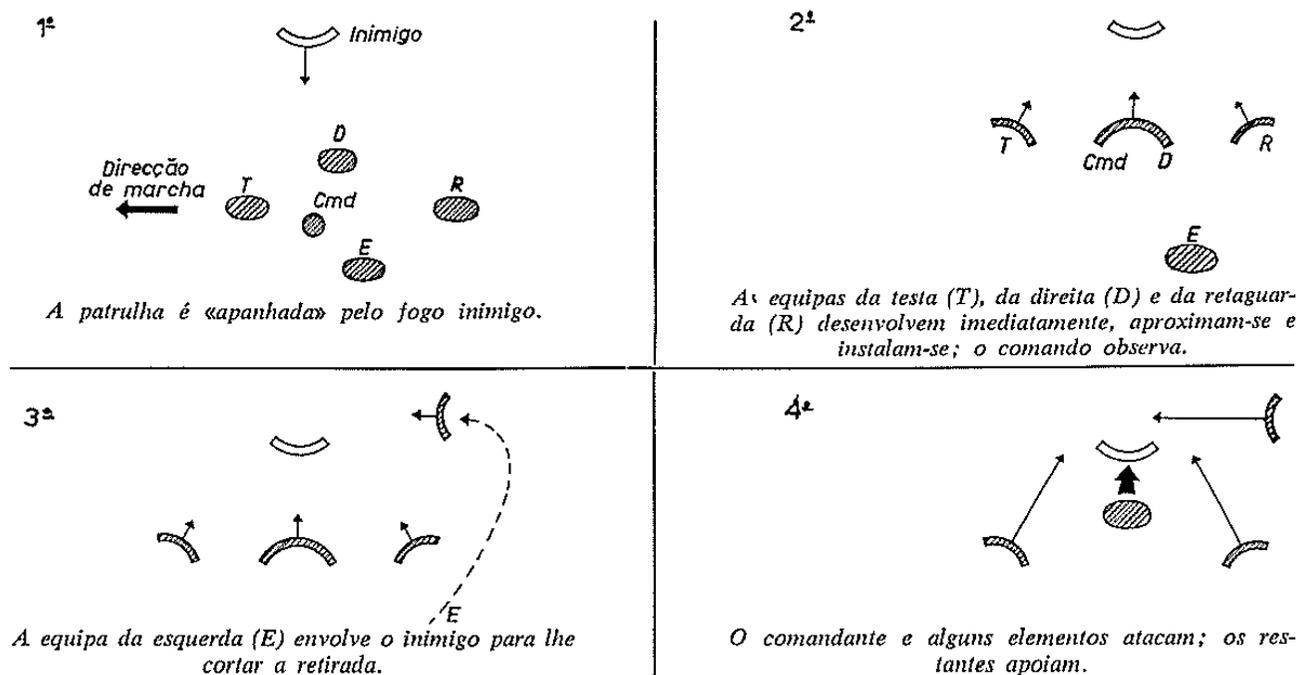


Figura 19 – Exemplo do reação da patrulha formada em losango

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 24)



Anexo Q

Reacção das Patrulhas

52. A **contra-emboscada** é a reacção de uma patrulha que cai numa emboscada (§ 50).

Se sòmente uma parte dos elementos da patrulha forem «apanhados» pelo fogo inimigo — e, teòricamente, assim deverá suceder, se as medidas de segurança tomadas pela patrulha forem eficientes e o seu comandante for constantemente apreciando o terreno — a reacção deve ser (Fig 5):

- Por parte dos referidos elementos: *subtrair-se ao fogo* do inimigo e, seguidamente, atirar sobre ele;
- Por parte dos restantes: facilitar a retirada dos primeiros, pelo fogo, e *envolver* imediatamente o inimigo.

Na figura referida: os homens números 1, 2, 3 e 4, sujeitos ao fogo inimigo, tentam afastar-se e, depois, instalar-se a coberto e ripostar; os números 5 e 6, os dois primeiros não sujeitos directamente ao fogo inimigo, instalam-se e cobrem, pelo fogo, o movimento dos anteriores; os outros reúnem-se (com o comandante, se possível, ou com o seu substituto), envolvem o inimigo e atacam-no.

A ordem para esta reacção é dada à voz e deve resumir-se a: «contra-emboscada, pela esquerda (ou pela direita), sigam-me!».

Proceder-se-á de forma semelhante se o inimigo tiver deixado passar os primeiros elementos da patrulha e só atacar os últimos.

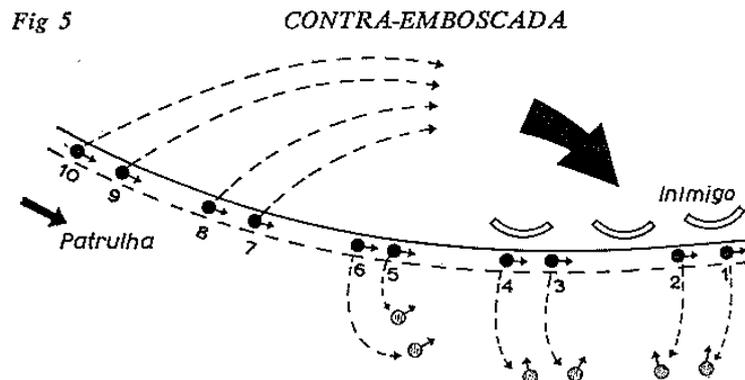


Figura 20 – Contra-emboscada

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 37)



54. A **emboscada imediata** é a reacção de uma patrulha que avista alguns elementos rebeldes em movimento, antes de ser detectada por eles (§ 50.a).

Quando tal se der, os elementos da testa dão o alarme, por meio de um *sinal silencioso* previamente combinado, detêm-se, *escondem-se bem* e apontam as suas armas (mas não atiram) sobre os primeiros elementos inimigos (Fig 6).

Assim avisado, o comandante da patrulha faz o sinal convencionado para «emboscada imediata», indicando o lado do itinerário onde esta deve ser mon-

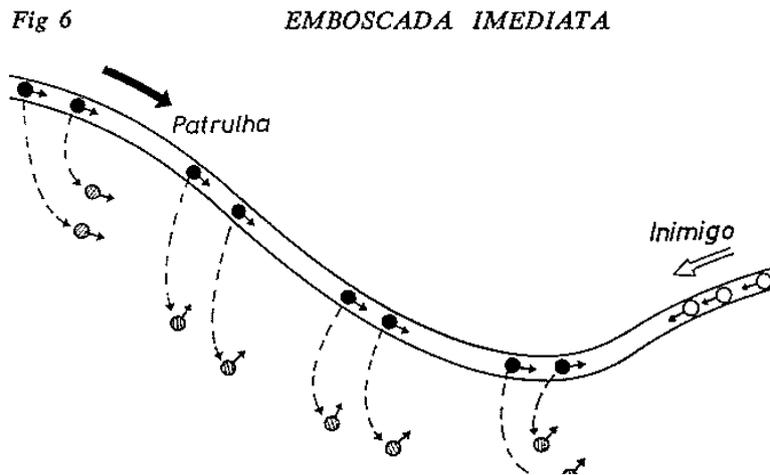


Figura 21 – Emboscada imediata

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 38)

tada (em função de uma apreciação rápida do terreno ou, simplesmente, escolhendo um lado qualquer, porque a rapidez é essencial). Todo o pessoal se instala desse lado, em completo *silêncio e imobilidade* e espera a ordem de fogo, que só deve ser dada quando o inimigo estiver na melhor posição para se obter a maior eficácia, ou quando se verificar que ele se apercebeu da emboscada.

A ordem para esta reacção é, portanto, dada por sinal e todo o pessoal deve tomar as suas posições a coberto, em silêncio e com rapidez, sem perder tempo a escolher os melhores locais.

A ordem para iniciar o tiro pode ser dada pelo primeiro disparo efectuado pelo comandante. Deve haver também um sinal combinado para cessar o fogo, bem audível, não se deslocando qualquer homem da posição ocupada antes de esse sinal ser dado e cumprido.



O **assalto imediato** é a reacção de uma patrulha que é descoberta por elementos rebeldes em movimento imediatamente antes de os avistar ou que os avista ao mesmo tempo que é descoberta por eles (§ 50.a).

Neste caso, a principal preocupação deve ser a de *abrir fogo o mais rapidamente possível e com o maior número de armas, e avançar* em seguida sobre o inimigo. Assim (Fig 7):

- a. Os elementos em primeiro escalão *abrem fogo imediatamente* ;
- b. O comandante indica aos outros o lado em que se devem instalar (por um simples sinal de «em linha, sobre a esquerda... ou sobre a direita... ou dos dois lados»), após o que todos tomam posição e *abrem fogo* ;
- c. Mandará em seguida «carregar» sobre o inimigo, mantendo-se, porém, uma pequena parte da patrulha, previamente designada, nas suas posições, para garantir a recolha dos restantes, se tiverem de retroceder pela acção adversa (grupo de recolha).

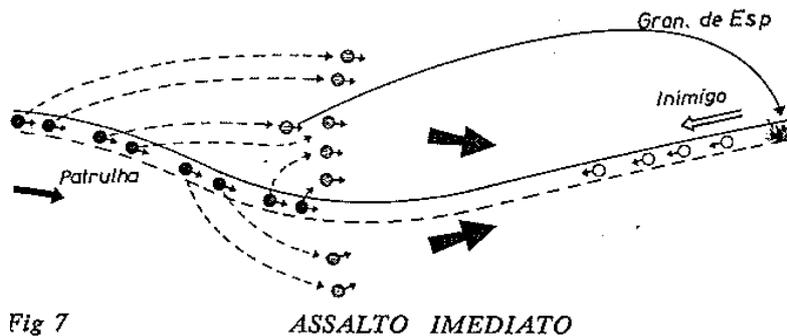


Fig 7

ASSALTO IMEDIATO

Figura 22 – Assalto imediato

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 40)

Se a patrulha dispuser de armas de tiro curvo de alcance maior do que as granadas de mão (granadas de espingarda, por exemplo), devem ter sido nomeados previamente 1 ou 2 homens que, numa situação como esta, se instalam a coberto dos outros e lançam as suas granadas sobre a retaguarda do inimigo para aniquilar os elementos que tentem retirar.

A perseguição do inimigo não deve ser levada a mais de 2 ou 3 centenas de metros, e até poderá não ser tentada, se houver suspeitas de que uma emboscada possa estar montada mais adiante (os elementos inimigos inicialmente avistados não pareciam deslocar-se com grandes precauções e retiraram logo aos primeiros tiros sem se mostrar aterrorizados).



O **golpe de mão imediato** é a reacção de uma patrulha que referencia um elemento de vigilância de um bando rebelde estacionado e foi, simultâneamente, avistada por esse elemnto (§ 50.b).

Neste caso, a principal preocupação deve ser a de *alcançar o bando antes que este tenha tempo de se escapar*. A sequência da reacção será a seguinte (Fig 8):

- a. Os elementos da testa detêm-se, dão o alerta e procuram abater o referido elemento inimigo;
- b. O comandante determina aos restantes que passem à «linha», sobre a esquerda, sobre a direita ou para um e outro lado dos elementos da testa;
- c. Em seguida, ao mesmo tempo que avançam rapidamente na direcção indicada pelo comandante, todos vão tomando a formação determinada;
- d. Ao chegar ao local ocupado pelos elementos rebeldes, todos abrem fogo, procurando atingir todos os alvos possíveis; se a patrulha dispuser de granadas de espingarda, estas devem ser lançadas por forma a cortar a retirada aos elementos rebeldes em fuga; se necessário, o comandante e alguns homens executarão um assalto sob a protecção dos restantes elementos que se mantêm instalados (grupo de apoio);
- e. Finalmente, o comandante deve dar as instruções necessárias para se cobrir nas direcções mais perigosas, garantir terreno dominante, procurar, com



Fig 8

GOLPE DE MÃO IMEDIATO

1 — Sentinela inimiga. 2 — Acampamento inimigo. 3 — Trilho.

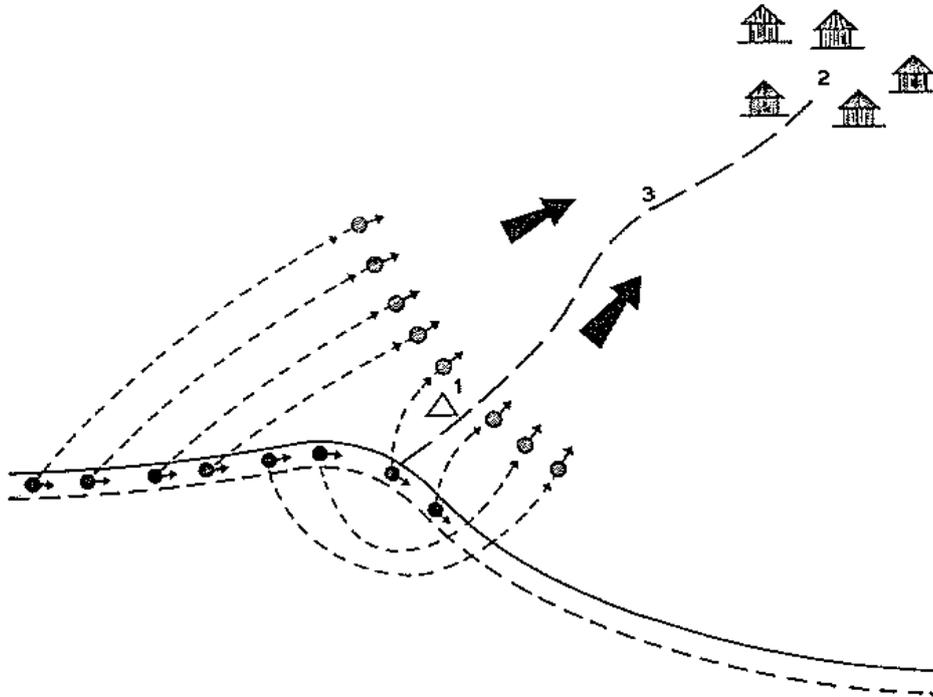


Figura 23 – Golpe de mão imediato

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 41)



Anexo R

Exemplo de material para uma patrulha de nomadização

1. CONSTITUIÇÃO

- 1 subalterno
- 1 sargento
- 10 praças (1 é radiotelegrafista)

2. MATERIAL

a. Armamento e acessórios

- 1 espingarda automática sem bipé a cada homem, incluindo o subalterno
- 1 sabre ou faca de moto, idem
- 2 granadas de mão ofensivas, idem (a)
- 1 granada de mão defensiva, idem (a)
- 1 alça telescópica ao melhor atirador
- Munições (b)

b. De topografia e observação

- 1 binóculo ao subalterno ou ao sargento
- 3 bússolas, ao subalterno, sargento e 1 cabo
- 3 relógios, pelo menos, idem

c. De transmissões

- 1 posto tipo PRC 10 ou semelhante
- 1 pilha de reserva (b)
- 1 pistola de sinais com alguns cartuchos (b)
- 1 tela de sinalização terra-ar, a cada (a)

d. De subsistências

- 2 rações concentradas a cada (a alimentação para o resto do período será obtida por exploração local)
- 2,5 litros de água, em dois cantis de plástico, a cada
- 3 filtros de água (b)
- Comprimidos para purificação de água, na quantidade necessária
- Comprimidos toni-hidratantes, idem

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 49)



e. Sanitário e medicamentos

- 3 rolos de adesivo (b)
- 2 garros (b)
- 1 foice (b)
- 1 frasco de plástico com mercurocromo (b)
- 2 pensos individuais a cada
- 2 dúzias de pensos rápidos, de sulfamidas e mercurocromo, para feridas pequenas e bolhas nos pés (b)
- 1 caixa de pó contra infecções superficiais da pele, em especial dos pés, a cada
- 1 frasco de plástico com líquido repelente contra insectos, a cada
- 12 mosquiteiros individuais
- Comprimidos contra as dores (c)
- Comprimidos contra estados febris e infecções (c)
- Comprimidos contra diarreias (c)
- Comprimidos de um estimulante cardíaco e suplemento calórico (c)
- Algumas ampolas de soro antiofídico, auto-injectáveis (c)
- Algumas ampolas de morfina, idem (c)

f. Diverso

- 1 máquina fotográfica com teleobjectiva (b)
- 3 lanternas eléctricas pequenas (b)
- Alguns isqueiros (b), ou 1 a cada
- 2 ou 3 caixas de álcool sólido (b)
- Algumas navalhas abre-latas (b), ou 1 a cada
- 2 ou 3 rolos de arame fino (b)
- 2 ou 3 rolos de fio de nylon (b)
- 2 ou 3 novelos de cordel (b)
- 2 ou 3 sacos de plástico, de tamanhos diferentes, a cada
- Alguns anzóis empastados (b)

(a) Poderá não ser distribuído aos homens mais carregados.

(b) Distribuído por forma a conseguir-se uma igualdade de carga individualmente transportada, que nunca deve ser superior a 20 kg.

(c) Na quantidade que a experiência for aconselhando.

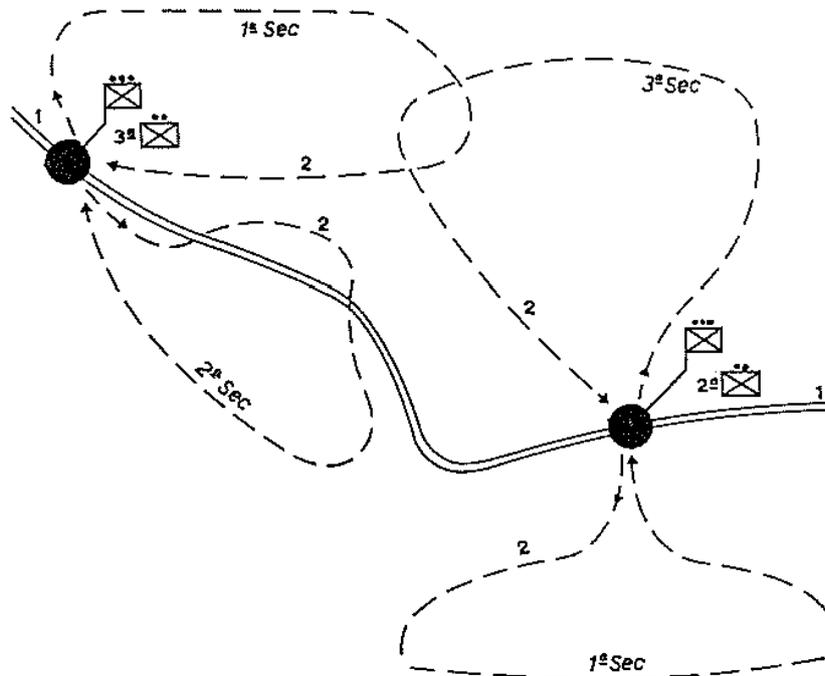
Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 49)



Anexo S

Pelotão em Nomadização



PELOTÃO EM NOMADIZAÇÃO

1 — Itinerário do Pelotão. 2 — Itinerários das patrulhas.

Figura 24 – Pelotão em Nomadização

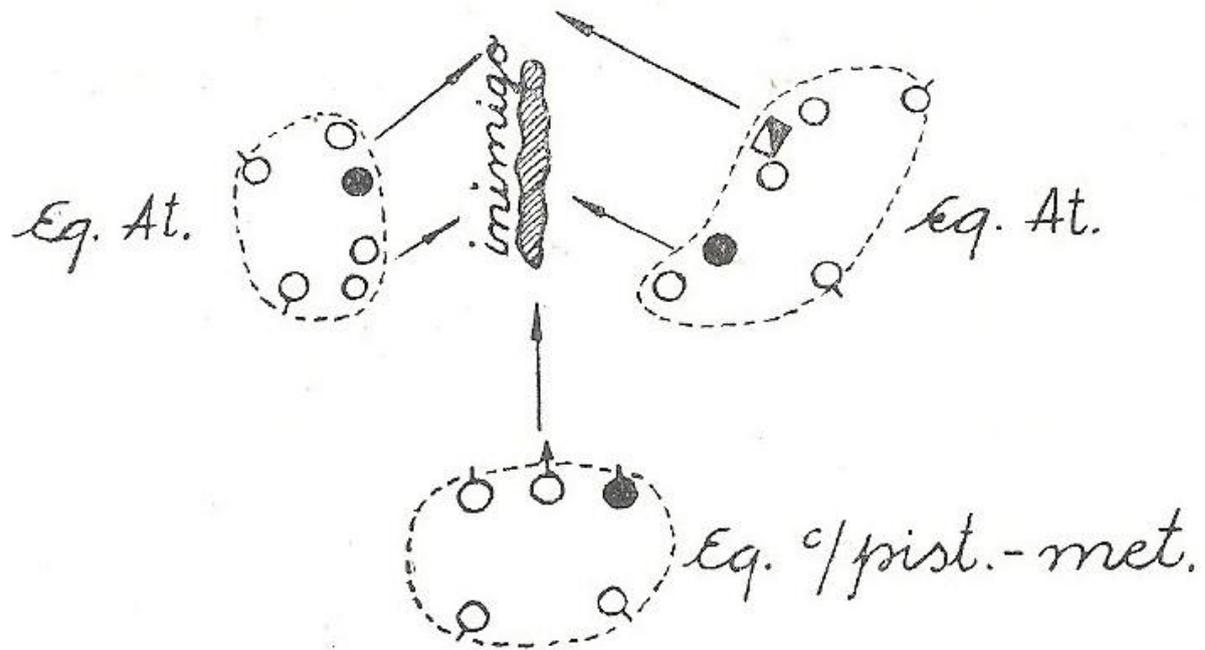
Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap III- Pag 56)



Anexo T

Dispositivo de uma patrulha em emboscada



Dispositivo duma patrulha em emboscada

Figura 25 – Dispositivo duma Emboscada Convencional.

Retirado de:

(Neves, 1949b, p. 250)

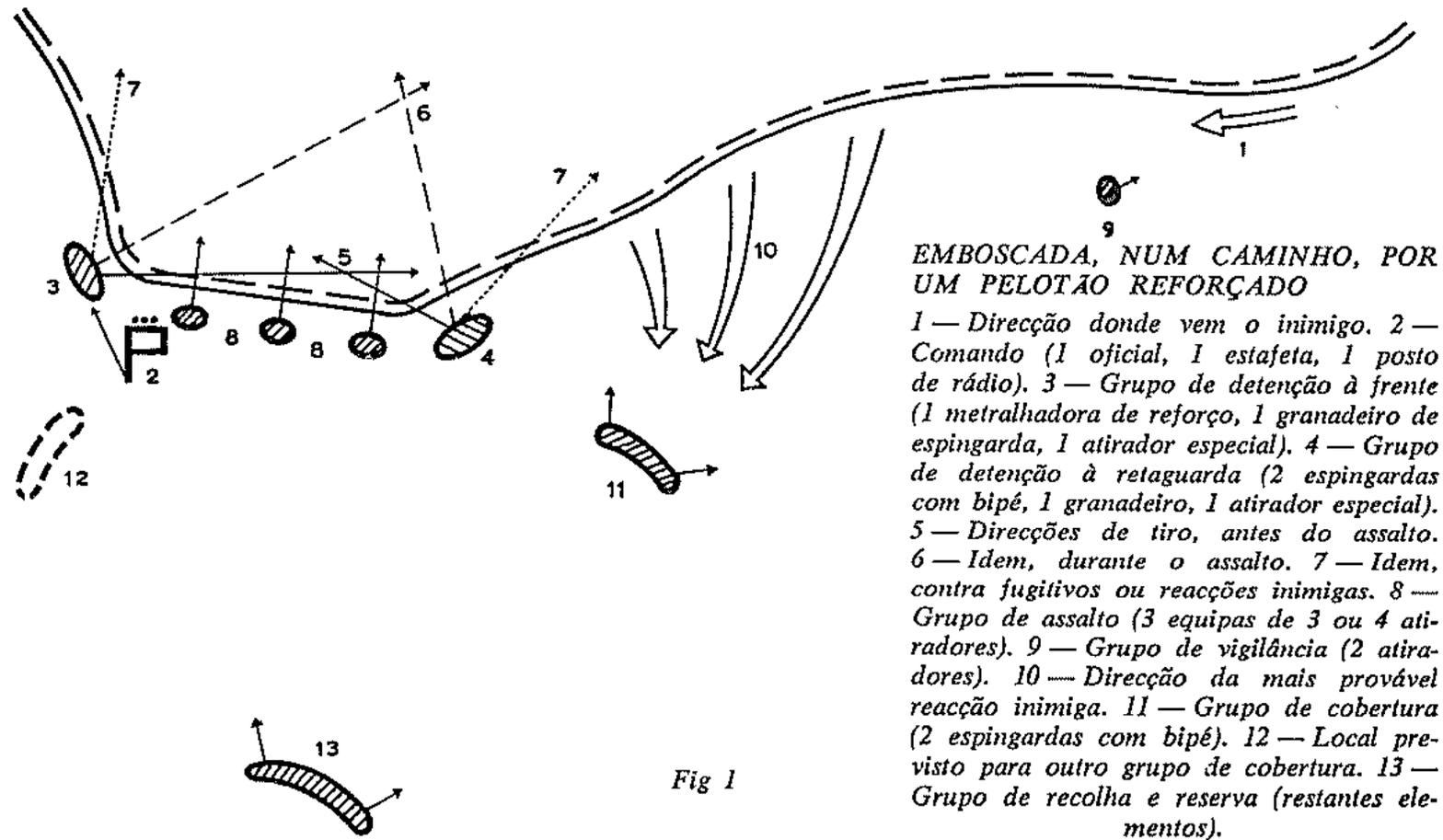
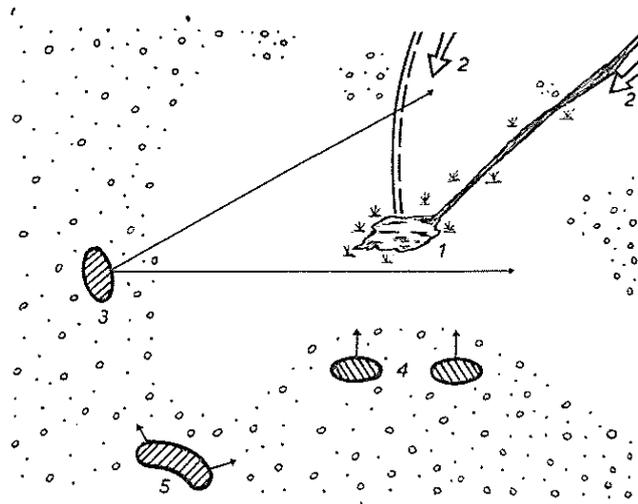


Fig 1

Figura 26 – Emboscada num caminho por um pelotão reforçado.

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 13)



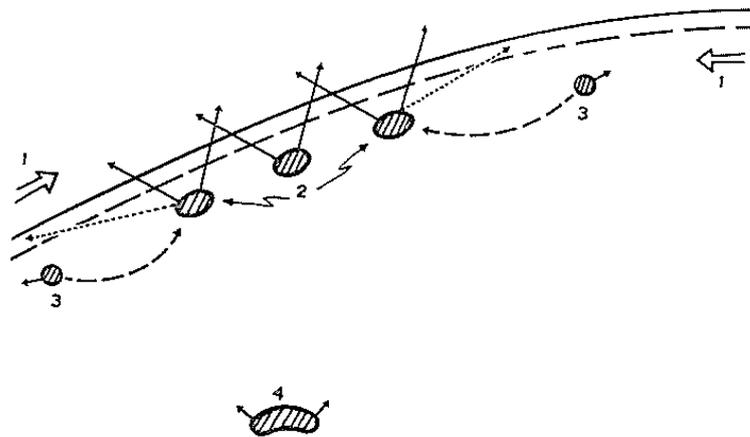
EMBOSCADA, JUNTO DE UMA NASCENTE, POR UMA SECÇÃO

1 — Nascente. 2 — Direcções donde pode vir o inimigo. 3 — Grupo de detenção (2 ou 3 homens, 1 espingarda com bipé). 4 — Comandante e grupo de assalto (1 sargento, 3 ou 4 homens). 5 — Grupo de recolha (2 ou 3 homens, 1 espingarda com bipé).

Figura 27 – Emboscada junto de uma nascente por uma secção.

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 15)



EMBOSCADA, NUM CAMINHO, POR UMA SECÇÃO REFORÇADA

(Pretende-se unicamente causar danos ao inimigo ou aniquilá-lo só pelo fogo)

1 — Direcções donde vem o inimigo.
2 — Comandante e grupos de detenção.
3 — Elementos de vigilância (1 atirador em cada flanco). 4 — Grupo de recolha (2 a 4 homens).

Figura 28 – Emboscada num caminho por uma secção reforçada

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 17)



Anexo U

Funções dos Grupos e efectivos de uma emboscada.

O *comando* (comandante e seus auxiliares ou somente o comandante) deve instalar-se onde melhor possa exercer a sua acção, em regra junto do ou de um dos grupos de detenção, e manter a ligação com os restantes elementos. Depois de ter sido dada a ordem de retirar, o comando deve deslocar-se para junto do grupo de recolha, se este existir, e retirar com ele.

Os *grupos de detenção* têm por missão bater pelo fogo os elementos rebeldes, detendo-os e causando-lhes o maior número possível de baixas e destruições.

Devem dispor de espingardas automáticas com bipé ou metralhadoras e, eventualmente, granadas de espingarda ou até um morteiro ligeiro, e lança-granadas-foguete, e incluir, por vezes, atiradores especiais.

Os *grupos de vigilância* têm por missão fundamental avisar a aproximação do inimigo, permitindo, assim, que o pessoal dos restantes grupos não seja obrigado a manter-se durante muito tempo nas suas posições,

em permanente estado de alerta. Devem ainda informar sobre a natureza e valor do inimigo e, enquanto lhes for possível, sobre as suas reacções e direcções seguidas por rebeldes em fuga.

Haverá tantos grupos de vigilância quantas as possíveis direcções de aproximação do inimigo, os quais se instalam a distância conveniente da «zona de morte», em locais com boas vistas sobre aquelas direcções. Cada um deles deve ser constituído por 2 homens, no caso da espera prevista não exceder 1 a 2 horas, ou por 4 homens (1 deles graduado) no caso dessa espera ser maior.

Estes grupos não devem interferir na acção. Cum-

Retirado de:

(EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap VII- Pág 12-15)



prida a sua missão, ou à ordem do comandante, retiraram directamente para a retaguarda do grupo de recolha ou para junto de outro grupo mais próximo (mais provavelmente um grupo de cobertura), que passam a reforçar.

Os grupos de vigilância, porém, só deverão ser constituídos quando:

- a. Existirem locais, a distância conveniente da «zona de morte», donde se possa ver o inimigo a distância ;
- b. Dispuserem de meios, seguros e silenciosos, que dêem a garantia de poder transmitir ao comandante o aviso de aproximação do inimigo e outras informações, a tempo e sem que este disso se aperceba ;
- c. Tiverem possibilidade de retirar sem ser molestados pelo inimigo.

O *grupo de assalto* tem por missão bater pelo fogo a «zona de morte», simultaneamente com os grupos de detenção, e, seguidamente, logo que termine o fogo destes últimos sobre a referida zona, lançar-se sobre os elementos rebeldes, a fim de os aniquilar, fazer prisioneiros, destruir material, apoderar-se de documentos, etc.

Este grupo, articulado em pequenas equipas de 2 a 4 homens, instala-se num dos lados da «zona de morte» e ao longo de toda ela ; de preferência, do lado que lhe permita ter um certo domínio sobre o inimigo, ou do lado contrário àquele em que a dispersão deste seja mais difícil.

Os seus efectivos são variáveis com a extensão da «zona de morte» e com o valor dos elementos rebeldes previstos.

O pessoal que o constitui deve ser armado com pistolas-metralhadoras ou espingardas automáticas, granadas de mão e punhais. Eventualmente, poderá dispor de alguns explosivos, para destruições.

O grupo de assalto, porém, só deverá ser constituído quando:

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 16)



- a. A missão o exigir (aniquilar completamente o inimigo, fazer prisioneiros, etc.);
- b. O terreno permitir boa visibilidade sobre a «zona de morte» e a intervenção rápida e simultânea de todos os elementos do grupo de assalto;
- c. Não seja de admitir uma reacção enérgica e violenta por parte do inimigo.

Os *grupos de cobertura* têm por missão impedir a intervenção dos elementos rebeldes não «apanhados» na «zona de morte» que tentem reagir ou de reforços que, porventura, acorram em socorro daqueles. Além disso, compete-lhes também abater ou capturar os elementos rebeldes em fuga que passem dentro dos seus sectores de tiro.

Quanto mais pequena for a «zona de morte» e,

direcções de reacção do inimigo sobre a força de emboscada. Cada um deles deverá ter, no mínimo, 2 ou 4 homens e dispor de 1 ou 2 espingardas automáticas com bipé ou 1 metralhadora.

Os grupos de cobertura, porém, só deverão ser constituídos quando as possibilidades de reacção do inimigo de fora da «zona de morte», ou de receber reforços, o justificarem.

O *grupo de recolha* tem por missão garantir a retirada dos restantes elementos da força de emboscada, resistindo ou reagindo ofensivamente, se necessário, a qualquer tentativa de perseguição do inimigo. Se essa perseguição não puder ser neutralizada, este grupo deverá esforçar-se por desviar o inimigo em direcção diferente da seguida pelos referidos elementos.

Retirado de:

(EME, 1963b, pp. 2ª P- Cap VII- Pág 17-18)



Se não for constituída reserva, será normalmente o grupo de recolha que o comandante empregará como tal.

A sua constituição deve ser, no mínimo, a mesma que a indicada para os grupos de cobertura.

O grupo de recolha só *não* deverá ser constituído quando houver a garantia de que a reacção do inimigo não pode ser apreciável.

A *reserva*, destinada, como é óbvio, a fazer face a situações imprevistas, sòmente será constituída nas emboscadas montadas por uma força de certo valor (Pelotão ou superior).

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VII- Pág 18)



Anexo V

Funções dos Grupos e efectivos de um golpe de mão



GOLPE DE MÃO

Pelotão reforçado

- 1 — Objectivo. 2 — Sentinela inimiga. 3 — Direcção de possíveis reforços inimigos.*
- 4 — Comando. 5 — Grupo de assalto. 6 — Grupos de detenção. 7 — Grupos de cobertura. 8 — Grupo de recolha. 9 — Reserva. 10 — Grupo de perseguição, eventual.*

Figura 29 – Golpe de Mão

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 10)

O *comando* (comandante e seus auxiliares ou somente o comandante) deve instalar-se onde melhor possa



exercer a sua acção, em regra junto do grupo de assalto, e manter a ligação com os restantes elementos.

O grupo de assalto tem por missão:

- a. Eliminar as sentinelas que guardam o objectivo, caso elas existam ;
- b. Penetrar no objectivo para abater ou capturar os elementos inimigos ;
- c. Efectuar destruições, não só as que tiverem sido previstas (postos de rádio, depósitos de munições, explosivos, etc.), mas também as que se tornem necessárias para abrir caminho através de qualquer obstáculo (rede de arame farpado, porta de acesso, etc.) que dificulte a actuação do grupo ;
- d. Realizar buscas com a finalidade de descobrir pessoal, documentos ou material que se encontrem escondidos ;
- e. Eventualmente, realizar a perseguição de elementos rebeldes em fuga.

Para a realização das tarefas impostas pela missão anteriormente referida, o grupo de assalto deve articular-se, em princípio, num certo número de equipas. Ficam 25 que, de acordo com essas tarefas, podem ser designadas:

- de eliminação de sentinelas (2 homens por cada sentinela) ;
- de assalto (uns 4 homens) ;
- de apoio ;
- de destruição ;
- de busca.

Esta articulação é temporária, pois que, após a realização de uma determinada tarefa, uma equipa pode reforçar outra, ou mesmo receber nova tarefa de natureza diferente. Assim, por exemplo, uma equipa destacada para a eliminação de sentinelas, após ter cumprido esta missão, poderá reforçar uma outra destinada a apoio ; a uma equipa destinada ao assalto pode, em seguida, ser-lhe dada a incumbência

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 11-12)



de proceder a uma busca ou efectuar destruições ; etc.

Quando o objectivo, pelas suas características, tiver de ser dividido em sectores, como por exemplo:

- um PC, em função do número de compartimentos exercer a sua acção, em regra junto do grupo de instalado,
- um depósito, segundo o número de portas ou galerias existentes,
- um acampamento, de acordo com o número de agrupamentos de barracas,

o grupo de assalto deverá incluir tantos conjuntos de equipas julgadas necessárias, quantos os sectores em que o objectivo foi dividido.

Os efectivos do grupo de assalto são, portanto, variáveis com a natureza do objectivo e a finalidade do golpe de mão.

O pessoal que o constitui deve ser armado com pistolas-metralhadoras ou espingardas automáticas, granadas de mão, punhais, lança-granadas-foguete, se a natureza da instalação inimiga o justificar, e dispor de alguns explosivos ou de qualquer outro equipamento especial que se torne necessário.

Os grupos de detenção têm por missão impedir a fuga dos elementos inimigos que tentem escapar à acção do grupo de assalto Fig. 24

O efectivo destes grupos de detenção dependerá fundamentalmente da natureza do terreno, itinerários existentes, efectivo dos rebeldes e sua reacção provável, etc. ; como norma, pode indicar-se um efectivo de uns 4 homens, por grupo de detenção.

Devem dispor de espingardas automáticas, com e sem bipé, ou metralhadoras e, eventualmente, granadas de espingarda ou até um morteiro ligeiro.

Os grupos de detenção, porém, só deverão ser constituídos quando se prevê a possibilidade de fuga dos elementos rebeldes e a detenção não possa ser realizada por força diferente daquela que executa o golpe de mão — cerco (§ 9 ; Cap IV, §§ 54 e 73).

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 13)

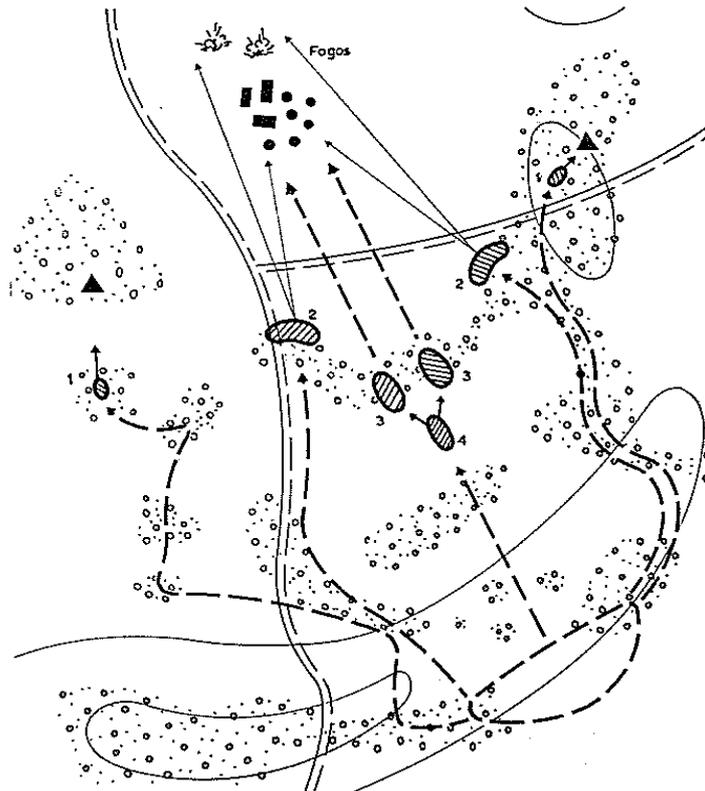


Fig 2

GRUPO DE ASSALTO

(Ampliação da figura 1)

- 1 — Equipas de eliminação de sentinelas.
- 2 — Equipas de apoio. 3 — Equipas de assalto. 4 — Reserva (e, eventualmente, equipas de destruição e de busca).

Figura 30 – Grupo de Assalto.

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 12)

Os *grupos de cobertura* têm por missão isolar o objetivo, dispondo-se por forma a fazer face a ameaças vindas do exterior, para permitir que o grupo de assalto cumpra a sua missão durante o tempo neces-

sário. Além disso, compete-lhes também apoiar pelo fogo, se possível, o grupo de assalto, cooperar com os grupos de detenção no aniquilamento dos elementos inimigos que tentem escapar e participar na captura de fugitivos.

Cada grupo deverá ter, no mínimo, uns 4 homens, e dispor de 1 ou 2 espingardas automáticas com bipé ou de 1 metralhadora.

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 13-14)



Os grupos de cobertura, porém, só deverão ser constituídos quando se admite a possibilidade de intervenção de elementos do exterior, em apoio dos rebeldes, e não for montado um cerco.

O *grupo de recolha* tem por missão garantir a retirada dos restantes elementos da força do golpe de mão, resistindo ou reagindo ofensivamente, se necessário, a qualquer tentativa de perseguição do inimigo. Além disso, compete-lhe também participar nas acções de detenção e cobertura e reunir e escoltar prisioneiros.

Se não for constituída reserva, será normalmente o grupo de recolha que o comandante empregará como tal.

A sua constituição deve ser, no mínimo, a mesma que a indicada para os grupos de detenção ou de cobertura.

O grupo de recolha, porém, só deverá ser constituído quando se prevê uma apreciável reacção por parte do inimigo, o que não deve ser considerado como normal.

O *grupo de perseguição* poderá ser constituído de antemão, ou somente depois de realizada a operação, com elementos do grupo de assalto. A sua missão é perseguir os rebeldes que fujam depois da realização do assalto, para os capturar ou eliminar. No caso dos rebeldes em fuga se esconderem em local donde seja impossível desalojá-los, ou ainda quando o número daqueles exceder as possibilidades do grupo de perseguição, este deverá impedir a sua fuga do refe-

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 14)



A *reserva*, destinada, como é óbvio, a fazer face a situações imprevistas, somente será constituída nos golpes de mão montados por uma força de certo valor (Pelotão ou superior).

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 15)

Como foi referido anteriormente a articulação da força depende do efectivo disponível. As imagens que se seguem são exemplos de articulações possíveis:

Golpe de mão executado por uma secção a oito (8) homens, onde se constituiu apenas um grupo de assalto.

Fig 3

GOLPE DE MÃO

Secção

Grupo de assalto

1 — Equipa de eliminação de sentinelas.

2 — Equipa de assalto. 3 — Equipa de apoio.

apoio.

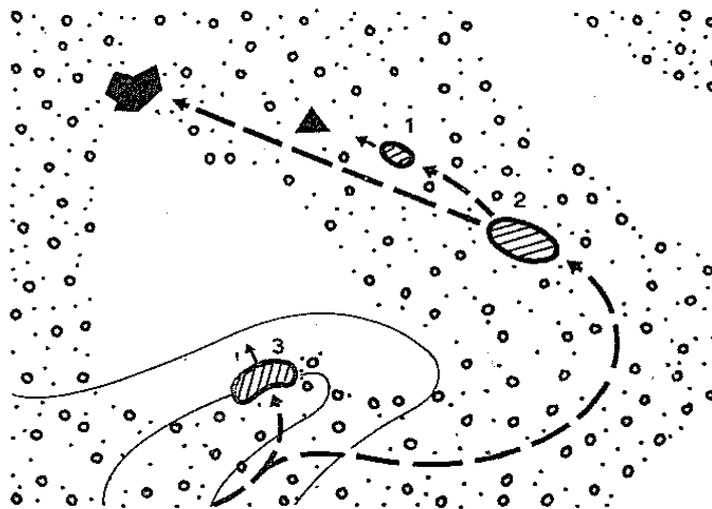


Figura 31 – Golpe de mão secção

Retirado de:

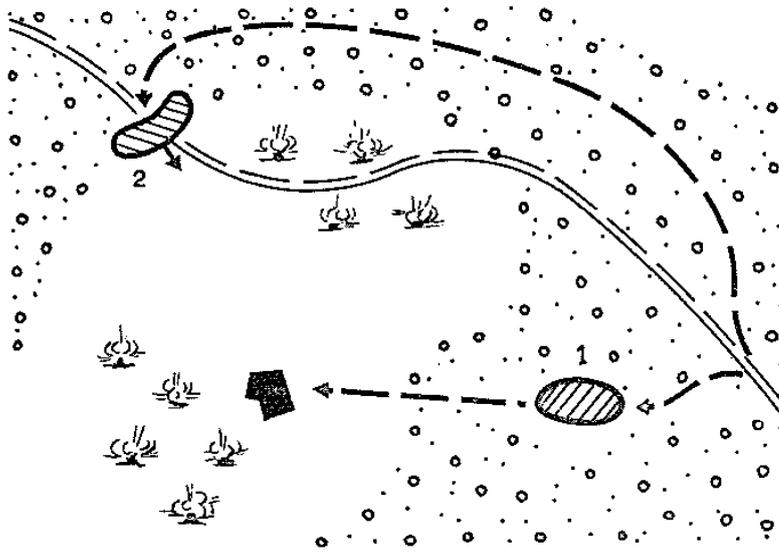
(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 15)



GOLPE DE MÃO

Secção

1 — Grupo de assalto. 2 — Grupo de detenção (detenção lateral pelo fogo).



Golpe de mão efectuado por dez (10) homens articulado em dois grupos, assalto e detenção.

Figura 32 – Golpe de mão secção

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 16)

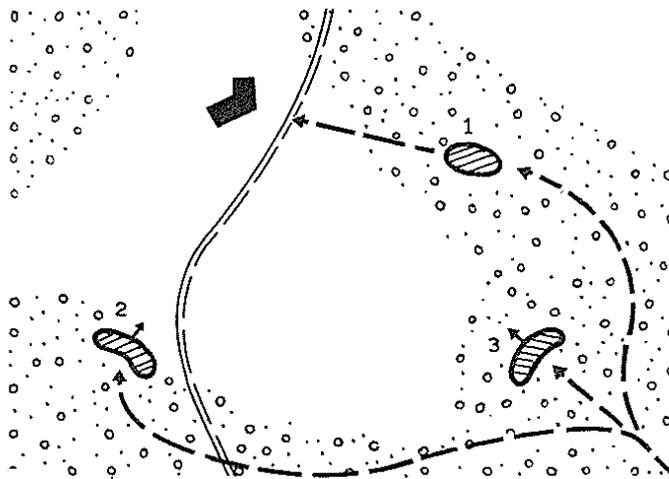


Fig 3

GOLPE DE MÃO

Secção reforçada

1 — Grupo de assalto. 2 — Grupo de detenção. 3 — Grupo de recolha.

Golpe de mão executado por uma secção reforçada, doze (12) homens, que se articulou em três (3) grupos, assalto, detenção e recolha.

Figura 33 – Golpe de mão efectuado por uma secção reforçada

Retirado de:

(EME, 1963b, p. 2ª P- Cap VI- Pág 17)